



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Jadhe Santana Azevedo Mineiro

Parentes, famílias e indivíduos perante (bio)revelações: reflexões antropológicas sobre famílias entre consumidores de testes de ancestralidade genética

Brasília

2024

Jadhe Santana Azevedo Mineiro

Parentes, famílias e indivíduos perante (bio)revelações: reflexões antropológicas sobre famílias entre consumidores de testes de ancestralidade genética

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Andréa de Souza Lobo — Orientadora
Doutora em Antropologia Social
Professora do Departamento de Antropologia (UnB)

Guilherme José da Silva e Sá — Membro da Banca
Doutor em Antropologia Social
Professor(a) do Departamento de Antropologia (UnB)

Agradecimentos

Sem sombra de dúvidas, minha rede de apoio foi primordial para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço à minha mãe, Ilana, por sempre me ajudar a levantar quando eu preciso, do seu próprio jeito e com um amor inigualável. Obrigada por ter feito tudo o que pôde e o que não pôde por mim, essa grande conquista também é sua. Agradeço à minha irmã, Ingrid, pelos palpites e pela atenção a esse texto, e pela rotina de sempre abrir de repente a porta do meu quarto para contar alguma piada, isso serviu de alívio à tensão que foi esse último ano e foi muito importante. Agradeço ao meu pai, Flávio, por ter me dado as condições para chegar aonde eu cheguei, sei que se não fosse pelos seus esforços, meu caminho teria sido totalmente diferente. E de certa forma, agradeço às estranhíssimas dinâmicas familiares do restante da minha família, que me levaram a querer entender como e por que se faz parentesco.

Sou extremamente grata aos meus interlocutores e interlocutoras, pela disposição, pelo tempo e pela confiança de me contar suas histórias e me permitir refletir sobre elas. Vocês me abriram os olhos para nuances imprescindíveis enquanto jovem pesquisadora em antropologia do parentesco, e por esses ensinamentos eu lhes agradeço imensamente.

Obrigada à minha orientadora, Andréa de Souza Lobo, por ser uma professora e pesquisadora excepcional e me permitir aprender com você. Obrigada por acreditar na ideia deste trabalho, me guiando com comentários de suma importância para o refinamento da pesquisa. Agradeço a constante compreensão e apoio, e por sempre ter me mostrado o melhor caminho a ser seguido.

Muito obrigada às amigas que estiveram comigo do primeiro dia de aula até o último, Mariana Petruceli e Marina Puzzilli, minhas antroamigas. Vivemos juntas todas as dores e as delícias de estudar e pesquisar antropologia no Brasil enquanto graduandas, e o apoio de vocês foi crucial para que eu continuasse acreditando no poder e na importância dessa jornada. Admiro a pessoa que vocês são e o trabalho que vocês fazem, e receber esse mesmo carinho de volta me fortalece enormemente.

Agradeço aos meus amigos que me disponibilizaram escuta e me deram a mão em todo o grande restante que não é pesquisa: Rebeca Teixeira, Amanda Braz, Mariana Souto Maior, Valenthina Lucas, Felipe Frecchiani, Maria Eduarda Vogeley e Maria Clara Barros (por despreziosamente ter me mostrado o vídeo que me deu o *insight* para tudo isso). O apoio, a torcida e a presença de vocês foram essenciais.

Também agradeço à minha psicoterapeuta, que me ajudou a trabalhar meus bloqueios e acreditar na minha força e inteligência para continuar seguindo. O processo foi difícil, mas muito recompensador. Agradecendo a ela, também devo agradecer a mim mesma, por não ter desistido quando esse encerramento de ciclo parecia inalcançável. Alcancei, alcançamos.

E por fim, agradeço ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e ao Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), pelo financiamento que permitiu que essa pesquisa fosse realizada da melhor maneira.

“O parentesco é, dessa forma, parte da criação de histórias maiores ou histórias mais pessoais. Quando o tempo é apagado e a memória esquecida, [...] estamos em perigo de perder não apenas as nossas conexões com o passado, mas também nosso senso de quem nós somos no presente e na possibilidade de criar parentesco no futuro.”

— Janet Carsten

Resumo

A presente monografia objetiva analisar a crescente indústria de testes de ancestralidade genética no Brasil e os efeitos íntimos e pessoais causados em seus consumidores a respeito de suas configurações e significados de família. Buscou-se compreender o que são esses testes, como funcionam, quais são seus potenciais e suas problemáticas, qual é o perfil de seus consumidores e o que estes procuram ao adquirir esse dispositivo, inserido no contexto da revolução da biomedicina tecnocientífica. O meio escolhido para esse trabalho de campo se circunscreveu no grupo do Facebook intitulado “DNA Brasil - Genealogia com Genética”, onde cerca de 16 mil pessoas discutem diariamente temas relacionados aos testes genéticos, à pesquisa genealógica, ao método científico de empresas que oferecem a análise do DNA coletado pelos testes, e também as interpretações de seus resultados. Foi realizado um formulário de perguntas para coleta de dados, assim como entrevistas online com interlocutores de diferentes regiões brasileiras e múltiplas experiências de vida. Ao final das entrevistas, pôde-se refletir como os testes de ancestralidade genética se articulam e influenciam as noções de parentesco a nível individual e coletivo, e também analisar o conceito de família à luz de estudos da antropologia do parentesco.

Palavras-chave: Antropologia. Antropologia do parentesco. Antropologia da ciência e tecnologia. Testes de ancestralidade genética. Família.

Abstract

This monograph aims to analyze the growing genetic ancestry testing industry in Brazil and the intimate and personal effects it has on its consumers in terms of their family configurations and meanings. It sought to understand what these tests are, how they work, what their potentials and problems are, what the profile of their consumers is and what they are looking for when acquiring this device, set in the context of the revolution in techno-scientific biomedicine. The environment chosen for this fieldwork was the Facebook group "DNA Brasil - Genealogia com Genética" (DNA Brazil - Genealogy with Genetics), where around 16,000 people daily discuss topics related to genetic testing, genealogical research, the scientific method of companies that offer the analysis of DNA collected by the tests, and also the interpretations of their results. A survey form was used to collect data, as well as online interviews with interlocutors from different Brazilian regions and multiple life experiences. At the end of the interviews, it was possible to reflect on how genetic ancestry tests articulate and influence notions of kinship at an individual and collective level, and also to analyze the concept of family in the light of studies of the anthropology of kinship.

Keywords: Anthropology. Anthropology of kinship. Anthropology of science and technology. DNA ancestry tests. Family.

Lista de figuras

Figura 1 — Gene Tree

Figura 2 — Átomo do parentesco

Lista de gráficos

Gráfico 1 — Empresas recorridas

Gráfico 2 — Principais motivações para a aquisição dos testes de ancestralidade genética

Gráfico 3 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram o meu entendimento sobre mim mesmo(a)”

Gráfico 4 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram a forma como a minha família entende nossa história”

Gráfico 5 — Concordância com a frase “Os parentes contatados por meio do teste já são considerados como parte da família por mim”

Gráfico 6 — Concordância com a frase “Eu confio nas informações que o teste trouxe a respeito de mim, da minha origem e da minha família”

Gráfico 7 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram a forma como a minha família entende nossa história”

Lista de abreviaturas e siglas

- BGA — Ancestralidade biogeográfica
DNA — Ácido desoxirribonucleico
DTC — *Direct to consumer*
ESCT — Estudos sociais sobre ciência e tecnologia
FFLCH — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GSK — GlaxSmithKline
LGPD — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MIAs — Marcadores informativos de ancestralidade
mtDNA — DNA mitocondrial
NHGRI — National Human Genome Research Institute
NIH — National Institute of Health
NRY — Região não recombinante do cromossomo Y
PGH — Projeto Genoma Humano
SNP — Polimorfismo de nucleotídeo único
UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA — Universidade Federal da Bahia
USP — Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução

Capítulo 1 — Os testes de ancestralidade genética

1.1 O que são, como funcionam e por quê?

1.2 Potenciais e problemáticas

Capítulo 2 — O grupo no Facebook “DNA Brasil - Genealogia com Genética”: ciência, biossocialidade e comunidades virtuais para o estudo da genealogia genética

2.1 Da ciência e tecnologia às comunidades virtuais

2.2 Mapeamento de perfil socioeconômico, motivações e impactos

Capítulo 3 — Espessamento e diluição do parentesco: história(s), experiências e perspectivas

3.1 Do parentesco às diversas famílias brasileiras

3.2 Famílias e parentes entre consumidores dos testes de ancestralidade genética

Considerações finais

Referências

Introdução

Em dezembro de 2020, a FamilySearch, organização sem fins lucrativos responsável por catalogar e sistematizar em sua plataforma registros históricos que detém um grande papel na pesquisa genealógica, postou um balanço da atividade em seu site durante o referido ano. À época, foram adicionados 30 novos idiomas nas ferramentas de descoberta e mais de 20 bilhões de nomes pesquisáveis em registros históricos mundialmente, “os quais ajudaram as pessoas a tomar vantagem das restrições da pandemia global para fazer novas conexões familiares” (FamilySearch, 2020). A plataforma disponibilizou também outras melhorias na interface e novas funções para a pesquisa genealógica, contudo, o avanço da ferramenta foi promovido não somente pela organização, como também pelos seus usuários. Contribuidores adicionaram cerca de 100 milhões de parentes em suas árvores e 300 milhões de fontes de suas famílias, contando com o aumento de 17,3% das visitas do site, totalizando 207 milhões (*ibidem*). Eu fui uma dessas pessoas.

Tendo em vista as muitas histórias da minha família que eu não compreendia, ou as lacunas que faltavam para que eu pudesse compreender, me registrei no FamilySearch a fim de buscar informações que complementassem a narrativa da minha família. Além de encontrar registros, os quais são oferecidos a qualquer usuário pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que armazena arquivos desde 1894, nessa trajetória me conectei com pessoas da minha família com as quais não tenho contato. Tive acesso a documentos nunca antes vistos, os quais me levaram a receber áudios por WhatsApp da minha bisavó paterna com sensações e pistas úteis para essa pesquisa, fitas gravadas pelo meu bisavô paterno — o qual nunca conheci — quando visitou o túmulo de seus pais num terreno abandonado pelo interior do Tocantins, mensagens da minha família materna do Rio Grande do Norte com histórias da minha bisavó que ninguém entende perfeitamente, até perfis em redes sociais de familiares do meu avô materno cuja morte ocorreu cedo demais para que eu pudesse conhecê-lo.

Com o tempo, a curiosidade foi cessada forçosamente, tanto devido ao movimento de isolamento social causado pela pandemia do covid-19, o qual dificultava o processo de busca, como também pela grande complexidade de relações e sentimentos envolvidos quando se resolve descobrir mistérios familiares, que acabaram por exceder minhas habilidades, capacidades e vontade. Contudo, em meados de 2021, me deparei com um vídeo no YouTube intitulado “I Took 5 DNA Tests and Compared Them | Which One Is Best?”, ou, traduzindo

livremente para o português, “eu fiz 5 testes de DNA e os comparei, qual é o melhor?” (Baker, 2021). A imagem trazia a logomarca de algumas empresas e me chamou atenção algumas delas aludirem a árvores genealógicas. Ao assistir, tive um momento de euforia, no qual fui apresentada a uma nova oportunidade de pesquisa, não apenas pessoal como acadêmica. Tomar conhecimento desse dispositivo fez com que surgissem perguntas: como esses testes funcionam? Quais informações ele pode trazer e quais são seus riscos? Esse vídeo, que não era uma propaganda e, sim, uma avaliação, criou o desejo em mim de descobrir o que o meu DNA poderia revelar a respeito do meu passado, do meu presente e do meu futuro.

Contudo, ultrapassando mera curiosidade pessoal, ao ler os comentários e posteriormente assistir a outros vídeos tratando de outras facetas desses testes, as questões voltaram-se ao aspecto antropológico do fenômeno, tornando-o mais interessante. Por que as pessoas o adquirem? Quais informações ele pode trazer e quais são seus riscos e perigos? Aliás, como os conceitos de parentesco e ciência interagem a partir desse instrumento? Como os consumidores utilizam e interpretam seus resultados em suas próprias vidas? Foi definido, assim, o tema da presente pesquisa, a qual procura refletir sobre essas perguntas.

O projeto se iniciou por uma pesquisa bibliográfica, composta primeiramente por estudos a respeito de testes de ancestralidade genética a partir de uma perspectiva das ciências sociais. Seguidamente, foram buscadas obras da antropologia do parentesco, a fim de obter um panorama a respeito da percepção de parentes e famílias, desde os clássicos até os trabalhos mais recentes. Foram utilizados também autores do campo da antropologia da ciência e tecnologia, para compreender o impacto da indústria dos testes e da biomedicina na vida social.

Após essa revisão, partindo do pensamento de que os testes genéticos encontram seu público e realizam suas vendas pela internet, pesquisei o tópico nas redes sociais e encontrei diversas comunidades online dedicadas ao assunto. Foi decidido, então, realizar um trabalho de campo no grupo do Facebook nomeado “DNA Brasil - Genealogia com Genética”, o qual conta com cerca de 16 mil membros de várias regiões do país e onde há um grande fluxo de postagens, interações e discussões diariamente. O objetivo do trabalho de campo foi entender as características do público que se colocava ali, e obter respostas sobre quais são as principais empresas recorridas para a compra dos testes, motivações para essa aquisição, e

impactos na vida pessoal e familiar que os resultados dos testes trouxeram. Essa etapa consistiu em um formulário do Google Forms.

Na última seção do formulário, fiz um convite a uma conversa mais aprofundada àqueles que se dispusessem a ser entrevistados, disponibilizando um espaço para que deixassem alguma forma de contato. Assim, pude entrar em contato com algumas pessoas, sendo a próxima etapa da pesquisa reservada para conversas em que eu pudesse ouvir a história familiar de interlocutores, perguntar de forma mais esmiuçada como e por quê foi realizada a compra dos testes, e compreender os efeitos desse processo para eles. O trabalho conclui-se com uma análise dos dados coletados, dialogando com autores explorados na revisão bibliográfica e outros buscados durante o trabalho de campo, conforme novos caminhos e ideias foram sendo apresentados pelos dados.

No âmbito do fenômeno dos testes, alguns dos autores mobilizados foram Bolnick *et al.* (2007), os quais explicam brevemente o que são esses testes, como eles funcionam e quais são os seus efeitos positivos e negativos na vida pessoal dos consumidores; Gaspar Neto e Santos (2011), colocando os testes genéticos em perspectiva antropológica comparada; Hazel *et al.* (2021), cujo foco é a análise dos significados íntimos e efeitos pessoais na vida dos consumidores; e Moraes *et al.* (2022), os quais colocam a família em perspectiva quando se fala em genealogia.

Ao tratar de ciência e tecnologia, buscou-se a sumarização de Petruceli (2022) para retomar o desenvolvimento dessa área da antropologia, passando por Bloor, Latour e Woolgar, e destacando-se o trabalho de Martin (1998) para alavancar o papel de não-cientistas na construção da ciência. Rabinow (2002) também é referência para compreender a biossocialidade envolvida nesse contexto, dialogando com Jablonka, presente na coletânea de Krimsky e Gruber (2013). A fim de sustentar a escolha de um trabalho de campo virtual, a obra de Kozinets (2014) foi relevante também.

E para tratar das relações de parentesco e família imbricadas a essa dinâmica, retorna-se aos clássicos desse campo da antropologia, como Radcliffe-Brown (1978) e Lévi-Strauss (1978), seguindo a sistematização de conceitos feita por Augé (1975). Schneider (2016) e Carsten (2014) são igualmente importantes para a discussão realizada. A história da pesquisa em ciências sociais sobre família é compilada a partir da revisão de Fukui (1980), chegando, assim, nas configurações e significados de família para os interlocutores que compuseram a presente pesquisa.

Desse modo, esta monografia é composta por três capítulos: o primeiro irá abordar o contexto da aparição dos testes de ancestralidade, seu funcionamento, motivações para a compra, potenciais e problemáticas. O segundo adentrará o âmbito da especificidade de ciência que o produz, caminhando ao ambiente (virtual) onde essas questões estão sendo discutidas: o grupo do Facebook; neste capítulo, estarão os dados coletados via formulário. Já o último capítulo tratará das relações de parentesco postas à prova com as descobertas feitas através dos testes, contando com dados trazidos pelas entrevistas conduzidas como último etapa do trabalho de campo.

Capítulo 1

Os testes de ancestralidade genética

“Todo DNA conta uma história. Desvende a sua!”. Esse é o título publicitário apresentado na página inicial da seção sobre testes de ancestralidade genética da Genera (2022), uma das principais empresas do ramo e a pioneira em fornecer esses testes no Brasil. A chamada revela a especificidade desse tipo de teste de DNA, que tem por objetivo mapear os possíveis lugares de onde os ascendentes de seus consumidores vieram e as respectivas porcentagens de DNA de cada região. Além disso, o teste possibilita que os usuários encontrem parentes biológicos — “*matches*” ou correspondências — através do intercruzamento de informações das plataformas e dos bancos de dados genéticos.

Muitos são os motivos que levam os consumidores a adquirir esses testes. Neste capítulo, serão explorados sua definição, origens, usos, potenciais, problemáticas, principais empresas e os propósitos que levam os usuários a essa experiência.

1.1 O que são, como funcionam e por quê?

A concepção do que hoje se conhece como estudo da genética teve seu início em 1909, quando o botânico dinamarquês Wilhelm Ludvig Johannsen inventou a palavra *gene*, dando a ela o significado de “que dá nascimento a”. A partir do gene, ele formulou também dois conceitos fundamentais: o de genótipo — “conjunto estático de genes de um indivíduo” — e o de fenótipo — “conjunto dinâmico de suas características observáveis” (Pena, 2010, p. 330). O conjunto de todos os genes de um ser vivo é denominado “genoma”, noção fundamental para os copiosos anos de estudo e pesquisa que se sucedem na área.

O fenômeno dos testes de ancestralidade genética tem suas raízes exatamente duas décadas atrás, em 2003, ao marco do fim da realização do Projeto Genoma Humano (PGH), iniciado em 1989. O projeto “teve como objetivo o sequenciamento dos 3,1 bilhões de bases nitrogenadas do genoma humano. O genoma é o conjunto de DNA de um ser vivo, e o DNA é formado pela ligação sequencial de moléculas denominadas nucleotídeos” (Góes; Oliveira, 2014, p. 2). Os autores explicam que os nucleotídeos são constituídos de três componentes:

a molécula de fosfato, a molécula de açúcar, denominada desoxirribose e a base nitrogenada. As bases nitrogenadas podem ser de quatro tipos: adenina (A), timina (T), citosina (C) e guanina (G). A ordem com que os nucleotídeos são dispostos no DNA é que faz com que uma molécula difira da outra. Podemos determinar esta diferença por meio do sequenciamento dos genomas. Como as moléculas de fosfato e açúcar são sempre as mesmas, a ordem da sequência é dada pelas bases nitrogenadas. (Góes; Oliveira, 2014, p. 2)

A iniciativa do projeto foi conduzida por um consórcio público internacional, comandado pelo National Human Genome Research Institute (NHGRI), uma subdivisão do National Institute of Health (NIH) sediado nos Estados Unidos. Laboratórios e equipes de pesquisa de vários países foram incorporados ao projeto, e esse trabalho conjunto resultou no sequenciamento do genoma humano de diversos povos, baseando-se em amostras de doadores anônimos de diferentes grupos étnicos (*ibidem*).

O PGH foi de extrema importância, pois

Através dele foi possível identificar a estrutura da construção de trilhões de células formadas a partir de uma única célula originária que contém o DNA (ácido desoxirribonucleico), responsável por armazenar toda essa informação genética. A combinação de apenas uma pequenina fatia (0,1%) desse DNA é variável entre os seres humanos e é dela que se constituem as características individuais humanas. (Moraes *et al.*, 2022)

Além disso, “o sucesso do Projeto descortina diversas possibilidades, como localizar genes potencialmente causadores de patologias, além de sequenciar fragmentos de DNA dotados de importância terapêutica” (Meirelles *et al.*, 2023, p. 4). Tornou-se possível a busca por tratamentos para doenças antes tidas como incuráveis, às vezes antes mesmo dos sintomas se manifestarem. E para compreender o movimento da medicina de precisão/medicina personalizada, é necessário situá-lo no contexto da biomedicina tecnocientífica (Iriart, 2019).

Novas tecnologias estão suscitando mudanças institucionais, impactando a produção, distribuição e gerenciamento de informações em saúde. “Esse processo de transformação no nível político-econômico acontece na integração entre a biomedicina e o interesse capitalista” (*ibidem*, p. 3). A molecularização da biomedicina é componente desse processo de transformação tecnocientífico em que uma nova forma de entender o corpo passa a talvez complementar o olhar clínico tradicional.

A medicina de precisão desenvolve-se em um contexto político e econômico do capitalismo globalizado, que tem como uma de suas características o que Rose denomina de “economias da vitalidade”. Trata-se de um novo espaço econômico, a bioeconomia, com uma nova forma de capital, o biocapital em que a manipulação da vida por biocorporações gera valor. (Iriart, 2019, p. 4)

Isso posto, os avanços tecnológicos revolucionários ocorridos por conta do Projeto Genoma Humano, em 2003, situado nesse movimento de transformação biomédica, foram os responsáveis por tornar possível a prática atualmente popularizada de consumo de testes genéticos em 2023, tanto os de saúde quanto os de ancestralidade (Moraes *et al.*, 2022).

As ciências sociais têm um papel importante na análise e na reflexão sobre esses movimentos de transformação da medicina, pois a ciência, assim como a medicina, são práticas sociais inseridas em um contexto histórico, político e sociocultural” (Iriart, 2019, p. 3). Para a socióloga e historiadora estadunidense Susan Lindee (2013, p. 189), o desejo intenso do consumidor para o que ela chama de “experiência do DNA”, promovida pela aquisição desses testes, é provavelmente um resultado previsível da promoção precoce do Projeto Genoma Humano.

Disponibilizados na modalidade DTC — *direct to consumer* (direto ao consumidor) —, testes de ancestralidade genética geralmente ocorrem em 3 etapas, como explica o site¹ da empresa 23andMe (2022), uma das principais do ramo. Primeiro, o usuário adquire o seu kit pela internet, e espera que a entrega seja feita até a sua residência. Com a chegada do kit, ele é orientado a seguir certas instruções — cuspir no tubo fornecido ou passar um cotonete por dentro da bochecha —, coletando, assim, uma amostra de DNA a partir da saliva a ser enviada de volta à empresa. Também se ordena que o código de barras do tubo usado seja registrado no site, para que a empresa saiba a quem pertence. Então, basta esperar algumas semanas para que os resultados sejam entregues.

Os testes podem ser divididos em dois tipos: os que são baseados em linhagem, utilizando o DNA mitocondrial (mtDNA) e a região não recombinante do cromossomo Y (NRY); e os que são baseados nos marcadores autossômicos², valendo-se de marcadores informativos de ancestralidade (MIAs) para calcular estimativamente a ancestralidade biogeográfica (BGA) (Shriver; Kittles, 2004).

¹ Disponível em: <<https://www.23andme.com/en-int/howitworks/>>.

² MIAs podem ser de indivíduos ou populações, “desde que a diferença nas frequências alélicas entre as populações parentais [...] seja superior a 45%” (Santos; Bortolini; Maio, 2005, p. 28).

Como explicam Shriver e Kittles (2004), o DNA herdado paternalmente (NRY) e materno (mtDNA) têm sido úteis para estudar a evolução humana e a inferência genealógica. Esses marcadores, os quais não são recombinantes, formam haplogrupos, isto é, grandes grupos de haplótipos (conjuntos de alelos interligados) que podem ser usados para reconstituir linhagens. Testes baseados nessa abordagem têm se tornado populares por proporcionarem informações que são específicas de certas regiões do mundo, estimando a porcentagem do seu DNA que provém de determinadas áreas.

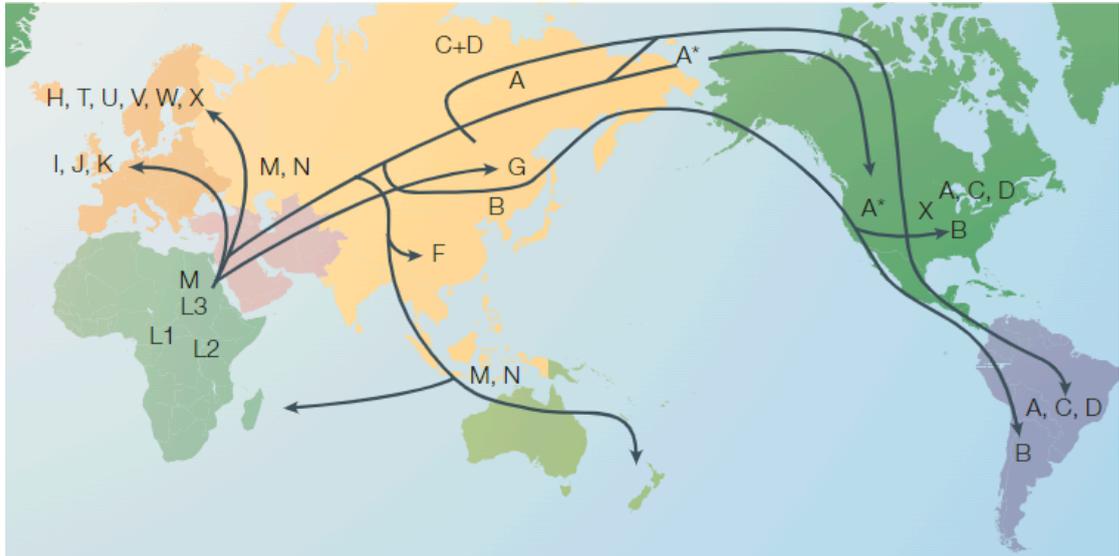
Os marcadores relacionados ao sexo biológico revelam seus processos de migração:

Os haplogrupos de mtDNA mais antigos encontram-se em África (L1, L2 e L3 [...]). O haplogrupo pan-africano L3 irradiou para formar os macrohaplogrupos M e N. Os macrohaplogrupos M e N surgiram no Nordeste de África e os indivíduos que possuem mtDNA M e N deixaram posteriormente a África para colonizar a Europa e a Ásia há cerca de 60.000-80.000 anos. Os haplogrupos H, I, J, N1b, T, U, V, W e X derivam principalmente do macrohaplogrupo N e constituem quase todos os tipos de mtDNA encontrados na Europa. Na Ásia, os macrohaplogrupos N e M irradiaram para gerar as linhagens de mtDNA A, B, C, D, F e G. Sabe-se que os nativos americanos têm ascendência asiática porque apenas cinco haplogrupos (A, B, C, D e X) englobam toda a variação de mtDNA no Novo Mundo, quatro dos quais vieram da Ásia.

Existem 18 haplogrupos principais definidos pelo Y-Chromosome Consortium (YCC) [...]. Similarmente ao mtDNA, os haplogrupos mais antigos encontram-se em África (haplogrupos A e B). Os haplogrupos C, D e H encontram-se na Ásia e em baixa frequência nas Américas, enquanto o haplogrupo E é comum na África subsaariana e em algumas partes do Mediterrâneo. Os haplogrupos G, H e I são maioritariamente europeus. Os haplogrupos J e F encontram-se em África, na Ásia e na Europa. Os haplogrupos L, M, N, O, P e Q foram observados em populações não africanas da Ásia, da Europa e das Américas. O haplogrupo R é observado na Europa, Ásia, Oceania, Américas e África Ocidental. (*ibidem*, p. 4, tradução própria³)

³ No original: “*The oldest mtDNA haplogroups are found in Africa (L1, L2 and L3 [...]). The pan-African haplogroup L3 radiated to form macrohaplogroups M and N. Macrohaplogroups M and N arose in North Eastern Africa, and individuals that have M and N mtDNA subsequently left Africa to colonize Europe and Asia ~60,000—80,000 years ago. Haplogroups H, I, J, N1b, T, U, V, W and X are mainly derived from macrohaplogroup N and make up almost all of the mtDNA types found in Europe. In Asia, macrohaplogroups N and M radiated to generate mtDNA lineages A, B, C, D, F and G. Native Americans are known to have Asian*

Figura 1 — Gene Tree



Fonte: SCHULTHESS, D. T. Gene Tree. 2004, Figura 1. 753x379 pixels. Disponível em:

<<https://people.montefiore.uliege.be/kvansteen/GBIO0009-1/ac20092010/Class6/Shriver2004.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

Com maior incidência nos Estados Unidos, o DNA herdado paternalmente se correlaciona com sobrenomes, sendo possível comparar linhagens entre indivíduos com sobrenomes iguais ou similares, a fim de encontrar ancestrais comuns previamente não conectados (Shriver; Kittles, 2004).

ancestry because only five haplogroups (A, B, C, D and X) encompass all of the mtDNA variation in the New World, four of which came from Asia. [...] There are 18 main haplogroups defined by the Y-Chromosome Consortium (YCC) [...]. Similar to mtDNA, the oldest haplogroups are found in Africa (haplogroups A and B). Haplogroups C, D and H are found in Asia and in low frequency in the Americas, whereas haplogroup E is common in sub-Saharan Africa and some parts of the Mediterranean. Haplogroups G, H and I are mainly European. Haplogroups J and F are found in Africa, Asia and Europe. Haplogroups L, M, N, O, P and Q have been observed in non-African populations from Asia, Europe and the Americas. Haplogroup R is observed in Europe, Asia, Oceania, the Americas and West Africa.” (Shriver; Kittles, 2004, p. 4)

O método utilizado no processo de obter informações sobre marcadores informativos de ancestralidade ocorre da seguinte maneira: eles são sequenciados ou genotipados e, a partir disso, comparados com uma base de dados de referência de haplótipos que foram identificados em populações específicas para verificar se há alguma correspondência (*ibidem*). Essas comparações, além de identificar a localização da origem do haplótipo do consumidor, também detectam a similaridade de DNA entre o cliente e outros usuários com os quais se pode ter um ancestral comum, materna ou paternalmente (Bolnick *et al.*, 2007). As plataformas das empresas, então, possibilitam que os usuários interajam com pessoas com as quais possuem algum grau de parentesco identificado a partir dessa análise.

Quanto mais marcadores usados, mais confiáveis são os resultados estimados. Empresas que realizam testes baseados em linhagem têm bases de dados que variam em tamanho. A maioria das empresas não compartilha seus dados com as concorrentes, porém já foram firmadas algumas parcerias criadas sobre bases de dados de referência para populações específicas, como africanos ocidentais e indígenas americanos (Shriver; Kittles, 2004).

No universo dos testes de ancestralidade genética, registros históricos também desempenham um grande papel na pesquisa genealógica. A maior fonte desses registros é catalogada e sistematizada pela plataforma FamilySearch⁴, referência em gestão genealógica, biblioteconomia e ciência da informação. Os serviços desse site são oferecidos pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que armazena arquivos desde 1894, disponibilizando-os na FamilySearch a qualquer usuário da interface. “A partir dele, e em conjunto com empresas de testagem de ancestralidade e plataformas de gestão de informações genéticas e genealógicas, pesquisadores têm gerido dados revelando uma potente ferramenta de fomento à essa identidade genealógica” (Moraes *et al.*, 2022, p. 2).

Assim, o “DNA se tornou uma experiência íntima e um ator em uma rede de parentesco, identidade e significado em nações industrializadas e prósperas, nas quais consumidores podem comprar esse tipo de cidadania” (Lindee, 2013, p. 190, tradução própria⁵). A partir de R\$297, usuários podem comprar uma experiência como nenhuma outra, com implicações sérias para seu entendimento sobre si próprio, e para a comunidade científica.

⁴ Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>.

⁵ No original, “DNA has become an intimate experience and an actor in a network of kinship, identity, and meaning in industrialized and prosperous nations in which consumers can afford to purchase this kind of citizenship” (Lindee, 2013, p. 190)

1.2 Potenciais e problemáticas na relação entre empresas e usuários

Passados muitos anos desde a elaboração dos testes genéticos, as suas consequências já podem ser analisadas em termos de seus potenciais e suas problemáticas. Elas impactam não somente os entendimentos dos sujeitos sobre suas próprias histórias familiares — cuja análise é o objetivo do presente trabalho — mas também, a depender do teste, afetam suas concepções e ações relacionadas à própria saúde. Além do mais, somam-se a isso as repercussões que os testes e seus resultados trazem à comunidade científica, sendo alimentada com dados que se complexificam e fornecem novas descobertas e informações conforme as amostras crescem em tamanho e qualidade.

Na área da saúde, uma das principais vozes da medicina genômica no Brasil nos ajuda a compreender as novas oportunidades que a área trouxe nas últimas décadas. Sérgio Pena, médico geneticista, expõe em seus trabalhos como o resultado dos testes “possibilita praticar o que antes era impossível: uma medicina verdadeiramente personalizada, preditiva, pró-ativa, preventiva e participativa” (Pena, 2010, p. 329).

Conforme dito anteriormente, os marcadores genéticos podem ser sequenciados ou genotipados. A maioria dos testes genéticos de saúde não sequencia o genoma inteiro, empregando um método chamado “genotipagem SNP⁶”, o qual checa a presença ou a ausência de variações específicas no código genético. Também é possível que o genoma seja sequenciado quase completamente, identificando suas variações. Porém, detectar variações não é o mesmo que poder prever seus efeitos clínicos (Horton *et al.*, 2019).

Muitos consumidores são atraídos à compra de testes na esperança de que seus resultados contenham informações a respeito do futuro da sua saúde, ideia que é reforçada pelas propagandas contidas nos sites, de uma forma otimista. Mesmo que os resultados possam ser úteis em termos de descobrir a origem de uma determinada doença, ou de estratificar populações em maiores e menores riscos, muito raramente os testes são capazes de prever que uma doença vá se desenvolver (*ibidem*).

Como explica Pena (2010, p. 330), “todas as características e qualidades humanas resultam da interação da hereditariedade com uma sucessão de ambientes no processo de viver”. O autor e fundador do Laboratório Gene, ativo no Brasil desde 1982, enxerga o fenômeno pelo lado positivo:

⁶ “*Single nucleotide polymorphism*”, ou, em português, polimorfismo de nucleotídeo único.

Conhecendo a intimidade das variações genômicas que determinam predisposições e resistências, é possível manipular o ambiente (estilo de vida, dieta, adição ou remoção de fármacos, cirurgias preventivas, frequência de exames clínicos e laboratoriais) de forma a manter o equilíbrio harmônico genoma/ambiente que caracteriza a saúde. (Pena, 2010, p. 331)

Porém, como diversas pesquisas apontam, uma explicação a respeito de como o meio exerce uma função importante no que tange ao desenvolvimento de doenças, frequentemente não toma frente quando resultados são devolvidos ao consumidor. O cálculo de risco não pode ser lido de um ponto de vista preditivo. Há um consenso entre pesquisadores da área de que testes genéticos constituem um grande desafio para sistemas de saúde, por distorcerem e confundirem noções de diagnóstico e triagem, e por capitalizarem em cima da falta de conhecimento dos consumidores sobre o funcionamento desse dispositivo (Samuel; Jordens; Kerridge, 2010 *apud* Lindee, 2013, p. 187).

Apresenta-se, assim, bastante preocupação a respeito dos desdobramentos que os testes genéticos de saúde geram a respeito da compreensão dos indivíduos sobre si mesmos e as providências que elas podem tomar ao receber as informações fornecidas pelos resultados. Ainda, a oferta de produtos como esses “evidencia a concepção da vida como algo passível de “administração”, semelhante à lógica empresarial tão valorizada no contexto do consumo” (Hoff; Holtz, 2020, p. 204), forjando um “*self* empreendedor” que deve moldar sua vida por meio de “boas escolhas” a partir de resultados alinhados com os objetivos hegemônicos da macroeconomia.

Na área da pesquisa de ancestralidade, vê-se outros efeitos. Testes dessa especificidade prometem resultados que são atrativos por uma profusa gama de motivos, os quais serão mais bem explorados no capítulo seguinte quando perguntados aos participantes desta pesquisa. O mais salientado é citado por consumidores em suas avaliações e pesquisas individuais, por empresas em estratégias de marketing e por pesquisadores da área que trabalham com a categoria analiticamente: os testes auxiliam as pessoas a reconstruir suas histórias familiares e determinar a origem geográfica dos seus ancestrais (Bolnick *et al.*, 2007), preenchendo lacunas existentes em suas cronologias de vida. Porém, como questiona um participante de uma pesquisa de grupo focal realizada por Hazel *et al.* (2021), “eu quero preencher algumas

lacunas, mas como eu sei que estou preenchendo lacunas precisas com informações corretas?” (p. 5, tradução própria⁷).

Para cada potencial idealizado, parece haver uma limitação, a começar pela precisão da porcentagem estimada de ancestralidade biogeográfica do usuário. A exatidão dessa estimativa depende do tamanho e da amostra da base de dados que é utilizada para verificar correspondências de linhagens de mtDNA ou de NRY para populações específicas ou regiões geográficas. Ou seja, o nível de definição geográfica depende tanto da amostra de haplótipos, fornecida pelos clientes, quanto das populações incluídas na base de dados (Shriver; Kittles, 2004). Isso faz com que consumidores busquem determinadas bases ao invés de outras, seja investindo seu dinheiro em alguma empresa específica, que disponha de uma amostra mais abrangente, seja colhendo os dados brutos de seu resultado e fazendo *upload* em uma plataforma diferente, que aceite a transferência e possua outra base de dados⁸.

Outro problema são as hipóteses científicas empregadas — ditas “questionáveis” por Bolnick *et al.* (2007, p. 2) — quando as empresas informam os resultados dos testes aos usuários. Por exemplo, quando um alelo ou um haplótipo é mais comum em determinada população, as empresas geralmente assumem que eles são um diagnóstico dela. Segundo os autores, isso é problemático porque uma alta diversidade genética existe dentro de várias populações e certamente ocorre um fluxo de genes entre populações (*ibidem*). Como consequência, muitos consumidores não estão cientes de que os resultados são probabilísticos e podem chegar a conclusões incorretas.

Vários testes genéticos também afirmam poder mostrar aos consumidores onde seus ancestrais se originaram e a qual grupo social eles pertenciam. No entanto, as localidades do presente raramente são iguais às que existiram no passado, e os grupos sociais também passaram por profundas transformações, em nome, composição e características. Bancos de dados com amostras atuais podem, então, levar a falsas ligações⁹ (Bolnick *et al.*, 2007). E para

⁷ No original, “*I do want to fill in some gaps, but how do I know I’m filling accurate gaps with correct information?*” (Hazel *et al.*, 2021, p. 5)

⁸ Isso pode ser observado, por exemplo, no YouTube, onde criadores de conteúdo fazem seus testes em múltiplas empresas e plataformas, e mostram aos seus espectadores a diferença de resultados em cada uma delas (Baker, 2021).

⁹ Atualmente, uma alternativa encontrada pela empresa Genera foi produzir uma plataforma interativa e informar aos usuários “um pouco sobre os processos de migração que podem ter influenciado na vinda dos seus ancestrais para o Brasil” (Genera, 2022).

além disso, apesar de hoje haver um consenso científico de que raça não é um conceito precisamente biológico e sim social, para alguns autores os testes parecem reforçar a ideia de divisões de raças atreladas às suas localizações biogeográficas. Como aponta Neves (2020), um dos fatores que podem surgir a partir da interpretação dos testes é a ideia de pureza racial ou étnica.

Ao dizer que alguém nos Estados Unidos ou no Brasil hoje compartilha resultados genéticos com um grupo étnico africano, assume-se que esses grupos permaneceram geneticamente “puros” desde a época do tráfico atlântico, já que a comparação é feita com grupos étnicos também contemporâneos. Porém, como demonstra Roberts, os diversos grupos raciais se misturaram geneticamente, então um indivíduo que nasceu em Gana nos dias de hoje pode traçar afinidades genéticas com indivíduos de mais de 12 países africanos. O que se tem, então, é uma estimativa, o que justifica o fato de testes de diferentes empresas apresentarem discrepâncias nas porcentagens e nas associações étnicas. (Neves, 2020, p. 3)

Informar aos consumidores que eles são uma combinação de diversos grupos étnicos amplos “reafirma três mitos centrais sobre a raça: que existem raças puras, que cada raça contém pessoas que são fundamentalmente iguais e fundamentalmente diferentes de pessoas de outras raças, e que raças são biologicamente demarcadas” (Roberts, 2011, p. 228 *apud* Neves, 2020, p. 3). Para o autor, só é possível conceber uma pessoa que é $\frac{1}{4}$ europeia, se houver no horizonte uma 100% europeia, e uma pessoa 100% europeia seria 100% branca.

Outros autores, como Santos, Bortolini e Maio (2005), discordam desse argumento. Para estes, mesmo que os testes revelem “padrões claros de ancestralidade geográfica, não significa que corroborem a noção de raça em sua acepção biológica (ainda que por vezes esses estudos sejam referidos na literatura como pesquisas sobre “mistura racial”)” (p. 30). Usou-se como base para essa afirmativa um estudo realizado por Pena e Bortolini (2004), o qual calculou que há aproximadamente 28 milhões de “afrodescendentes” (no sentido genético) em brasileiros autotclassificados como brancos (91 milhões, na época).

Essa ambiguidade não somente habita os pensamentos dos consumidores, como é cultivada pelo marketing e pelas informações que os sites dos testes disponibilizam.

As sociedades humanas estão em constante processo de ressignificação de conceitos e categorias. Se raça foi profundamente ressignificada pela ciência nas últimas décadas, perdendo seu *status* epistemológico de categoria explicativa da variabilidade biológica humana, verifica-se que certos segmentos sociais e étnicos

têm buscado em tecnologias genéticas de ponta reforço para ideais de pertencimento étnico e racial. (Santos; Bortolini; Maio, 2005, p. 33)

No exterior, principalmente nos Estados Unidos, o proeminente interesse pela aquisição de testes de ancestralidade genética vem da população afro-americana. Esses sujeitos em geral buscam identificar suas raízes africanas (*ibidem*), já que no seu país os testes costumam focar em localizar grupos étnicos específicos (Gaspar Neto; Santos, 2011). Assim, “a biotecnologia é acionada como elemento de recuperação e/ou fortalecimento identitário em processos fortemente impregnados por aspectos históricos e sociopolíticos” (Santos; Bortolini; Maio, 2005, p. 30). Na nação em que ainda infunde a *one drop rule* (regra da uma gota)¹⁰, “o conhecimento gerado pela “nova genética” e sua apropriação por parte de diversos atores da sociedade norte-americana se inserem em um contexto cultural e político marcado por ênfase em “origens”” (*ibidem*, p. 33), profundamente baseadas no aspecto biológico da raça.

O Brasil se tornou um grande potencial de mercado para esses produtos pois “os referidos testes podem revelar um passado há muito esquecido ou desconhecido das populações migrantes, cuja memória de ancestralidade diluiu-se ou foi silenciada, tanto no cenário internacional quanto no território nacional” (Carvalho, 2008 *apud* Hoff; Holtz, 2020, p. 202). No entanto, apesar de ser possível estabelecer quais grandes grupos raciais teriam pertencido os ancestrais de uma pessoa a partir da análise de DNA, nem sempre é por esse método que as sociedades reconhecem e usam grupos raciais para distinguir e hierarquizar seus membros (Osório, 2003).

No Brasil, “a sociedade não precisa saber quão negra é uma pessoa ou o são seus ancestrais, basta saber se, em seu contexto relacional, sua aparência a torna passível de ser enquadrada nessa categoria para considerá-la uma vítima potencial de discriminações, diretas ou estruturais” (*ibidem*, p. 8). Osório afirma, portanto, que o problema em se valer de métodos de identificação de raça biológicos é que, muitas vezes, não há correspondência entre as “raças” que a genética oferece e o que as sociedades entendem por raça (*ibidem*, p. 11). Como dizem Santos, Bortolini e Maio (2005, p. 27), “a genética tem produzido uma importante revolução acerca de nossos (des)entendimentos sobre raça e diversidade biológica humana”.

¹⁰ Regra em que para que um indivíduo fosse/seja considerado negro, basta que possua apenas uma gota de sangue negro rastreável (detectável, discernível, conhecida) em sua ancestralidade (Sweet, 2005).

Para além de localizar grupos étnicos específicos¹¹, os testes em contexto brasileiro são utilizados como uma forma de olhar para a raça a partir da miscigenação (Gaspar Neto; Santos, 2011). Um retrato dessa perspectiva é o projeto intitulado “Raízes Afro-Brasileiras”, levado a cabo pelo Laboratório Gene sob comando de Sérgio Pena, citado anteriormente no tópico 2.1. Produzido e divulgado pela BBC Brasil em 2007, o projeto visava descobrir o percentual de DNA africano na composição genética de algumas personalidades negras: Milton Nascimento, Djavan, Seu Jorge, Neguinho da Beija-Flor, Sandra de Sá, Daiane dos Santos, Obina, Ilde Silva e Frei David. Com isso, o objetivo era estimular entre os brasileiros a vontade de investigar e valorizar a contribuição africana no seu DNA e na sua história (*ibidem*).

A página do projeto, agora arquivada e não atualizada, ainda disponibiliza entrevistas com os participantes testados, cujas manchetes destacam a miscigenação, a “típica mistura brasileira”, dentre as falas e resultados dos testes (BBC, 2007). Como explicita Neves (2020, p. 4), a linguagem usada e discutida sobre mistura genética, “três grandes grupos genéticos originados geograficamente”, não se distancia muito dos termos proferidos por Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, como miscigenação racial e três raças, “no auge do racismo científico que se perpetuou no imaginário social brasileiro com a ideia da democracia racial”.

Segundo Cruz e Roberto (2018), os grandes estudiosos de raça no Brasil, do final do século XIX à década de 30, designavam a sociedade brasileira como mestiça, porém observando isso como algo negativo por causa de seus vieses racistas. A entrada de muitos europeus (brancos) no país foi bem-vinda e incentivada por trazer as características culturais consideradas superiores às da cultura negra e indígena, já que o “atraso econômico” e a “inviabilidade de progresso” da “mestiçagem” poderiam ser resolvidos por meio do embranquecimento da população — em outros termos, pela limpeza étnica.

Após os anos 30, o Estado se apropria e incorpora as teses sociológicas de Gilberto Freyre de que somos um povo formado pela mistura, por excelência, de índios,

¹¹ O laboratório Genera, como mostram Hoff e Holtz (2020, p. 207), “tem como diferencial competitivo a categorização das linhagens de origem ameríndia em 6 sub-regiões (Tupi, Amazônia, América Andina, Patagônia, América Central e América do Norte). Testes de ancestralidade de outros laboratórios [...] não apresentam divisões entre as populações ameríndias ou africanas. Em virtude da miscigenação e apagamento de identidades de origem indígena no Brasil, este diferencial do laboratório se evidencia para o consumidor brasileiro.”

brancos e negros, vivendo numa harmonia social. Essa construção identitária está ligada a uma naturalização de que não houve violência material ou cultural, mas houve sim, uma práxis social da cordialidade entre esses grupos na formação nacional. (Cruz; Roberto, 2018, p. 100)

Para muitos integrantes do movimento negro, como exposto no trabalho de Alberti e Pereira (2005) composto majoritariamente por entrevistas com ativistas e líderes do movimento, o rompimento com o mito da democracia racial é fundamental não apenas para a conscientização pessoal, mas também para a emergência das formas de luta e do movimento coletivo, em especial do movimento negro contemporâneo. “Destacam-se, de um lado, a consciência da negritude (reconhecer-se e valorizar-se como negro) e, de outro, a consciência da discriminação em uma sociedade na qual a inferiorização do negro se dá de forma muitas vezes velada e sutil” (*ibidem*, p. 3).

E para além dos desentendimentos gerados sobre a relação entre raça em seu aspecto sociocultural e no sentido biológico, há de se considerar a ausência de diversidade nos estudos da medicina genômica. Até o período de junho de 2021, 86% dos estudos foram realizados em indivíduos de ascendência europeia. Esse dado é inversamente proporcional às investigações em populações sub-representadas (Fatumo, 2022, p. 245 *apud* Meirelles *et al.*, 2023, p. 12). Portanto, considerando-se o que foi dito anteriormente sobre os resultados dependerem das informações pré-existentes na base de dados da empresa fornecedora do teste, essa indústria pode ter sérias implicações para a noção identitária de um indivíduo baseando-se numa apuração que não é necessariamente precisa.

Assim, as questões de pesquisa de saúde, de ancestralidade e da história social brasileira se expandem conforme a indústria avança. Muito disso se deve ao fato de que, desde 2014, o mercado global de diagnósticos laboratoriais cresceu 5,2% ao ano, e tem a projeção de crescer 7,1% anualmente nos próximos tempos. Essa sugestão tem como base alguns fatores:

[...] novas tecnologias mais precisas e mais baratas para testagem genética e para diagnóstico precoce de doenças, aumento na capacidade de prever risco de desenvolvimento de doenças frequentes, reformas nas políticas e serviços de saúde pública, penetração da tecnologia da informação, forte crescimento econômico em mercados emergentes, crescimento rápido na população idosa, dentre outros. (Medicina S/A, 2022).

Uma das manifestações desse crescimento é enxergada nos projetos liderados pelo Human Population Genomics Lab — ou Hünemeier Lab — da Universidade de São Paulo, desenvolvendo três pesquisas que aludem ao problema aqui abordado. A primeira é a “*Native American Genome Diversity*”, a qual pretende sequenciar 150 genomas completos de populações indígenas para revelar a variabilidade genômica completa dessas populações, estabelecer o processo evolucionário envolvido na geração e na manutenção dessa diversidade, e auxiliar no desenvolvimento de métodos altamente confiáveis (*sic*) para estudos clínicos para esses povos. A segunda é o “*DNABr (DNAdoBrasil): exploring genetic admixture for medical and evolutionary research*”, que visa aumentar a representação de pesquisas genômicas não-europeias e não-asiáticas, entender os impactos fenotípicos de variações genéticas na nossa população miscigenada, e entender o processo demográfico e evolucionário que moldou a população brasileira. E por último, o terceiro, “*Reconstructing South America Human History from paleogenomic data*”, objetiva investigar a dinâmica populacional do litoral brasileiro e estabelecer relações genéticas entre paleopopulações que habitaram essa região e as atuais populações indígenas (Research – Human Population Genomics Lab, 2023).

O desempenho do projeto DNABr foi incorporado ao Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão, ou Genomas Brasil, estabelecido pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 1.949 em 2020 (Ministério da Saúde, 2020). O objetivo do programa era mapear em quatro anos o genoma de 100 mil brasileiros portadores de doenças raras, cardíacas, câncer e infectocontagiosas, num investimento de R\$600 milhões (Patrinos *et al.*, 2020; Moraes *et al.*, 2022). Mapeamentos preliminares do projeto já mostram resultados pertinentes ao estudo da formação do Brasil, indicando a prevalência do DNA mitocondrial brasileiro associado em sua maioria a origem de seus povos originários ou escravizados, ao passo que a região não recombinante do cromossomo Y associa-se em sua maioria a origem europeia (Silva *et al.*, 2020; Mendes *et al.*, 2020 *apud* Moraes *et al.*, 2022).

Contudo, há de se considerar quais são as implicações éticas e legais da manutenção de bancos genéticos por laboratórios de pesquisa e, principalmente, empresas privadas. A experiência dos usuários dos Estados Unidos, um dos primeiros países no qual houve uma grande repercussão na compra dos testes genéticos para fins de saúde e de ancestralidade, sugere haver graves problemas de segurança nos bancos de dados, ocasionando vazamento e

venda de informações para terceiros sem o consentimento dos usuários (Vaz-Ferreira; Rocha, 2021).

Segundo Vaz-Ferreira e Rocha (2021, p. 67),

A maior parte das empresas segue uma política de serviços semelhante quanto ao armazenamento de dados e do material genético. O armazenamento é feito por tempo indeterminado, atribuindo-se ao consumidor determinar quando devem ser deletadas suas informações e destruído o seu material genético. A exceção fica por conta da empresa African Ancestry, que anuncia a destruição do material genético assim que o resultado é repassado para o cliente¹².

Em princípio, as empresas declaram não compartilharem ou venderem informações a terceiros, com exceção de algumas (como 23andMe, AncestryDNA e MyHeritage) que explicitam o compartilhamento com instituições de pesquisa desde que haja expreso consentimento do consumidor (*ibidem*, p. 68). No entanto, mesmo esse consentimento para fins acadêmicos que parece ser inofensivo e bem-intencionado pode, na realidade, estar abrindo espaço para uma grande fonte lucrativa de determinada empresa no futuro.

A Myriad Genetics é um exemplo notório nesse escopo. Na década de 1970, grandes estudos a respeito da relação entre a hereditariedade e o câncer de mama, sob o ponto de vista genético, se expandiram. O objetivo era produzir um teste capaz de apontar a predisposição à doença, para que pudessem ser aplicadas medidas preventivas antes de seu aparecimento. Nos anos 90, um grupo de pesquisadores da Universidade de Utah avançou excepcionalmente nessas pesquisas, devido ao acesso a bancos de dados sobre câncer de mama e genealogia mantidos pelo governo local e por organizações religiosas. Com isso, o grupo decidiu migrar do ramo acadêmico para o ramo empresarial, concebendo a Myriad Genetics, sociedade que atraiu centenas de milhões de dólares em investimento para a fabricação dos testes esperados. Consequente, os genes BRCA1 e BRCA2⁴, relacionados ao risco de se desenvolver câncer de mama e de ovário, foram isolados, sequenciados e patenteados, assegurando que a pesquisa, a venda de testes e a fabricação de medicamentos relacionados a esses dois genes fossem monopolizadas (*ibidem*, p. 68-69). Esse caso fez com que a discussão a respeito dos limites éticos e jurídicos a respeito do patenteamento de DNA humano se ampliasse.

¹² O que sugere maior proteção e cuidado com os dados ultrasensíveis do usuário, vindos justamente de uma empresa que se anuncia como “de pessoas pretas, para pessoas pretas” (African Ancestry, 2023).

Assim, é possível perceber como o armazenamento e a análise de dados pessoais, especialmente dados genéticos ultrasensíveis, podem se transformar em um grande negócio, devido ao papel que pode desempenhar na elaboração de estratégias de mercado, bem como na formulação de políticas públicas. E o perigo também pode se manifestar de outras formas, como na discriminação genética por empregadores e seguros de saúde a partir da exclusão daqueles com maior propensão ao desenvolvimento de doenças hereditárias (*ibidem*, p. 74).

Quando se trata de dados genéticos, é necessário ter em vista que esse tipo de informação faz parte de uma complexa cadeia de elementos que constituem a identidade humana de um indivíduo. Segundo Meirelles *et al.* (2023, p. 7), “a concepção de identidade genética não exaure os elementos que compõem a identidade pessoal, uma vez que esta é gênero do qual a identidade genética é espécie”. No entanto, a partir do DNA, é possível desvendar uma série de possibilidades humanas, como a predisposição a doenças e o histórico de ancestralidade (*ibidem*).

A ideia de identidade genética se baseia no princípio da irrepetibilidade do genoma humano, por isso, o acesso às informações do genoma humano abre portas para uma série de possíveis violações de direitos fundamentais, como o direito à privacidade, à saúde, à identidade, à intimidade e à igualdade (Meirelles *et al.*, 2023, p. 7).

Em razão do relevante impacto que o acesso a tais informações pode acarretar, “não é necessário que alguém tome conhecimento da informação” para que haja proteção aos bens jurídicos implicados, uma vez que “a simples potencialidade dela existir pode, no caso concreto, ser juridicamente relevante” (SÁ; NAVES, 2021, p.178). Dessa forma, é imprescindível que a intimidade genética de alguém seja protegida, garantindo ao indivíduo, inclusive, o direito de se recusar à realização de uma análise genética. (Meirelles *et al.*, 2023, p. 7)

O direito à personalidade, já na esfera do direito privado — diferentemente dos direitos fundamentais, presentes nas Constituições democráticas —, refere-se a “manifestações físicas ou psíquicas que compõem a experiência existencial de cada sujeito, sendo dotadas de juridicidade por serem bens de valor intrínseco para aquele ser que os titularizam” (*ibidem*, p. 9). Por isso, ele deve ser garantido pela tutela do Estado, e o acesso e a utilização de dados genéticos devem encontrar limites na autonomia privada (*ibidem*).

A União Europeia foi a primeira a criar um sistema jurídico eficiente de proteção aos dados genéticos. De acordo com esse instrumento,

os dados devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (e apenas as informações estritamente necessárias). [...] A captura de dados exige consentimento voluntário e expresso dos usuários, estar ligado a um contrato ou obrigação jurídica ou em situação de interesse público. [...] Os dados devem ser armazenados de maneira que se garanta a sua segurança, protegendo-os de seu tratamento não autorizado [...]. O uso indevido dos dados pela empresa ou terceiros pode gerar responsabilidade administrativa e civil, que envolve o pagamento de pesadas multas e indenizações para os prejudicados. (*ibidem*, p. 78).

No Brasil, esses dados são protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709, Brasil, 2018), que tem como principal propósito a “autodeterminação informacional, ou seja, a garantia de que o tratamento de dados deve, na medida do possível, ser controlado pelo sujeito a quem tais dados se referem” (DGLAB, 2020). Essa legislação brasileira é pautada pelo princípio da finalidade, no qual as informações só podem ser coletadas para propósitos determinados e previamente informado ao titular, e pelo princípio da não-discriminação, que impede diferenciações quando o uso do dado pode gerar algum desvalor para o indivíduo (Mulholland, 2018, p. 168 *apud* Vaz-Ferreira; Rocha, 2021, p. 78-79).

Assim, os bancos de informação das empresas de testes de DNA devem salvaguardar e processar esses dados de forma segura e profissional, com múltiplas camadas de criptografia e bancos de armazenamento invulneráveis. No entanto, as determinações legais da LGPD e as tecnologias atuais das empresas ainda não previnem vazamentos — nem enxergam grandes danos nisso. Já há alguns anos, vêm-se notícias de exposição de dados de milhões de pessoas, ao redor do mundo e também no Brasil.

No dia 4 de junho de 2018, o site da MyHeritage, uma das maiores empresas no ramo de testes genéticos mundialmente, divulgou uma nota informando que houve uma falha de segurança e que as informações de e-mail e senha com *hash* de 92 milhões de usuários da plataforma haviam sido vazadas. A empresa israelense acredita que o arquivo que continha os dados não tenha sido utilizado pelos perpetradores e que somente os e-mails de cadastro tenham sido expostos, porém sugeriu que os usuários alterassem suas senhas por precaução (My Heritage Blog, 2018). Dos usuários afetados, mais de 3 milhões eram brasileiros e, cerca de 100 mil, menores de idade (Cruz, 2018).

No mês seguinte, outra grande empresa comunicou também uma notícia a respeito do compartilhamento dos dados dos clientes. A 23andMe, em julho de 2018, anunciou uma

parceria com a GlaxSmithKline (GSK), uma das maiores empresas farmacêuticas do mundo, possuinte de um faturamento de 40 bilhões de dólares por ano. O acordo firmava que a GSK teria acesso aos dados genéticos de 5 milhões de usuários da plataforma, em contrapartida aos 300 milhões de dólares que investiria na 23andMe. O grande agravante é que, mesmo que o cliente não consentisse em participar da 23andMe Research, suas informações ainda assim poderiam ser compartilhadas com terceiros (Garattoni, 2018). Além do mais, os dados podem ser cedidos a organizações governamentais.

Ao discutir os efeitos jurídicos que a captura e o tratamento de dados genéticos implicam no direito norte-americano, Vaz-Ferreira e Rocha (2021, p. 74) evocam o conceito de capitalismo de vigilância, uma nova fase do capitalismo que ocasiona numa “intensa “monetização” de informações pessoais adquiridas mediante vigilância tecnológica, muitas vezes de maneira ilegal ou sem consentimento explícito do usuário”. Assim, os dados não apenas são utilizados para antecipar o comportamento do cliente, mas também para controlá-lo, suscitar novos desejos e criar novas realidades. Portanto, é recomendado que o consumo desse tipo de produto seja levado com extrema cautela, pois a grandeza do lucro que essa economia gera, é proporcional ao potencial danoso que ela carrega.

Capítulo 2

O grupo no Facebook “DNA Brasil - genealogia com genética”: ciência, biossocialidade e comunidades virtuais para o estudo da genealogia genética

2.1 Da ciência e tecnologia às comunidades virtuais

Ao tratar de testes de ancestralidade genética, sua indústria e a forma com que ela se propaga, é imprescindível que se discuta ciência e, principalmente, estudos culturais sobre a ciência. Diversas áreas de conhecimento compõem o que se denomina de “estudos sociais sobre ciência e tecnologia” (ESCT), como a filosofia, sociologia, história, sociologia, entre outras.

Antes da década de 1960, o campo fortemente se voltava à perspectiva de que a ciência e a tecnologia funcionavam de forma independente ao seu contexto social. Como sumariza a antropóloga Mariana Petruceli, a datar dos anos 70, emerge com mais vigor a noção de tecnologia e ciência situada, “moldadas em contextos específicos e capazes de moldá-los em retorno” (Petruceli, 2022, p. 22). É a partir desse período que desponta o campo da antropologia da ciência e tecnologia, provocando diversas mudanças paradigmáticas à área por meio da realização de etnografias dentro de laboratórios e, posteriormente, extravasando seus ambientes.

Segundo o sociólogo David Bloor, o conhecimento científico não se distingue dos demais conhecimentos por natureza, pois a ciência também é fruto de construções sociais. A partir desse olhar, a geração de estudiosos da área que sucede Bloor investiu em críticas às suas lacunas e investigou a “produção científica por meio das práticas realizadas nos laboratórios e pelas conexões entre o social e o técnico/científico” (*ibidem*, p. 25), destacando-se os trabalhos de Bruno Latour e Steve Woolgar. Estes autores contribuem para o alargamento do tratamento simétrico entre natureza e sociedade, humano e não-humano. Ressalta-se, principalmente, a ideia latouriana de que a produção científica e a consolidação de seus fatos são compostas por um conjunto de atores e lugares que negociam, traduzem e transformam os fatos científicos, incluindo os que se posicionam fora do laboratório (*ibidem*).

Tendo isso em vista, Latour e Woolgar buscam abrir o que chamam de “caixa-preta”, isto é, o conhecimento científico estabilizado e percebido como consenso pelo grupo de

cientistas que faz sua revisão. Sem possibilidade de acesso, essa caixa-preta esconde as entranhas da prática científica, e o pesquisador disposto a compreender esse fenômeno deve se posicionar quando esse consenso ainda está sendo construído (*ibidem*).

Edificando essa ideia latouriana, a antropóloga estadunidense Emily Martin (1998) sustenta que essa caixa-preta pode ser acessada de inúmeras maneiras. A partir da metáfora de fortalezas¹³, ela julga que a ciência, em sua fortaleza, se concebe como a construtora da cidade e não como construída por ela, e, por isso, deve ser analisada por uma perspectiva reflexiva. Um estudo antropológico da ciência deve ser capaz de descrever o conhecimento científico como produto de uma vasta variedade de domínios. Martin defende que não se deve atribuir, assim, uma relevância maior a atores e lugares atualmente hegemônicos na construção do conhecimento, exaltando também o papel de não cientistas nesses processos.

Isso é de suma importância ao tema abordado no presente trabalho, considerando que o ambiente em que o meu trabalho de campo foi realizado, um grupo no Facebook composto por pessoas que ocupam diversas posições no processo de construção e divulgação dos fatos científicos. No final de 2022, quando estava começando a observar e interagir com as postagens desse grupo, o fundador de um laboratório digital voltado a análises genéticas, genômicas e farmacogenômicas entrou em contato comigo, se dispondo a colaborar com a pesquisa. Agradei a ele pelo contato, porém interagimos pouco, tendo em vista que o foco da pesquisa era com consumidores daquela comunidade virtual que ocupavam o lugar de não-cientistas. O que me chamou mais atenção nessa interação, na verdade, foi perceber os diferentes atores que estavam presentes nas discussões postadas ali: interessados pelo assunto, consumidores, pesquisadores da ciência, e cientistas. Abordarei mais detalhadamente o grupo e meus interlocutores mais à frente, contudo, para futuras pesquisas, percebe-se relevância em entender como esses espaços contribuem para a constante atualização de métodos de testagem genética e de entrega de resultados aos usuários.

Haja vista esse panorama teórico, desloco agora a atenção não mais para os atores dessa rede descrita, os quais interagem e disputam o processo de transformação da ciência, mas para o objeto científico e para os sujeitos não-cientistas abordados no presente trabalho — a genealogia genética e os pesquisadores de sua própria genealogia. Entende-se que a revolução da biomedicina tecnocientífica, abordada no capítulo 2, se desdobra não apenas para a área em que ela se circunscreve, mas lança estilhaços a todas as outras esferas da

¹³ No original, “*citadels*” (Martin, 1998).

sociedade — dentro e fora do laboratório, entre cientistas e não-cientistas —, devido ao que Michel Foucault denomina de “biopoder”.

Segundo o autor, esse conceito designa “aquilo que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1984, p. 134 *apud* Rabinow, 2002, p. 135). O filósofo Gilles Deleuze também investigou a obra de Foucault a fim de esquematizar seus *epistemes* sobre as formas de força ao longo do tempo.

Na forma clássica, *infinidade e perfeição* são as forças que moldam os seres; os seres possuem uma forma pela qual eles se empenham, e a tarefa da ciência é descrever corretamente essas formas de uma maneira enciclopédica. Na forma moderna, *finitude* estabelece um campo de vida, trabalho e linguagem dentro do qual o Homem aparece como um ser distinto, que é tanto o sujeito quanto o objeto de seu próprio saber, um saber que nunca está completo por sua estrutura. Finalmente, nos dias de hoje, um campo do *surhomme*, que eu prefiro chamar de após-homem [*after-man*], no qual a finitude, enquanto empiricidade, dá lugar a um jogo de forças e formas que Deleuze classifica de *fini-illimité*. (*ibidem*, p. 135)

Esse finito-ilimitado se exemplifica da melhor forma por meio da genética, já que “uma infinidade de seres pode surgir, e surgiu, a partir das quatro bases que constituem o DNA” (*ibidem*, p. 136). O antropólogo Paul Rabinow lança luz ao Projeto Genoma Humano (PGH), citado no capítulo 1, para dizer que este não é um projeto técnico-científico apenas em seu sentido mais literal, no qual estaria sendo inventada uma “maquinaria qualitativamente mais rápida, precisa e eficiente se houver dinheiro disponível” (*ibidem*, p. 137). Ele também o é por possibilitar que o genoma humano seja conhecido de tal maneira que possa ser transformado, e esta dimensão é completamente moderna, exemplificando de modo ímpar o que se define por racionalidade moderna. “Representação e intervenção, saber e poder, compreensão e reforma são construídos simultaneamente, a partir do início, como metas e meios” (*ibidem*, p. 137).

Rabinow, em seus ensaios compilados na obra “Antropologia da Razão” (2002), captura essas concepções foucaultianas para compreender como o fenômeno da sociobiologia leva os indivíduos ao que chama de “biossocialidade”. Para o autor, a revolução da nova genética irá remodelar a sociedade e a vida com forças muito maiores do que a física teve, implantando-se em todo o tecido social e possuindo seus perigos particulares. Quando seu trabalho foi escrito (no início dos anos 90), o autor dizia que, no futuro, a genética deixaria de ser uma metáfora biológica e se tornaria uma rede de circulação de termos de identidade e

lugares de restrição, surgindo então a biossocialidade, um tipo verdadeiramente novo de autoprodução que superaria a separação entre natureza e cultura. Rabinow explica:

Se a sociobiologia é cultura construída com base numa metáfora da natureza, então na biossocialidade a natureza será modelada na cultura compreendida como prática; ela será conhecida e refeita através da técnica, a natureza finalmente se tornará artificial, exatamente como a cultura se tornou natural. (*ibidem*, p. 143-144)

Ao discutir sobre as transformações do conceito de risco e o crescente hiato institucional entre diagnóstico e terapêutica na área da saúde, o autor evoca o conceito de “administração tecnocientífica das diferenças”, cunhado por Robert Castel, sociólogo francês. Por meio de computadores, os indivíduos que compartilham determinadas características poderiam ser agrupados de uma maneira tanto descontextualizada de seu ambiente social, como também de forma não-subjetiva, com séries computadorizadas dissolvendo os sujeitos tradicionais e retendo apenas dados abstratos tidos como parte de fatores de uma série.

Isso pode ser percebido também no trabalho de Eva Jablonka (2013), quando analisou o site da empresa GenePlanet, fornecedora de testes genéticos de saúde e de ancestralidade. O site exibe a chamada “descubra o seu gene, conheça você mesmo!” para responder a perguntas como: quão difícil é parar de fumar para mim? Quais medicações funcionam em mim? Eu vou ganhar peso comendo comidas gordurosas? Quem são os meus ancestrais? Perguntas essas que podem ser respondidas somente pela análise do seu DNA, sem a necessidade de se considerar os fatores subjetivos e sociais de cada indivíduo. Ressoando pesquisas de outros autores (Nelkin; Lindee, 1995 *apud* Jablonka, 2013), Jablonka denomina o fenômeno do DNA como “horóscopos genéticos”, sinalizando que o DNA passou a ser o equivalente secular da alma, posteriormente se traduzindo para a possibilidade de também prover previsões do futuro.

Tendo tudo isso em vista, são preocupantes as muitas atribuições que acompanham os novos avanços da genética. Todavia, é de se ressaltar também o pensamento da filósofa Donna Haraway, exposto na sua obra “Manifesto ciborgue”, de 1985. Ela diz que

assumir a responsabilidade pelas relações sociais da ciência e da tecnologia significa recusar uma metafísica anticiência, uma demonologia da tecnologia e, assim, abraçar a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes. (Haraway, 2009, p. 99)

Acolhendo, então, as promessas e os perigos da biomedicina tecnocientífica, erguem-se comunidades que, assim como Haraway descreve, buscam reestruturar os limites de suas

vidas — especificamente, no âmbito do presente trabalho, ao que tange suas relações de parentesco.

Com base nessas obras, procurei me debruçar sobre um contexto no qual circulasse uma gama variada de conhecimentos e interpretações a respeito de testes de ancestralidade genética, um ambiente em que pessoas de diversas regiões do Brasil trocassem informações, relatassem suas experiências e discutissem temas acerca dos testes. Partindo do pensamento de que estes encontram seu público e realizam suas vendas pela internet, pesquisei o tópico nas redes sociais e encontrei diversas comunidades online dedicadas ao assunto.

A escolha de realizar o trabalho de campo no meio virtual partiu de dois acontecimentos: ter tido conhecimento através de notícias de que o mercado de testes de ancestralidade genética aumentou substancialmente com o início da pandemia do covid-19, em 2020, e ter tido meu primeiro contato com o tema por meio da internet, na pesquisa da minha própria genealogia também iniciada em 2020. Contudo, a base para o campo também provém de outros lugares e, principalmente, de outras referências.

Como afirma Robert Kozinets (2014, p. 9), “para compreender a sociedade, é preciso seguir as atividades sociais e interações das pessoas na internet e por meio de outros meios de comunicação mediados pela tecnologia”. É notável que as experiências sociais online são significativamente diferentes das que ocorrem face a face e, devido a isso, estudá-las etnograficamente também requer uma abordagem diferente das utilizadas em etnografias clássicas. O conceito de participação e observação e de notas de campo podem designar coisas diferentes pessoalmente e online, assim como a quantidade de dados é passível de variação (*ibidem*). No entanto, “etnografia é etnografia, sendo qualificá-la como digital, online, na internet ou na web, totalmente opcional” (*ibidem*, p. 13).

Pesquisadores voltados a contextos online têm dado substancial significado ao fato de que as pessoas buscam espaços virtuais para obter senso de comunidade e fontes de cultura. Para além disso, esses espaços, incluindo as redes sociais, levam complexos marcadores de cultura a manifestar e forjar novas conexões e comunidades. Enrijecendo essa afirmação, Kozinets busca o trabalho de Howard Rheingold, que definiu as comunidades virtuais como “agregações sociais que emergem da rede quando um número suficiente de pessoas empreende [...] discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relacionamentos pessoais no ciberespaço” (Rheingold, 1995, p. 5 *apud* Kozinets, 2014, p. 15).

O antropólogo Lee Komito, pesquisador de comunidades virtuais, acrescenta à questão ao afirmar que uma comunidade não é fixa em forma ou função, delegando aos indivíduos o papel de negociar os significados e a concretude dela, seja face a face, eletronicamente ou de ambas as formas (Komito, 1998, p. 105 *apud* Kozinets, 2014, p. 15). O termo “comunidade”, dessa forma, parece se adequar ao contexto aqui analisado, se utilizado no seu sentido de designar a “um grupo de pessoas que compartilham de interação social, laços sociais e um formato, localização ou ‘espaço’ interacional comum, ainda que, nesse caso, um ‘ciberespaço’ virtual ou mediado pelo computador.” (*ibidem*, p. 16-17).

A obra de Kozinets (2014), ao analisar a natureza, o comportamento e os números de comunidades online, demonstra que as conexões formadas nesses espaços estão cada vez mais afetando a vida social dos indivíduos como cidadãos, consumidores, amigos e *família*. Apesar do pontapé desses ambientes se dar de forma virtual, estes são povoados de pessoas reais e, por isso, detêm uma existência ‘real’ para seus participantes, favorecendo a possibilidade de encontros em carne e osso.

Dessa forma, constata-se que comunidades online, além de intensificarem relacionamentos pré-existentes, podem ajudar a criar e a manter novos relacionamentos, tendo por base estudos a partir dos anos 2000 que afirmaram que ferramentas virtuais tendem a ampliar o contato social ao contrário de diminuí-lo (*ibidem*). É por essa ótica que o presente trabalho se firma, ao perceber a grande quantidade e qualidade das informações que estão sendo trocadas em plataformas online a respeito de testes de ancestralidade genética.

Uma das comunidades mais prolíficas foi encontrada em um grupo do Facebook, intitulado “DNA Brasil - Genealogia com Genética”¹⁴. Quando a presente pesquisa foi iniciada oficialmente — como pesquisa acadêmica e não mais como pesquisa pessoal —, ao final de 2022, o grupo contava com 10,9 mil membros, e atualmente, ao final de 2023, a comunidade ganhou mais 5 mil integrantes. Com alguns dias de observação das postagens, pude perceber os temas centrais que orientam as discussões no grupo: histórias pessoais de descobertas genealógicas, pedidos de ajuda para entender alguma informação contida nos resultados de testes genéticos, dúvidas concernentes aos serviços e à confiabilidade de diferentes empresas, e muito a respeito dos elos entre genética, raça e etnia, principalmente considerando a organização das relações raciais no Brasil.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1815545638697064>>.

Com um fluxo intenso de postagens e interações, elaborei um formulário para entender o perfil socioeconômico das pessoas que se colocavam ali, dispostas a pesquisar e entender mais sobre o assunto e auxiliar outras pessoas interessadas em descobrir informações sobre elas mesmas e suas famílias. Também levantei perguntas a respeito de quais empresas foram utilizadas para a aquisição dos testes, quais as motivações para a compra, o quanto o resultado dos testes impactou o entendimento dos usuários sobre si mesmos, sobre a história de suas famílias e sobre a concepção de família para essas pessoas, tendo contato com parentes descobertos através das plataformas das empresas. Ao final, fiz um convite a uma conversa mais aprofundada àqueles que se dispusessem a ser entrevistados, disponibilizando um espaço para que deixassem alguma forma de contato.

2.2 Mapeamento de perfil socioeconômico, motivações e impactos

No início do formulário, fiz uma breve apresentação minha e do meu objetivo com esse método de pesquisa escolhido. Informei ser graduanda no curso de Antropologia na Universidade de Brasília, e expliquei rapidamente a questão a ser discutida na presente monografia. Foram apresentados os temas das perguntas levantadas nas próximas etapas, e ao final da primeira seção disponibilizei meu e-mail e meu número de celular para aqueles que tivessem alguma dúvida ou apontamento sobre a pesquisa.

A primeira etapa consistia na concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução CNS 466/2012. Nele, comuniquei que as informações do formulário seriam aproveitadas apenas no âmbito da presente pesquisa, e qualquer outra possibilidade de utilização não seria realizada senão mediante autorização explícita dos participantes. Foi garantida a plena liberdade de participação, havendo a possibilidade de se recusar ou retirar seu consentimento de participação a qualquer momento até o final da pesquisa. Tornei a coleta do e-mail obrigatória para que eu pudesse enviar posteriormente para os participantes os resultados da pesquisa, partindo do pressuposto de que essa construção há de ser coletiva e que eu estaria contando com a opinião dos interlocutores a respeito de suas próprias respostas e histórias. Foi garantida a manutenção do sigilo e da privacidade de todos os participantes e, no caso dos que me concederam uma oportunidade de conversa mais aprofundada, pedi consentimento para a explicitação de seus nomes e relatos. No total, 38 pessoas concordaram em prosseguir. Apesar do enorme número de participantes

no grupo, são raras as postagens que conseguem obter grande engajamento — ou pelo grande volume de postagens que aparecem todo dia, ou por inconstância e/ou inconsistência da atividade e da interação dos usuários ali.

A próxima seção do formulário buscou mapear socioeconomicamente os participantes. A primeira questão foi concernente à faixa etária. Separei as respostas possíveis em intervalos de 10 anos, dos 13 anos aos 70. 13 participantes (34,2%) tinham entre 21 e 30 anos; 12 (31,5%), entre 31 e 40; 4 (10,5%), entre 41 e 50; 3 (7,8%), entre 13 e 20; 3 (7,8%), entre 51 e 60; e 3 (7,8%) entre 61 e 70. Portanto, pela amostra que coletei, a maioria das pessoas envolvidas (65,7%) têm menos de 40 anos, dado que talvez seja influenciado pelo contato mais próximo e intenso com a internet.

Quanto à raça, os resultados não foram tão diversos. Nas opções de escolha, indiquei que se designassem a partir do sistema classificatório de cor/raça instituído pelo IBGE, porém disponibilizei um espaço para definições outras, a fim de abarcar possíveis descrições que as pessoas entendiam ser melhor para si. 24 das 38 pessoas, ou seja, 63,1%, se autodeclararam brancas. Do restante, 6 (15,7%) eram pretas e 5 (13,1%) eram pardas. Obtive 3 outras respostas dissidentes às que selecionei: 2 (5,2%) se autodeclararam “mestiças”, e 1 decidiu por “reptil” (*sic*).

Concernente ao gênero dos participantes, ofereci 5 categorias pré-estabelecidas: mulher cisgênero, homem cisgênero, mulher transgênero, homem transgênero e não-binário. Pré-designar tais definições dessa forma me proporcionou certa apreensão, partindo do julgamento de que nem todas as pessoas, especialmente as de gerações anteriores, aceitam o gênero como passível de dissidência, tornando difícil reconhecer a si próprias como cis ou trans. Temi que o formulário pudesse ser mal recebido no grupo e que eu obtivesse menos respostas devido a essa questão, mas o escrevi dessa maneira mesmo assim, pois eu, como uma pessoa dissidente de gênero, não me sinto confortável em responder formulários em que as opções são apenas “homem” ou “mulher”, e imagino que outras pessoas fora da cisonormatividade também não se sentem.

As respostas revelaram que 21 (55,2%) eram mulheres cisgênero, 14 (36,8%) eram homem cisgênero, e 1 (2,6%) pessoa era não-binária. Assim como na pergunta a respeito de raça, dispus um espaço para outras respostas além das que eu formulei. Por conta disso, 2 pessoas se declararam “alienígenas”, acredito que por aborrecimento com o acolhimento à diversidade de gênero nas opções já especificadas.

Também questionei acerca da orientação sexual dos participantes. As opções dispostas por mim foram: heterossexual, gay, lésbica, e bissexual/pansexual. 25 (65,7%) pessoas se afirmaram heterossexuais; 6 (15,7%), bissexuais ou pansexuais; 3 (7,8%), gays e 2 (5,2%), lésbicas. As mesmas duas pessoas que declararam seu gênero como “alienígena” na pergunta anterior, nesta responderam como “aliocentrado” e “aliocivado”. Daqui, entendi que elas estavam respondendo e continuariam a responder em forma de chacota.

A próxima pergunta foi a respeito da nacionalidade. Como esperado, 36 pessoas eram brasileiras, e 1, na resposta de campo aberto, declarou ter “dupla nacionalidade espanhola”. Uma das pessoas que estavam reagindo às questões com escárnio replicou com “transpleiadeano”. Essa palavra, ao ser buscada no Google, não apresenta nenhum resultado.

Quanto ao estado de residência, fixei todos os estados brasileiros como resposta, sem abertura para outras opções. Das respostas: 8 eram de São Paulo, 7 do Distrito Federal, 5 da Bahia, 4 do Rio de Janeiro, 3 do Rio Grande do Sul, 2 de Pernambuco, 2 de Santa Catarina, 1 do Acre, 1 do Amazonas, 1 do Espírito Santo, 1 de Minas Gerais, 1 do Pará, 1 do Paraná e 1 do Piauí. Portanto, 14 eram da região Sudeste, 7 do Centro-Oeste, 7 do Nordeste, 6 do Sul e 3 do Norte.

Considerando que os testes de ancestralidade genética não são acessíveis, tendo em vista a renda mensal média da população brasileira, também indaguei a respeito da condição econômica dos participantes. A maioria das pessoas, contando com 18 respostas, tinham uma renda de 4 a 10 salários-mínimos, sugerindo que a maior parte desses consumidores são de classe média. Quanto ao restante, 8 pessoas dispunham de 2 a 4 salários-mínimos; 5, até 2 salários-mínimos; 5, acima de 20 salários-mínimos; e 2, de 10 a 20 salários mínimos. Ou seja, 25 (65,7%) dos 38 participantes detém uma renda mensal média a partir de 4 salários-mínimos, valor acima da média populacional do Brasil — cerca de 2 salários-mínimos (Carvalho, 2023).

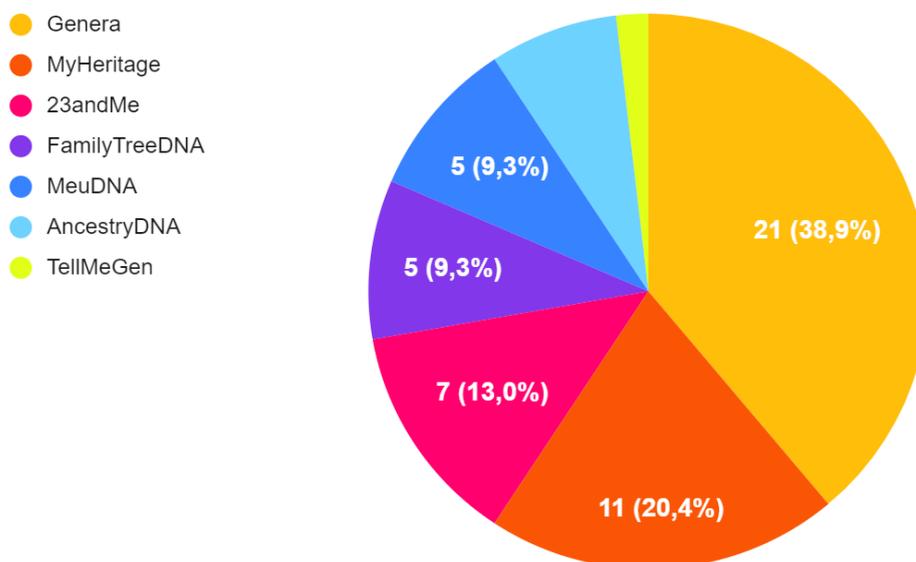
Feito esse mapeamento, na próxima seção do formulário busquei interrogar a respeito dos testes em si. Observei em algumas postagens no grupo do Facebook que várias pessoas estavam ali procurando informações mais detalhadas, opiniões de pessoas que já eram consumidoras, ajuda para saber se valia a pena realizar a compra do teste e, se sim, qual empresa confiar e o que fazer nas próximas fases de pesquisa pela própria genealogia. Por isso, minha primeira pergunta nesse novo segmento foi sobre a ocorrência ou não da compra, e se não, da existência de interesse por ela. 28 pessoas responderam que já adquiriram o

produto e fizeram o teste, 9 disseram não ter comprado, mas terem interesse, e 1 afirmou não ter interesse.

A seção seguinte foi disponibilizada apenas para aqueles que afirmaram ter adquirido o teste, para que se pudesse entender a experiência de quem de fato se tornou usuário do produto e das plataformas. O primeiro — e crucial — questionamento se deu por: qual foi o teste adquirido e de qual empresa? Atualmente existe uma grande variedade delas no mercado, e com propostas e preços diferentes. As respostas seguem no gráfico abaixo.

Gráfico 1 — Empresas recorridas

Empresas recorridas



Fonte: autoria própria, 2023.

Assim sendo, 21 pessoas compraram da Genera, 11 da MyHeritage, 7 da 23andMe, 5 da FamilyTreeDNA, 5 da MeuDNA, 4 da AncestryDNA e 1 da TellMeGen. Cada uma dessas empresas, conforme dito anteriormente, mantém uma base de dados diferente para a obtenção do resultado. O preço às vezes justifica a popularidade maior de determinadas empresas. No mês de setembro de 2023, naveguei pelo site de todas as empresas citadas pelos participantes, a fim de coletar e comparar os preços dos testes (apesar de que, em muitos dos casos relatados a mim e em comentários no grupo do Facebook, as pessoas aguardam momentos de promoção para fazer a compra).

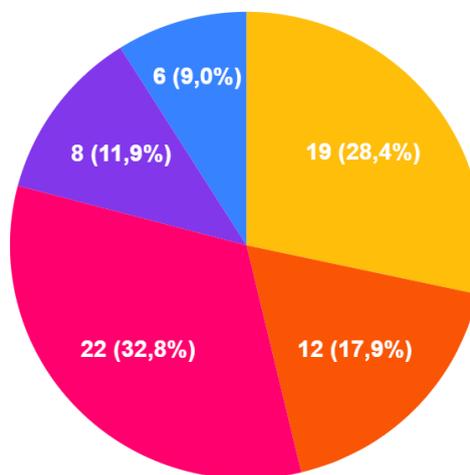
A empresa que possuía o melhor preço, a FamilyTreeDNA, foi uma das menos utilizadas, valorando seus testes entre R\$297 e R\$651. A Genera, a mais popular entre os participantes e uma das mais conhecidas pelo seu público-alvo no Brasil, contava com o segundo melhor preço: seus pacotes variavam de R\$299 a R\$899, a depender do tipo de teste e de qual base de dados o cliente desejava ter acesso. A seguir, se posiciona a segunda mais utilizada, a israelense MyHeritage, que cobrava R\$465 pela aquisição do kit. Duas empresas estadunidenses, 23andMe e AncestryDNA, mantinham o mesmo valor, embolsando cerca de R\$500 a R\$1050 pela compra. O custo pelo teste genético da TellMeGen variava de R\$539 a R\$915, e o da MeuDNA, que valia R\$600, era o único que cobrava uma assinatura à parte pela utilização da plataforma. A grande maioria das pessoas, com exceção de 7 das 28, utilizou mais de uma empresa ou banco de dados para analisar seu resultado. Uma resposta em específico se destacou, na qual o consumidor afirmou ter realizado 6 testes em diferentes empresas.

Indo mais a fundo, elaborei uma pergunta de múltipla escolha a respeito das motivações para a aquisição do teste de ancestralidade. Com base em outras bibliografias (Bolnick *et al.*, 2007; Hazel *et al.*, 2021), desenvolvi respostas pré-determinadas que apareciam como razões frequentes em outros estudos, e estas eram: “para autoconhecimento e questões identitárias”; “para buscar informações sobre a história da minha família”; “para me sentir pertencente e/ou conectado com um lugar/alguém”; “para buscar informações genéticas a fim de esclarecer narrativas familiares”; e “para estabelecer contato com novos parentes”. Também disponibilizei um campo de resposta aberto a outras motivações. Os resultados se encontram no gráfico abaixo.

Gráfico 2 — Principais motivações para a aquisição dos testes de ancestralidade genética

Principais motivações para a aquisição dos testes de ancestralidade genética

- Para autoconhecimento e questões identitárias
- Para buscar informações genéticas a fim de esclarecer narrativas familiares
- Para buscar informações sobre a história da minha família
- Para estabelecer contato com novos parentes
- Para me sentir pertencente e/ou conectado com um lugar/alguém



Fonte: autoria própria, 2023.

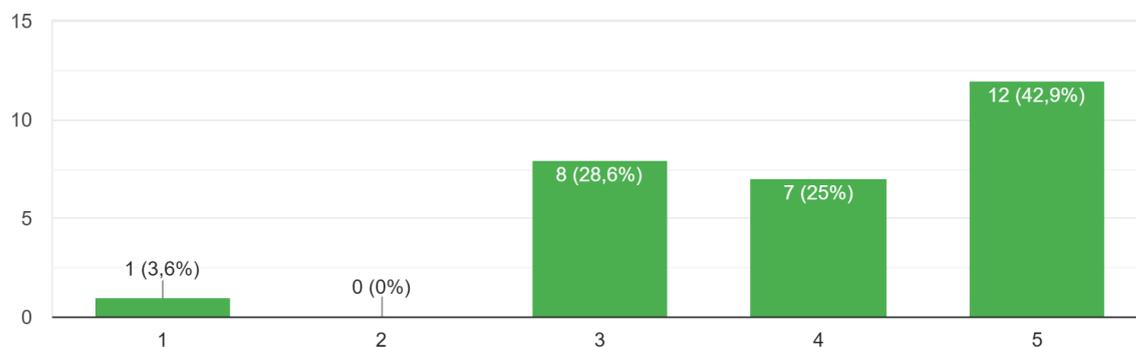
Todas as respostas pré-estabelecidas foram marcadas, sendo o motivo mais frequente para a compra a busca por mais informações a respeito da própria família. Autoconhecimento e questões identitárias também se destacam, o que corrobora com as discussões mais frequentes nas postagens do grupo no Facebook. As causas menos expostas foram as de se sentir pertencente a algum lugar ou alguém, e de estabelecer contato com novos parentes. Surgiram também três respostas no espaço em aberto, as quais diziam “autoconhecimento” — retirando o tópico de questões identitárias na resposta pré-estabelecida —, “de quase todas as opções acima” e, nova e surpreendentemente, “militancie binarie alien” (*sic*).

Em seguida, propus que os participantes concordassem numa escala de 1 a 5 com algumas afirmações, guiadas também por informações contidas em outros estudos.

Gráfico 3 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram o meu entendimento sobre mim mesmo(a)”

Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram o meu entendimento sobre mim mesmo(a).

28 respostas

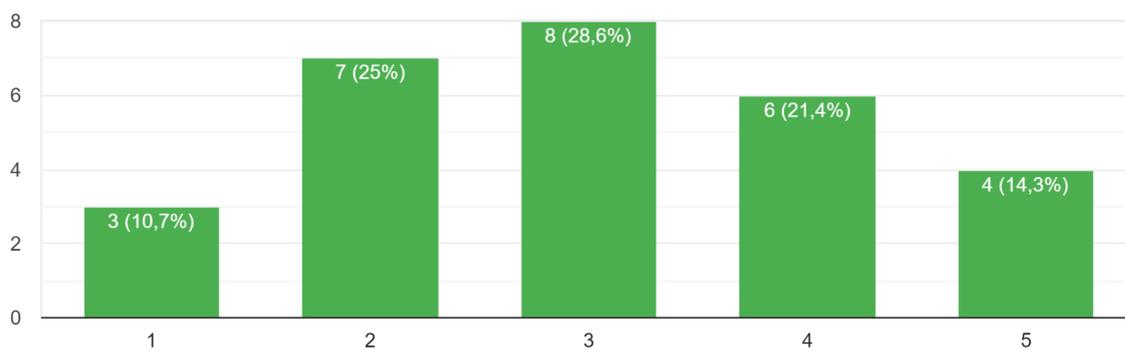


Fonte: autoria própria, 2023.

Gráfico 4 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram a forma como a minha família entende nossa história”

Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram a forma como a minha família entende nossa história.

28 respostas

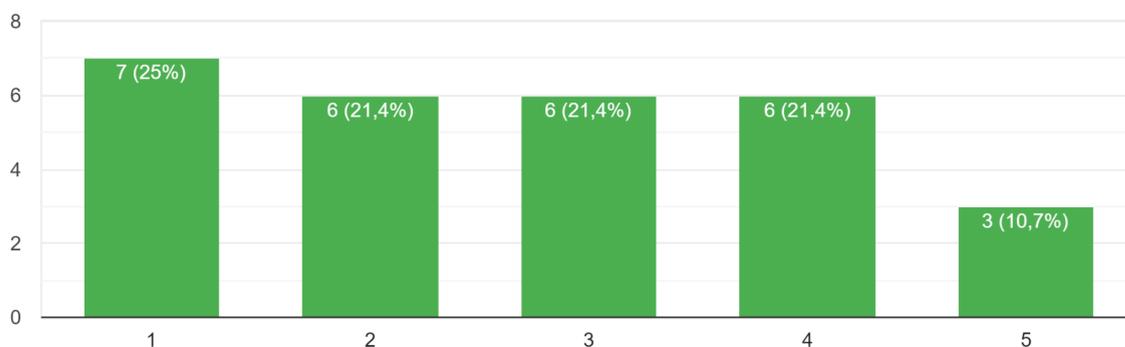


Fonte: autoria própria, 2023.

Gráfico 5 — Concordância com a frase “Os parentes contatados por meio do teste já são considerados como parte da família por mim”

Os parentes contatados por meio do teste já são considerados como parte da família por mim.

28 respostas

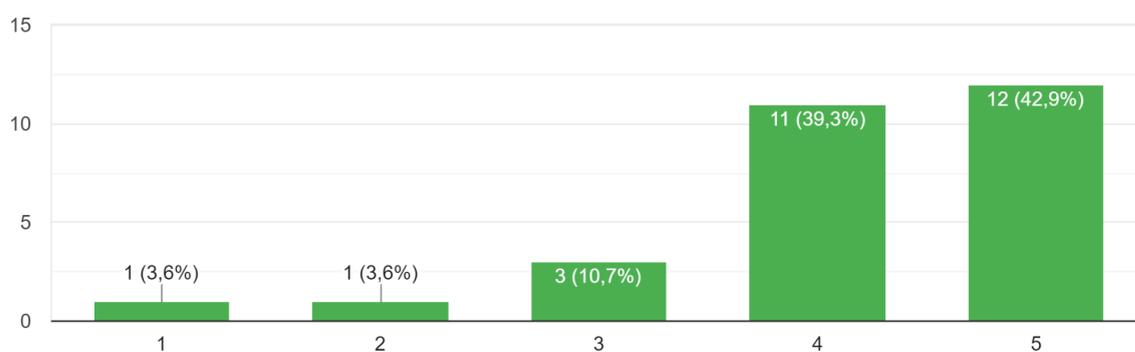


Fonte: autoria própria, 2023.

Gráfico 6 — Concordância com a frase “Eu confio nas informações que o teste trouxe a respeito de mim, da minha origem e da minha família”

Eu confio nas informações que o teste trouxe a respeito de mim, da minha origem e da minha família.

28 respostas

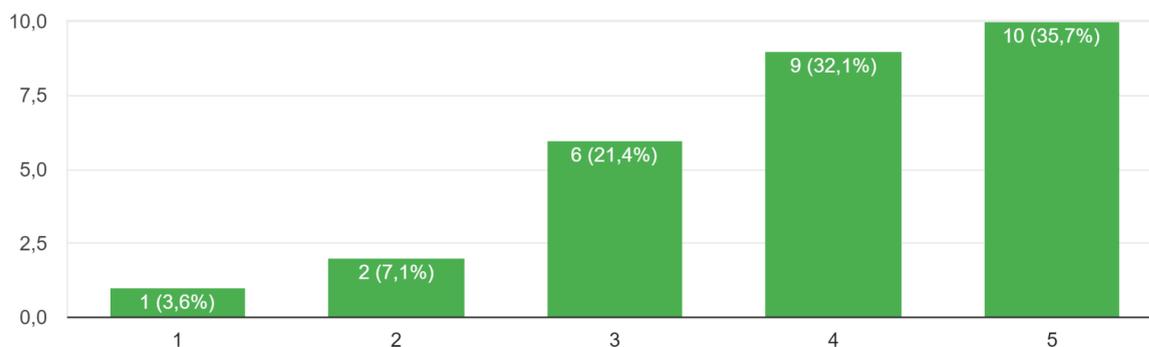


Fonte: autoria própria, 2023.

Gráfico 7 — Concordância com a frase “Os resultados do teste de ancestralidade genética impactaram a forma como a minha família entende nossa história”

Eu confio no método utilizado pelas empresas para analisar meu DNA.

28 respostas



Fonte: autoria própria, 2023.

Dessa forma, percebe-se que, assim como apontam os outros estudos anteriormente citados, os testes têm um grande poder de interferência nas noções de autoconhecimento e identidade dos seus usuários. No entanto, quanto à questão do entendimento e da identidade da família como um todo, esse impacto não é tão forte. A maioria dos participantes não considera os novos parentes contactados como parte de sua família — o que será explorado no capítulo seguinte. Por fim, há grande confiança nos resultados dos testes e no método utilizado pelas empresas para a análise do material genético, provavelmente pelo status de fidedignidade que a ciência carrega atualmente, como explorado anteriormente, e, talvez, pela falta de transparência e didática quanto ao funcionamento do processo e do produto, como apontam outros estudos supracitados. A confirmação dessa hipótese também se torna relevante a pesquisas futuras voltadas a essa temática.

Após essa dinâmica, informei que a próxima etapa prosseguiria a ser composta de entrevistas com aqueles que se disponibilizassem para tal. Ao final, 16 pessoas com experiências muito diversas deixaram alguma forma de contato, porém poucas foram as que responderam à minha tentativa de diálogo. Das que responderam e que pude conversar, selecionei 3 que me proporcionaram histórias com entendimentos interessantes a respeito da função que os testes de ancestralidade genética exercem na vida das pessoas que recorrem a ele, e de como isso se engendra com diferentes percepções quanto a família e parentesco no Brasil. O próximo capítulo relata essas histórias e reflete sobre tais questões.

Capítulo 3

Espessamento e diluição do parentesco: história(s), experiências e perspectivas

3.1 Do parentesco às diversas famílias brasileiras

Ponderando todas as imbricações entre diversos atores e lugares manifestas neste trabalho, tem-se o parentesco como uma das questões-chave para compreender as razões e os efeitos íntimos que levam os indivíduos a buscar na mais racional e tecnológica ciência, a resposta para suas perguntas mais pessoais, sensíveis, *familiares*. Contudo, antes de entender como a matéria do parentesco age intimamente na vida das pessoas, é necessário conceber de que modo o parentesco se firmou como um dos pilares da antropologia quanto ao estudo da organização social de qualquer cultura, sendo considerada a primeira forma em que uma sociedade se organiza.

As raízes desse campo datam da época evolucionista do século XIX, com a aparição dos sistemas terminológicos e classificatórios do parentesco realizados pelo antropólogo estadunidense Lewis Henry Morgan. Por sua magnanimidade na antropologia, os estudos desse campo foram marcados por disputas teóricas e variações nas maneiras de interpretá-lo. A partir de Morgan, emerge uma classe de antropólogos disposta a acrescentar e criticar as noções já estabelecidas na antropologia do parentesco. Alfred Louis Kroeber (1969), William Halse Rivers Rivers (1991) e Robert Lowie (1968) são alguns exemplos.

Busca-se, aqui, a obra de Marc Augé (1975) para organizar e sumarizar todo esse arcabouço teórico. Em seu apanhado a respeito de filiação, consanguinidade e alianças matrimoniais — as formas mais comuns de produzir e pesquisar parentesco do século XIX até meados do XX —, o etnólogo e antropólogo afirma que o parentesco entre dois indivíduos é determinado pelo fato de provirem, ou afirmarem provir, de uma mesma filiação. Ele diz que esta, por sua vez, pode ser “real” — ou seja, haver um laço social assentado num laço biológico de consanguinidade —, ou “fictícia” — dizerem-se, considerarem-se e comportarem-se como parentes, mesmo não havendo algum laço de consanguinidade entre os dois.

Isso é importante pois, entre aqueles que, independentemente do grau de proximidade, afirmam compartilhar a mesma filiação,

existem formas de solidariedade [...], mais ou menos institucionalizadas, que constituem outros tantos factos sociais, observáveis por quem está de fora e que são testemunho da realidade objectiva de um conjunto composto de indivíduos e de grupos que podem não ser biologicamente aparentados, mas que nem por isso deixam de constituir uma sociedade estruturada com base no modelo e expressa na linguagem do parentesco. (Augé, 1975, p. 14)

Consequentemente, se entende que o parentesco nunca coincide completamente com a consanguinidade, pois ele é, antes de tudo, uma relação social. A filiação designa uma convenção social, enquanto a consanguinidade refere-se a uma noção biológica muitas vezes utilizada nessa convenção. Tem-se que “a filiação é o princípio de constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco, enquanto as alianças [...] são o princípio da organização das relações externas entre os diferentes grupos, constrangidos a estabelecer relações necessárias de troca matrimonial por força da exogamia” (*ibidem*, p. 18). Dessa forma, Augé sintetiza que o parentesco é mais do que um princípio de classificação e organização, sendo também um código, uma linguagem ideológica e manipulada em certa medida.

Por conseguinte, chega-se à definição de linhagem. Linhagem designa um grupo de filiação no qual todos os membros consideram-se descendentes de um ancestral comum, conhecido e nomeado¹⁵. Referenciar a linhagem significa remontar a esse antepassado por uma linhagem genealógica ininterrupta.

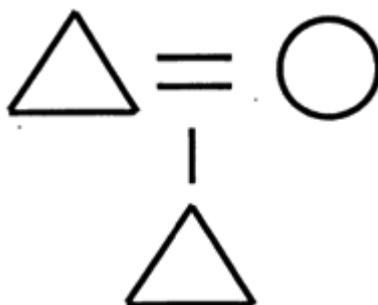
É nos conceitos de filiação e linhagem que se firma uma das duas grandes correntes teóricas presentes na antropologia do parentesco: a teoria da descendência, que tem seu maior desenvolvimento a partir de Alfred Radcliffe-Brown. Segundo o autor (Radcliffe-Brown, 1978), o parentesco é formado por relações sociais de duas pessoas (diádicas), conectando indivíduos que possuem um ancestral comum de acordo com a conveniência. Ele assinala que

devemos considerar como ele [um sistema de parentesco e casamento] une as pessoas pela convergência de interesses e sentimentos, e como controla e limita aqueles conflitos que sempre são possíveis como resultado da divergência de interesses ou sentimentos. (Radcliffe-Brown, 1978, p. 62)

Devido a toda essa estrutura se sustentar na relação de filiação, Radcliffe-Brown apresentou a noção de “unidade mínima” ou o “átomo do parentesco”, uma relação indivisível, ilustrada na imagem abaixo.

¹⁵ Linhagem centra-se em um ancestral comum ‘conhecido e nomeado’ diferenciando-se de clã, no qual esse antepassado é mítico ou lendário, assumindo uma relação genealógica presumível e indemonstrável, com o reconhecimento da filiação em linha exclusiva, paterna ou materna (Augé, 1975, p. 31).

Figura 1 — Átomo do parentesco



Fonte: Sarti, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicol. USP*, v. 3, n.1-2 São Paulo, 1992.

Na imagem, o sinal de igualdade (=) simboliza relação de aliança matrimonial (casamento), o traço vertical (|) significa relação de descendência, o triângulo representa o homem e o círculo, a mulher. Assim, entende-se que a teoria da descendência define essa tríade como a base de todo parentesco, sendo composta por uma relação de afinidade (o casamento) e uma de filiação, que não necessariamente é biológica. Radcliffe-Brown (1978, p. 63) sustenta que “o parentesco resulta [...] do reconhecimento de um relacionamento social entre pais e filhos, o que não é a mesma coisa que a relação física, e que pode ou não coincidir com ela”. Tem-se que linhagens são unidades instáveis, vulneráveis no plano demográfico por estarem constantemente sendo reformuladas por segmentações.

Augé, em sua síntese sobre conceitos principais na área, ecoa a constatação de que o parentesco constitui seu sistema organizado ao redor de uma “estrutura mínima”, ou um “átomo de parentesco”, e adiciona que, nesses átomos, as alianças matrimoniais são consideradas um dado imediato tanto quanto a filiação. Assim, chega-se a outra grande corrente teórica na antropologia do parentesco: a teoria da aliança. Emaranhando-se à noção de linhagem, há o conceito de casamento, o qual não se define apenas pela união de dois indivíduos, mas também por um complexo de normas sociais entre homem e mulher, com a criação de laços jurídicos sociais e econômicos entre seus grupos de filiação.

O francês Claude Lévi-Strauss, em sua obra “As estruturas elementares do parentesco” (1978), diz que a transição da humanidade do estado de natureza para o estado de cultura se deu por via da instituição de regras que impedia a prática do incesto¹⁶, a qual, apesar de diferir entre sociedades, só são compreendidas e aplicadas através do social (Lévi-Strauss, 1978). Ele

¹⁶ Aqui, incesto designa a “união sexual entre parentes consanguíneos, afins ou adotivos, dentro dos graus em que a lei, a moral ou a religião proíbem ou condenam. Na Antropologia, incesto se refere à interdição do casamento entre algumas pessoas dentro de um mesmo grupo, sejam elas quais forem”. (Machado *et al.* 2016)

afirma que todas as sociedades têm conhecimento sobre a proibição do incesto e, por consequência, seguem a obrigação de procurar cônjuges fora do grupo de filiação, o que torna indispensável a construção de relações de parentesco por via de alianças matrimoniais com outros grupos (Augé, 1975). Baseando-se em trocas matrimoniais, o impedimento do incesto instaura relações de reciprocidade para construir o parentesco.

Ao final da década de 1960, uma grande mudança ocorre na antropologia do parentesco, remodelando as concepções estabelecidas de parentesco e família. O antropólogo estadunidense David Schneider, em 1968, lançou sua obra “Parentesco Americano: uma exposição cultural”. Fugindo da noção de família como rede de papéis funcionalmente relacionados, Schneider analisa a família estadunidense pela ótica de signos e significados, ainda defendendo o parentesco como produtor de relações sociais e como uma forma de organização da sociedade, mas criticando todos os estudos anteriores do campo por considerá-los uma produção etnocêntrica baseada nos sistemas classificatórios de parentesco dos próprios pesquisadores que os escreviam (Schneider, 2016).

Como explica a antropóloga Claudia Fonseca (2010, p. 124-125), estadunidense radicada no Brasil, Schneider virou a lente de análise contra a própria disciplina, sugerindo que os termos utilizados para delinear “parentesco” e “família”, focados principalmente na consanguinidade, “refletiam, mais do que qualquer realidade na Melanésia, na Nova Guiné ou na África ocidental, os valores da sociedade do pesquisador”. Assim, os antropólogos, até então, estariam cometendo dois pecados antropológicos: essencialismo e etnocentrismo.

O resultado da publicação do trabalho de Schneider foi uma massiva rejeição temporária às bases da antropologia do parentesco à época, o que abriu espaço para que trabalhos de antropólogas feministas tomassem palco, como os de Sherry Ortner (1981; 1984; 1996) e Gayle Rubin (1981; 1984; 1992). Esse movimento desencadeou outras maneiras de se enxergar o parentesco, não mais pelos olhos dos homens do norte global que compõem a hegemonia do conhecimento, mas pelos olhos de mulheres, crianças, idosos, pessoas LGBTQIA+, pessoas racializadas, entre outros. Para Fonseca, “[...] a partir do final dos anos 1990, “família”, agora praticamente inseparável de “parentesco”, se esfacela através de diferentes parcerias, frisando sempre o termo conjuntivo, “e”: família e religião, política e parentesco, gênero e sexualidade, reprodução e saúde etc.” (2010, p. 125).

Como afirma Cynthia Sarti (1992), os trabalhos clássicos da antropologia acabam por se debruçar somente sobre o parentesco, o qual, entretanto, não significa a mesma coisa que a

família. Tanto o parentesco quanto a família se deleitam sobre os fatos básicos da vida: nascimento, reprodução e morte. No entanto, “a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal” (p. 70). O parentesco permeia a família, mas vai além dela.

Marc Augé define a família como “grupo social que compreende, no mínimo, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos e mais ou menos duradouros do casamento, e um ou vários filhos nascidos desta união ou adotados” (1975, p. 45). Assume que a família não necessariamente implica a coabitação de seus membros, e depende também da forma do casamento¹⁷ instituído no seu centro. Nessa conceptualização, habita também a noção de família elementar — ou nuclear, ou restrita —, a qual consiste tradicionalmente em um homem, uma mulher e seus filhos.

É importante ressaltar que a instituição desse conceito não é universalmente reconhecida e empregada, alguns povos não possuem nenhum termo específico para designar a composição da família nuclear. Para além disso, também existem outros conceitos que podem ser identificados e observáveis, como os de família composta ou de família extensa — assumindo a extensão, neste caso, como a ampliação na relação entre pais e filhos no tempo e por intermédio de laços de casamento (*ibidem*).

Para Pierre Bourdieu,

[...] a família é produto de um verdadeiro trabalho de instituição, ritual e técnico ao mesmo tempo que visa instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a integração que é a condição de existência e de persistência dessa unidade. Os ritos de instituição (palavra que vem de *stare*, 'manter-se, ser estável') visam constituir a família como entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais. Esses atos inaugurais de criação (imposição do nome de família, casamento, etc.) encontram seu prolongamento lógico nos inumeráveis atos de reafirmação e de reforço que visam produzir, por uma espécie de criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno, etc.) (Bourdieu, 1996, p. 126).

É de se enfatizar, no entanto, que a definição de família está em constante construção. Sarti (1992), ao discorrer a respeito das contribuições da antropologia para o estudo da família, afirma que o desenvolvimento desse campo permitiu que a família fosse desnaturalizada e desuniversalizada. A “decomposição das relações envolvidas na família possibilita também pensar a mudança na família como um processo não totalizante, mas que

¹⁷ Os casamentos podem se dar de forma monogâmica, poligâmica, poligênica, poliândrica, hipergamia ou hipogâmica (Augé, 1975, p. 39-40).

pode ser referido a um ou outro elemento constitutivo da família” (*ibidem*, p. 75). Nesse processo, tem-se que a família possui vários elementos que podem ou não mudar. Assim, a antropologia dá suporte à perspectiva de que a família, hoje, está em transformação, e permite dimensionar o peso de cada elemento que se altera na família.

Isso é importante quando nos deparamos com as configurações de famílias no Brasil. Na sociedade agrária do passado, como demonstra a obra de Gilberto Freyre (2019 [1933]), a formação de nação do Brasil foi fundada na ideia da família patriarcal, ou seja, o patriarca da família (sendo, geralmente, o pai ou o avô) detinha poder não apenas sobre suas terras, mas também sobre sua esposa e seus filhos. Essa estrutura familiar não era composta estritamente de forma nuclear, pois também abrangia avós, tios, primos, irmãos e empregados (libertos ou escravizados). Tinha-se um grupo hierarquicamente organizado, a partir da dominação do adulto sobre a criança, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro. Freyre descreve, com isso, a decadência do patriarcado rural conforme a vida urbana se desenvolve no decorrer do século XIX. Esse desenvolvimento, para o autor, acarreta a diminuição da importância da família na sociedade, o que aparece em trabalhos de outros estudiosos como uma lente conservadora por parte de Fukui (1980).

A resenha bibliográfica de Lia Fukui a respeito dos estudos e pesquisas sobre família no Brasil (1980) auxilia no papel de categorizar como essas concepções foram evoluindo ao longo do tempo. Como ela expõe, Antônio Cândido (1951 *apud* Fukui, 1980) revisa Freyre e concorda que a família legal é o grupo dominante na organização social e política da colônia, contudo não enxerga a mulher branca dessa família como “submissa, indolente, doentia e inútil” (p. 14), mas como possuidora de complementaridade à autoridade do chefe, por meio do mando nos serviços domésticos, do controle de escravos, da educação dos filhos. Os indivíduos que viviam na periferia desse núcleo, ainda, podiam desligar-se dele para constituir outras famílias, que iriam compor os segmentos mais pobres da população (*ibidem*).

Ao passo que ocorre a urbanização, a proletarização e a imigração, a família gradualmente perde suas funções políticas e econômicas, voltando-se ao tipo conjugal e a funções de procriação e disciplina do impulso sexual privilegiando as funções afetivas. E apesar das mudanças nas relações de trabalho e na posição da mulher, a divisão sexual ainda persiste, sustentando ainda a dominação do homem sobre a mulher (*ibidem*). Outros autores, mesmo endossando essas colocações de Cândido (1951 *apud* Fukui, 1980), ressaltam que foi

dada pouca atenção à família conjugal que se forma na periferia das grandes famílias após o período de Brasil colônia.

No final dos anos 70, Jurandir Freire Costa (1979 *apud* Fukui, 1980) confirma a hipótese de que a família se modifica na instituição conjugal e nuclear, analisando a emergência das normas e dos valores da família burguesa brasileira ao longo do século XIX. Ele sustenta que, através de normas médicas no que tange à educação higiênica, as condutas sexuais são reduzidas às funções sentimentais de ‘pai’ e ‘mãe’”. Fukui (1980), visitando também outros autores, aborda a tese de que o predomínio da família se esvai na passagem do tradicional para o moderno. Ela coloca que essas análises se prendem nas opções individuais no interior da família, e relegam a lógica interna das opções familiares frente ao conjunto complexo de interesses que ela representa e legitima, numa ideia de unidade familiar que não se dá da mesma forma ao decorrer do tempo.

Ainda, outros trabalhos de historiografia recentemente publicados delineiam um quadro mais diversificado das famílias na antiga sociedade agrária, como Ramos, Santos Abreu e Nizza da Silva, por exemplo (Fukui, 1980, p. 16), o que auxilia no redimensionamento da importância e do significado da família na época. Hoje em dia, há uma grande discussão popular no que diz respeito à “família tradicional brasileira”, porém esse modelo de família data do século passado e exclui diversas outras configurações familiares tão novas quanto ele.

Os estudos sobre família na sociedade brasileira do presente já tematizam outras dinâmicas, como “estudos de comunidade, pesquisas sobre mudança social, dinâmica populacional e força de trabalho, parentesco e representações” (*ibidem*, p. 16). Os estudos de comunidade pressupõem uma unidade harmoniosa de pequenos grupos e a perda gradual de funções com a nuclearização da família, assim como os estudos sobre mudança social apontam para a diminuição do tamanho do grupo familiar. Para os autores desses campos, “a urbanização, industrialização, a migração associada à individualização progressiva fez o controle da produção passar gradualmente da família para empresários capitalistas e para o Estado” (*ibidem*, p. 17). Dessa forma, as relações de parentesco pré-concebidas perderam a sua força, a família diminuiu em tamanho, o pai e o marido passaram a ter menos autoridade e a unidade familiar voltou-se a “funções de socialização, satisfação emocional, companheirismo e relações de afeto” (*ibidem*, p. 17).

Cancian, Goldman e Smith (1978 *apud* Fukui, 1980), no entanto, defendem que essa dinâmica é válida apenas para elementos das classes médias urbanas da América Latina que estiveram em envolvimento com ordem econômica internacional. Para esses autores, sim, a nuclearização da unidade familiar predomina nos setores modernos, contudo, nas classes baixas há a dependência de outros parentes por conta do pouco desenvolvimento dos serviços públicos. Ainda, “nas unidades domésticas de classes baixas o desemprego masculino e o subemprego feminino dão na unidade doméstica à mulher e aos filhos maior poder, em detrimento da autoridade do pai” (p. 17). Mesmo com essa reformulação, ainda há a valorização da autonomia.

Assim, Fonseca (2010), dissertando sobre a recomposição da família e do parentesco na antropologia nos últimos anos, diz que

Podemos supor que essa recomposição deve-se em parte às bem documentadas e muito comentadas mudanças de comportamento familiar que ocorreram no final do século XX (ver, por exemplo, Machado, 2001; Scott, 2001, 2006): o aumento de divórcios e separações, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e o número crescente de famílias com chefia feminina; a transição demográfica, incluindo a queda de fecundidade e (p. 124) a longevidade das gerações mais velhas; a coabitação de adultos de sucessivas gerações; as novas tecnologias reprodutivas; a crescente visibilidade de práticas familiares “alternativas” — uniões homossexuais, homoparentalidade, adoção nacional e internacional de crianças; o aumento de uniões consensuais (indicando certa “desinstitucionalização” da relação conjugal) junto com a ingerência cada vez maior do poder público em assuntos de filiação e cuidado de crianças. (Fonseca, 2010, p. 123-124)

Nessa pluralidade de composições e conceitualizações de família, aliás, alguns autores voltam-se ao parentesco, especificamente ao euroamericano pós-Schneider, para repensá-lo sob óticas mais esmiuçadas. Janet Carsten (2014), por exemplo, menciona o trabalho de Marshall Sahlins, o qual fisga o conceito de “mutualidade do ser” para indicar que parentes participam intrinsecamente na existência dos outros, são membros uns dos outros (Sahlins, 2013 *apud* Carsten, 2014). O sangue que permeia as relações de parentesco, essa “substância”, evoca outros significados para além do de matéria física: “implica fluxo e intercâmbio, bem como essência e conteúdo, e essa ambiguidade pode ser usada para desmembrar o que o parentesco envolve” (Carsten, 2014, p. 107). Assim, a autora se interessa por observar como o sangue transita no fluxo simbólico, transpassando seu significado de matéria física e se tornando também uma metáfora para outras qualidades mais abstratas do parentesco.

Carsten lança luz às gradações de parentesco, para apontar que focalizar no que o parentesco é ou não é, como Sahlins faz, diminui a atenção para as formas como o parentesco

se acumula ou se dissolve ao longo do tempo — “em processos de “espessamento” ou “diluição” de *relacionalidades*¹⁸” (*ibidem*, p. 106).

[...] por exemplo, regras de residência — em especial após o casamento — podem, sem dissolver laços de nascimento, levar a uma “diluição” dos laços dos filhos adultos que se afastam da casa onde nasceram [...]. Mas estas são questões complexas — paradoxalmente, se afastar também pode intensificar os laços nostálgicos de memória com a casa de origem [...]. (Carsten, 2014, p. 106)

A temporalidade, diz ela, é uma parte crucial da potencialidade imaginativa do parentesco. As substâncias, por essa ótica, “permitem [...] conexões entre processos corporais e pessoas e [...] entre diferentes temporalidades que são vitais ao encompassoamento e entrelaçamento do parentesco na vida cotidiana” (*ibidem*, p. 113), parecendo assim que os fluidos sexuais e o sangue ocorrem comumente como meios para a transmissão do parentesco também como metáfora, ao lado de diversas outras matérias corporais que também transmite as essências das pessoas e seus relacionamentos ao longo do tempo.

Juliana Caruso (2020), de encontro à Carsten, diz que há certos riscos ao empregar de forma engessada as concepções das substâncias. O alargamento da substância a partir de seus variados componentes é também uma forma de pensar a respeito dos pequenos ou microscópicos, até mesmo invisíveis, elementos que compõem as substâncias e, conseqüentemente, as relações de ancestralidade e parentesco, trazidos também pelas novas tecnologias genéticas. Citando Marilyn Strathern, Caruso aponta que, como uma força vital transmitida de uma pessoa a outra, o DNA são os traços ancestrais de conexões geracionais, evidência física que apenas existem como resultados de relacionamentos (Strathern, 1970, p. 42-43 *apud* Caruso, 2020, p. 45).

Kaja Finkler (Finkler, 2001 *apud* Caruso, 2020) demonstra em seus trabalhos como o parentesco euroamericano, por se definir como sistema de descendência bilinear, recepcionou bem as noções de transmissão e hereditariedade cunhadas pela biogenética moderna.

Esta habilidade que o DNA possui para reagrupar e socializar pessoas com um vínculo biogenético de parentesco, ligados pelas figuras dos “True Biological Ancestors” (Finkler, 2001:249), seria ainda mais evidente em sua função de “repositório central de memória”. Para Finkler, além da possibilidade de traçar ancestralidades e reativar memórias e laços familiares, o DNA estabeleceria uma continuidade com os mortos, sendo ele no final das contas uma “partícula oca” não contendo nenhum efeito na memória direta familiar. (Caruso, 2020, p. 47)

Caruso concorda com o argumento de que o DNA pode ser uma partícula que carrega parentesco, biossocialidade — abordada no capítulo anterior — e fragmentos de memória

¹⁸ *Relatedness*, no original.

histórica e familiar. No entanto, a autora aponta a hipótese não de um esvaziamento do significado da partícula, mas de uma mutabilidade e maleabilidade que ela detém dentro do parentesco, sendo atravessada pela relacionalidade, como Carsten salienta. Tanto o ‘sangue’ quanto o ‘DNA’ têm a potência de “ligar o presente com o passado, sendo metáforas e materialidade para a ascendência, identidade e pertencimento” (*ibidem*, p. 49).

Tendo isso em vista, e enxergando os testes de ancestralidade genética como um dispositivo detentor do potencial de agir na construção e na modificação de parentesco e família, busquei, nesta pesquisa, ouvir e analisar histórias de vida e de família que tiveram os testes como ferramenta para a sua compreensão. Como dito no capítulo anterior, após a pesquisa por formulário, pude entrar em contato com alguns usuários de testes, plataformas e comunidades virtuais cujo foco era a reconstrução da genealogia pela genética.

Genealogia, aqui, atravessa não apenas mera curiosidade e “recreação”, como alguns estudos costumam descrever, mas perpassa reflexões a respeito de como se configuram as noções de parentesco e de família, no abstrato e no concreto. Como afirmam Moraes *et al.* (2022, p. 2), “a família, responsável pela origem da realidade que constitui as relações (Lacan, 2008), é o objeto, posto em perspectiva histórica, da genealogia”. Essa composição de narrativa autobiográfica proporcionada pela reconstrução da genealogia “inscreve-se na busca por atribuir sentido ao mundo e na constituição de uma identidade local que é atravessada pelo desconhecido, pela ‘peça’ que falta ao quebra-cabeças étnico que compõe os países colonizados” (Hoff; Holtz, 2020, p. 206). Assim, apresento três interlocutores que dialogaram comigo para a construção dessa pesquisa: Victor, Patrícia e Márcia.

Todas as entrevistas realizadas foram guiadas mais ou menos pela mesma estrutura de perguntas, fazendo-se, claro, adaptações conforme novos caminhos fossem se tornando oportunos a partir da particularidade de cada história. Como todos os interlocutores foram pessoas que eu pude entrar em contato pela primeira vez somente através do grupo no Facebook, de início eu me apresentei, e pedi a eles que se apresentassem também. Com isso, cada um me contou um pouco da sua história pessoal e da história de sua família, muitas vezes já emendando no tópico dos testes de ancestralidade genética, de como o interesse pelo assunto surgiu e das novas informações que receberam com os resultados.

3.2 Famílias e parentes entre consumidores dos testes de ancestralidade genética

Residente do estado do Rio de Janeiro, Patrícia é uma mulher cisgênero, tem entre 31 e 40 anos, é parda, heterossexual e possui uma renda mensal de 2 a 4 salários-mínimos. Ela adquiriu seus testes de ancestralidade nas empresas MeuDNA e Genera, motivada por questões identitárias e autoconhecimento, pela busca de informações sobre a própria família e pelo possível contato com novos parentes. Nosso contato foi feito por meio de chamada de vídeo, na plataforma Zoom, dia 26 de setembro de 2022. A sua rememoração genealógica começou a partir do que ela já sabia a respeito de seus pais.

Eu não tinha nenhuma informação a respeito do lado da família dele, porque ele nunca falou de família, nunca falou de nada, não conhecia ninguém, é... a minha mãe, ela... a mãe dela vinha de Sergipe e o pai dela, dizia-se, né, que era filho de portugueses. E era só o que eu sabia, e eu não conhecia ninguém, tanto da família do meu avô materno quanto da família do meu pai, não conhecia ninguém porque já tinha morrido todo mundo, não tinha contato e tal. Eu conheci algumas pessoas pelo lado da minha avó, que ela tem uma irmã que mora aqui no Rio, e sabia que ela tinha algumas irmãs que ainda moravam lá no Sergipe, só isso. Eu comecei a pesquisar a questão de genealogia, né, que minha mãe falava que o avô dela era português, era português e tal, e aí eu comecei a pesquisar pra poder tentar a questão da cidadania, e comecei a me interessar, comecei a pesquisar mais a respeito disso, e foi aí que eu descobri os testes de ancestralidade. E aí fiquei curiosa pra saber, até porque uma das possibilidades de você usar esse teste é justamente encontrar pessoas que compartilham o mesmo DNA, aí eu pensei “ah, vou tentar pra ver se encontro mais alguém, pra conhecer mais da história da família e tudo mais”, e foi aí que eu acabei fazendo. Fiz o DNA, e depois por curiosidade acabei fazendo o Genera, que eu consegui pegar uma promoção boa e fiz aquele pacote completo que vem a questão de saúde, vem aquilo tudo. (Patrícia)

Entendi, por essas palavras, que o pretexto para que ela buscasse o teste fosse, de início, para tentar obter a cidadania portuguesa¹⁹, e após ter contato com a pesquisa genealógica, se interessou pela funcionalidade de poder encontrar outros parentes por meio das plataformas. Perguntei a ela se isso se confirma, e ela disse “sim, sim, sim”, concordando com certeza. Pelo que sabia (ou não sabia) da história da sua família, Patrícia recorreu ao teste genético para remontar o seu passado; ao decorrer do tempo, também se cativou para o DNA “escondia” sobre seu presente e futuro.

Diferentemente de Patrícia, o interesse de Victor pela descoberta de suas raízes se manifestou mais cedo. Baiano e habitante do Rio de Janeiro, Victor é um homem cisgênero, tem entre 31 e 40 anos, é branco, gay e dispõe de uma renda mensal de 4 a 10 salários-mínimos. Nosso contato ocorreu no dia 21 de setembro de 2022, por meio de uma

¹⁹ Como traz França (2009, p. 268), “a busca da dupla cidadania é um aspecto importante a ser visto, uma vez que essa ordem global traz a dimensão da modernidade ao lado dos recursos de comunicação e a sua inferência sobre a rede de parentesco e a ancestralidade”.

chamada de vídeo via Zoom, a qual infelizmente conteve vários momentos inaudíveis na gravação por problemas de conexão com a internet. Apesar disso, a maior parte da conversa foi gravada e posteriormente compreendida.

Victor, desde o início, se mostrou muito proativo e disponível em se tornar um interlocutor da presente pesquisa. Posteriormente, na nossa conversa, entendi que muito disso se deu por ele também ser pesquisador, além de ser professor acadêmico. Mas para não começar pelo final, solicitei a ele que me contasse a sua história e a história de sua família, a fim de compreender qual é o seu pano de fundo e de onde suas perspectivas partem.

Eu sou da Bahia, de Feira de Santana, uma região do Recôncavo da Bahia, naquele miolinho lá de Salvador, é... a minha família por parte de pai é da zona rural de Feira de Santana, que foi justamente onde a cidade começou [...]. E a família da minha mãe é do interior de Pernambuco, mas que já mora na Bahia há... minha mãe se mudou pra Bahia quando era [inaudível, provavelmente criança] e agora eles tão... agora não, já tem um tempo né, eles tão lá na Bahia, mas ainda tem parentes, boa parte da família tá no interior de Pernambuco. Eu já fui visitar... Tá, sobre a história da minha família e agora, beleza, a minha história. Então, eu nasci lá em Feira de Santana, passei 30 anos da minha vida por lá, depois, é... me formei lá, na Universidade [inaudível] comecei a trabalhar por lá mesmo, na área de saúde, depois acabei debandando pra outra área, fui fazer Letras Inglês. Me mudei pra Campinas depois pra fazer o mestrado e doutorado lá na Unicamp, em Campinas, e agora tô no Rio de Janeiro, que eu sou professor da UERJ. Mas o interesse sobre a minha história, a minha família, surgiu meio que por acaso. Eu sempre convivi muito de perto, e meu avô tá vivo até hoje, fez 88 anos essa semana inclusive, e aí... [...] apesar da idade avançada, ele é super saudável, super independente, muito lúcido, tem uma memória, assim, absurda, de datas, locais, de gente que “ai, eu sei quem é, lembro de tal pessoa, de tal família, e morava na fazenda tal”; então ele tem uma memória muito absurda, e tem mil histórias. Acho que é de família também, que minha mãe é professora de história. Aí eu sempre gostei muito de saber sobre os antepassados e tal, e aí eu sempre gostava muito de ouvir essas histórias dele. Sempre tem aquelas histórias de mistério também, né, tipo assim, morava numa fazenda, sempre tentava... então desde criança eu ficava curioso pra saber essas histórias de aventura dele, já que ele sempre morou o tempo inteiro, boa parte da vida dele, numa fazenda e tal, criava gado, aí tinha... enfim [...]. Na parte do meu pai, os meus avós, na verdade minha bisavó, eu cheguei a conviver com ela, na parte do pai, no caso. Na parte da mãe também, eu conheci dois bisavós. Mas essa minha bisavó na parte do pai, ela faleceu eu era criança, eu lembro vagamente [inaudível], e eu queria muito começar a investigar esse lado da família, evoluir na genealogia, bem pouco assim. Mas eu me lembro bem da fazenda que ela morava também, foi a primeira vez que eu vi alguém tirando leite da vaca quando eu era criança, fiquei chocado “perai, como assim, gente!”. Só via leite na caixinha e pensei “nossa, um animal gigante” [...] fiquei chocado. Aí, eu me lembro da fazenda, eu me lembro que tinha plantação de mandioca, de laranja, tinha uma olaria, eles só faziam farinha, então era uma fazenda bem grande e realmente desde que ela faleceu [inaudível] meu avô tem uma memória tipo assim, muito boa, e meu pai tem uma memória péssima, então eu fui perguntando coisas e ele não sabe nem o nome completo das pessoas, ele acha “não, eu acho que essa pessoa, não sei se já morreu ou se tá viva”, então, assim, a parte do meu pai eu só tenho pedaços da história, apesar de estar pesquisando ainda, inclusive com documentos [inaudível] paterna e tal. Aí, o... até que um dia, eu não sei nem como eu comecei, assim, a ter a ideia de fazer o teste de ancestralidade, não sei que estalo me deu na cabeça, mas foi alguma promoção de algum laboratório, eu falei “nossa” [inaudível] foi uma surpresa, algumas eram meio

óbvias de ter parte portuguesa e africana, só de olhar pra algumas pessoas da minha família eu já sabia, até pela localização e tal, mas aí algumas coisas já começaram a me surpreender, porque, por exemplo, sempre tem aquela história que se conta em quase toda família que se tem uma [inaudível] da... da comunidade dela e que tudo mais, isso é quase uma lenda urbana né, um monte de famílias se conta essa história, e na minha tinha essa “ah, sua avó era índia ou era descendente de índia, e aí ela foi raptada e tudo mais” e aí deu quase nada de indígena, e eu pensei, é, não é bem assim [inaudível] deu sei lá, 4% de indígena, então muito provavelmente eu não vou ter um bisavô ou uma bisavó indígena, então é coisas que as pessoas vão contando e que nem sempre são verdade. Mas aí teve outras coisas que vão surpreendendo, de ter, por exemplo [inaudível] investigar um pouco mais e você vê que as peças vão juntando, vai ver que tinha tradições que por exemplo, o avô dele guardava, e ele não sabia exatamente o que era, ele chamava assim “ah, são os costumes dos antigos” e tal, a gente vai ver e na verdade eram costumes judaicos. Depois eu fui escutar, e a região lá da família dos meus avós maternos, interior de Pernambuco, é uma região onde você vai ver essas coisas. Então assim, realmente... nossa, acho que eu já me perdi no assunto. Eu sempre gostei de saber um pouco mais de história, ancestralidade, então eu continuo nas minhas pesquisas, eu tô em grupos de genealogia genética, eu fico vendo quem eu dou *match* com quem, e eu tô buscando pra saber as histórias porque eu gosto de saber o tanto de coisas que aconteceram com as pessoas que vieram antes de nós, até a gente tá por aqui né. Às vezes a gente tem uma visão muito, tipo assim, ah, a vida, beleza, nossa história começa quando a gente nasceu, mas passou muita coisa até a gente chegar aqui né. Então eu acho legal. (Victor)

Nessa fala, se percebe que as histórias contadas sobre fatos, muitas vezes, se misturam às memórias afetivas que constituem sua a identidade. Lembrar-se da primeira vez que viu uma vaca ser ordenhada e do sentimento de choque quando criança, auxiliou Victor a evocar descrições da fazenda da família e de como se deu o processo de navegar pela rememoração genealógica. Analisar sua linhagem, seu material genético, comprovou-se ser mais que fator biológico, compondo “fragmentos de memória histórica e familiar”, como Caruso (2020) descreve.

Senti ternura em suas falas ao ouvi-lo contar sua história. Além do mais, me chamou especial atenção quando Victor demonstrou não acreditar em determinada narrativa contada na família — de ter uma parente indígena que foi raptada — por não ter aparecido em seu resultado do teste genético uma alta porcentagem pertencente a algum povo nativo. Com isso, é de importante reflexão a problemática tratada anteriormente, a respeito de populações negras e indígenas serem sub-representadas em estudos genômicos e, conseqüentemente, não integrarem de forma substancial as bases de dados referenciais que dão suporte às informações divulgadas nos resultados dos usuários. O dado que o teste revelou a Victor o fez desacreditar de uma história transmitida oralmente através das gerações em sua família, ou seja, foi concedida mais credibilidade ao teste, talvez pelo status de fidedignidade que a ciência carrega, como explorado no capítulo anterior.

Por sua vez, Márcia teve seu interesse na pesquisa de genealogia genética despertado por outra pessoa de sua família. Nascida, criada e residente do Rio Grande do Sul, ela é uma mulher cisgênero preta, também está na faixa etária entre 31 e 40 anos, é heterossexual e possui uma renda mensal de 2 a 4 salários-mínimos. Adquiriu seu teste pela empresa Genera, para fins de autoconhecimento e questões identitárias, bem como para buscar mais informações a respeito da história da sua família.

Nosso contato aconteceu primeiramente via e-mail e, com isso, Márcia me passou seu número de celular para que pudéssemos conversar por chamada de vídeo via WhatsApp, a qual ocorreu no dia 20 de outubro de 2022. Assim como nas outras entrevistas, pedi a ela que me contasse da sua história e a da sua família, a fim de me inteirar do que era sabido antes da compra do teste. Sua primeira fala, na verdade, foi sobre não se lembrar do que a minha pesquisa se tratava, pois ela estava em muitos grupos que discutiam o assunto e disse adorar responder às pesquisas que a ela aparecem — lembrava de que respondeu, mas não qual era a questão tratada. Expliquei brevemente à interlocutora, e ela se recordou. Dentre todos os interlocutores, Márcia foi a que mais se delongou ao contar a sua história. Nossa conversa foi carregada de sentimentos intensos, ao que ela contou sobre suas dificuldades ao tentar traçar suas origens.

A ideia do teste genético, no caso, surgiu do meu irmão [...]. E aí ele que pesquisou, ele que descobriu. Aí ele botou uma pilha em mim pra fazer o teste, porque ele não tinha dinheiro pra pagar. Só que aí quando eu fui fazer o teste, eu vi que se eu fizesse o teste, a gente não ia descobrir [...] a ramificação por parte paterna no teste. Aí eu disse “ah, e agora?” só que aí eu já tava louca pra fazer o teste também. Aí acabou que nós dois fizemos o teste. Bom, mas enfim, o que que a gente sabia da nossa família: muito pouco, assim como eu continuo sabendo muito pouco, né. Hoje... eu sou natural de Rio Grande [...], mas os meus pais, eles são de Canguçu, que é também aqui no Rio Grande do Sul mas mais pro interior assim, [...] Canguçu é uma cidade de [...] de campo né, e eles são famílias humildes que vieram de trabalho da terra, de... enfim, pessoas bem simples que trabalhavam em terra, lavoura, e coisa e tal. Outra coisa que eu sabia: [...], meu bisavô por parte materna, um dos meus bisavôs, ele tinha sido criado por família que não tinha sido a família biológica dele, né, que no caso seria o... ele recebeu o sobrenome de Prestes, mas eu sempre soube que os Prestes que a minha família carrega não é o Prestes que vem da qualidade sanguínea, né, porque ele herdou esse sobrenome quando ele foi adotado por esta família, né, não sei qual é a origem dele, qual é a família dele. E aí [...] eu comecei a pesquisar. Quando a gente recebeu o resultado dos nossos exames, aí deu a porcentagem que nossa maior porcentagem é da África, né, minha e do meu irmão. A gente desconfiava, mas como o tom de pele, raça, cor, não quer dizer nada, porque eu posso ser negra, ter a cor negra, e a minha genética ser europeia, isso não quer dizer nada. Aí a gente entendeu [inaudível] aí eu vou começar a fuçar nesse vespeiro, mas... [...] hoje eu tenho poucos parentes antigos, né, pessoas antigas ainda na minha família. Eu não tenho mais avós paternos, o meu pai já não se lembra de muitas coisas, a minha avó materna, que é a minha única avó que eu tenho, já tá com uma certa idade, já não se lembra de muitas coisas, muitas coisas não quer falar, né, aquela coisa assim, “o que aconteceu lá atrás morreu lá atrás”, é

tipo assim. Eu comecei a cavucar algumas coisas e aí eu comecei a meio que apertar, “ah, vó, o que que foi isso? Ah, vó, eu descobri quem foi fulano” e aí ela falava mas já vi que desconversava, assim, muitas vezes, muitos assuntos acabou desconversando e aí eu fui vendo que... nos grupos, que essas pessoas mais antigas não gostam de falar das coisas que aconteceram no passado ou o que aconteciam antigamente. E aí uma das minhas maiores dificuldades que eu encontrei até agora, foi uma coisa que me fez desanimar um pouco nas minhas pesquisas foi isso, essa dificuldade de encontrar informação, enfim. Mas aí eu comecei a pesquisar, devido a algumas histórias que eu já tinha escutado quando eu era criança, alguns nomes, algumas coisas que vinham ali na minha genética, eu comecei a pesquisar. E aí por coincidência, a localidade da minha avó materna [...] chama-se Quilombo de Moçambique, é um quilombo, hoje ele é reconhecido como um quilombo. E aí eu tinha essa informação, em Canguçu. E o que que eu fui? Eu fui e joguei no Google, Quilombo de Moçambique, e começou a aparecer várias coisas. E aí eu comecei a pesquisar, comecei a fuçar, eu apertava minha avó daqui, meio que apertava a minha avó dali, aí tinha alguns nomes de alguns parentes meus, no caso minha bisavó eu sabia o nome, meu bisavô eu sabia o nome, e eu comecei a ver que os nomes deles apareciam, do nada começaram a aparecer pra mim. Então por que que o nome deles tão aparecendo aqui? E aí eu vi que já tinham sido feitos alguns estudos por eles serem colonizadores desse quilombo, já tinham sido feitos alguns estudos sobre eles. Aí, opa! Legal, já estudaram um pouco sobre a minha família. Comecei a pesquisar, e me aprofundar. Que que eu descobri? Eu não vou saber te falar com os termos talvez que vocês usem, tá? Eu vou te dizer no nosso linguajar, do meu bisavô, tataravô, e tal. Andando 4 vós pra trás, seria o meu quarto avô, ele foi... ele é filho de escravo, de uma escravizada, tá? A mãe dele já é filha de uma escrava que veio, ele já nasceu aqui, só que ele é filho de um senhor, de uma fazenda, com uma escrava. E aí foi aonde que desembolou a história, eu chamo ele de vô Dudu, que foi onde eu achei mais coisas que desmanchou no quilombo ali. Só que aí a minha avó não... o que ela sabe ela não conta, ela diz que não sabe muita coisa mas o que ela sabe ela também já não conta. E infelizmente, eu entrei em contato com a pessoa que escreveu esses estudos, que é da faculdade da cidade vizinha, e infelizmente ela não consegue me liberar, tipo assim, tem alguns fragmentos só no Google, e eu queria o documento inteiro, só que ela disse que tá preso no Incra, porque é um negócio de... como é que eu vou te dizer... de disputa de terras. Eu acredito que o governo quer tomar posse e não pode porque são terras que foram dadas para escravos, e hoje é um quilombo, entendesse? Então tá nesse estudo, e ela fez esse estudo em cima disso, e foi onde desmembrou a história da minha família. Então essa pessoa tem todo o desdobramento, só que eu entrei em contato com ela e ela não pode me ceder, mesmo provando que eu era neta, bisneta, tataraneta, dessa pessoa ela não pode me ceder porque tá em segredo do Incra. Mas aí o que que eu consegui descobrir? Eu consegui descobrir o nome dele, desse meu bisavô, que é filho de escravo. Ele foi escravo numa determinada fazenda, ali na região de Canguçu, ele quando teve... ele no caso já nasceu na lei do Ventre Livre, ele herdou o sobrenome da família que criou ele, de onde ele nasceu, do suposto pai, sobrenome do suposto pai. Tenho mais ou menos quem seja o pai dele, ou mais ou menos a família, a família que ele pertencia, mas eu não consegui achar nenhum documento que provasse o vínculo dele a essa família, a não ser que quando ele saiu desta casa, quando ele adquiriu maior idade, ele saiu né, porque aí eles se casavam, foi fazer a vida deles. Ele ganhou uma porção de terras pra fazer a vida dele dessa família, e aí tá no registro que é a briga do Incra hoje, e nessa porção de terras é onde é o quilombo, uma parte desse quilombo. E eu tenho ainda uma tia avó morando lá [...], que mora nessa fração de terras hoje, que tá com a minha família são 7 hectares e meio, mas na época quando ele recebeu foram 45 ou 50 e poucos hectares, ou braçadas que eles diziam na época. E aí se desdobra então, [...] eu consegui descobrir anterior a ele, eu consegui descobrir o nome de mais 2 mulheres, por que o que acontecia? Os filhos delas eram sempre filhos de senhores que abusavam delas, nunca tinham registro de pais, eles sempre eram registrados como filhos legítimos daquela escrava, proprietárias [propriedades] daquele senhor, daquele proprietário. Eu até consegui

[...], pesquisando nos sites eu consegui, algumas certidões, mas só, não consegui ir muito a fundo. Através do teste de DNA, eu consegui localizar um primo meu, longe, que é dessa família que era proprietária desse meu avô que era escravo. Ele também fez o teste, eu também fiz, a gente conversando, não sei o que, e ele tinha uma parte, ele até me disse que poderia conseguir as cartas de alforria, só que fica numa cidade bem distante da minha, eu teria que tirar um dia e ir pesquisar no arquivo municipal, no arquivo geral do estado, mas ainda não consegui ir. Mas aí eu perguntei se ele tinha porque ele fez uma pesquisa bem grande sobre a família, toda a árvore dele né, aí eu até perguntei se ele tinha as cartas de alforria, mas aí eles falaram... ele falou que não, não sei se, né... acredito que muitas foram destruídas, foram destruídas né quando teve... eliminar as provas, mas ele disse que muita coisa eu ainda posso encontrar nesse arquivo geral, mas eu ainda não consegui ir no arquivo geral. Isso é um pouco da história da minha parte materna né, que é onde eu consegui evoluir mais. Da minha parte paterna, é onde eu simplesmente estagnei. Como eu te disse, o meu pai não se lembra de... ele saiu muito novo lá de Foz [do Iguaçu], aí veio pra cidade, e aí ele [...] não se lembra das pessoas. Eu tentei... a minha avó já faz muitos anos que faleceu, documentos e coisas que poderiam ter eu até tentei falar com as minhas tias, que cuidaram dela nos últimos tempos, mas acredito que se desfizeram de tudo. Como eu disse, passou muitos anos que ela faleceu, então eu não consegui avançar, [...] eu tenho só até o sobrenome dos meus bisavós que é o que eu consegui na certidão de nascimento do meu pai, e eu não conseguia [...] achar nenhum registro original nos cartórios das certidões dele, nos livros de registro ainda, né, eu não sei porque nessa cidade só começou o registro depois de uma certa época, de 1920 eu acho, não tinha registro, eles não registravam, então também tem toda essa dificuldade de se encontrar. E aí é isso, eu fico curiosa de saber, não consigo descobrir muita coisa. Aí eu pesquiso um pouco, desanimo um pouco, mas é um assunto que eu gosto, que eu sempre tive vontade de pesquisar, que era as minhas origens. E aí deu uma coincidência que o ano passado... aí eu fiquei desempregada e pensei assim: “tá, o que que eu vou fazer agora?”. No ano passado não, já faz 1 ano, fez um ano que eu tô desempregada. “Vou começar a pesquisar” [...]. Peguei os documentos que eu tinha aqui em casa, que eu tinha uns documentos de inventário quando a minha avó faleceu, a coisa toda, e aí que eu comecei as minhas buscas né. Aí em dezembro foi que eu fiz o teste com meu irmão, que aí deu mais vontade ainda, e aí foi que eu comecei a fazer as buscas. Mas é aquilo né, eu encontro muito... na parte dessa minha linha, que eu já sei que o meu... vou botar meu avô, vô Dudu que eu chamo, era escravo, eu sei que eu vou parar ali, porque quando eles foram... eles vieram do Brasil, a mãe dele, a avó, a bisavó dele veio pro Brasil, os nomes deles foram trocados, né, eles perderam a identidade deles. Então eu sei que a minha porcentagem de, por exemplo, “ah, minha grande porcentagem da África é da Costa da Mina”, né, que provavelmente a minha tribo seja Iorubá, lá da África. Mas eu nunca vou saber qual realmente era a minha tribo, qual era a minha família de origem, porque o sobrenome deles, os nomes deles foram trocados quando eles chegaram aqui no Brasil, né. Então, é um pedaço da história, que quando tu começa a... pelo menos pra mim, quando eu começo a pesquisar muito... acho que eu começo a pesquisar e eu paro, porque até mesmo me traz um pouco de revolta em relação a isso, entendessee? Por que apagaram a nossa história? Aí eu pesquiso, pesquiso, pesquiso, aí eu começo a ver aí eu paro, entendessee? Aí eu paro no tempo, aí eu vou ver outras coisas, aí depois eu sigo de novo, entendessee? Porque eu fico meio de cara com esse apagamento da história, que as pessoas, os europeus fizeram com a gente, entendessee? [...]. Eu posso descobrir [...] talvez quem foi o senhor que engravidou ela, quem é o pai dele, não vou descobrir mais do que isso, entendessee? Na ramificação do meu pai, eu já não conseguia... eu conseguia algumas coisas, mas eu não consigo evoluir porque eu não consigo ir pra lado nenhum, entendessee? Também são da mesma região, mas eu acredito que a minha parte por parte de pai já não seja da parte da África, tá? Seja da parte europeia, que seja minha outra parte. Quanto à questão de nome, de sobrenome, de tudo que eu venho pesquisando, ela não me remete a essa origem africana, entendessee? Até mesmo ali na região onde o meu pai foi criado, no caso o

sobrenome por parte de pai é Goulart, e aí eles sempre falam, tem os Goulart negros e os Goulart brancos. Então teve essa mistura, entendeu? Que misturou as cores das famílias e aí surgiu essas duas ramificações. Provavelmente foi de uma origem europeia que algum pegou alguma negra, ou algum negro pegou alguma branca, se casaram e surgiu as duas ramificações, e aí surgiu as duas origens do nome Goulart com as duas tonalidades de cor, e aí vivem na mesma região ali. O meu pai é Nunes, o Nunes também não é de origem africana, assim, e eu sei que o Nunes ele herdou da parte da minha avó, e eu sei que a minha avó também foi criada numa fazenda [...]. Agora eu já não sei se ela foi criada nessa fazenda porque os pais dela eram trabalhadores dessa fazenda, criados dessa fazenda, ou se ela foi criada nessa fazenda porque ela foi dada nessa fazenda, entendeu? E eu acredito que eles eram trabalhadores nessa fazenda, porque eu conhecia algumas tias-avós, irmãos da minha avó, então eu acredito que eles eram uma família que trabalhava numa fazenda, só que aí, será que esse Nunes que ela recebeu, que o pai dela ou a mãe dela recebeu, será que era do dono da fazenda? Porque o nome dessa fazenda é Nunes, então eu acho que já vem uma história que mais atrás alguém deu esse sobrenome pra eles, entendeu? Pode ser que seja a mesma parte que aconteceu com o meu avô da parte dos Prestes que foi criado por uma família, que foi dado como de criação, recebeu aquele nome, ficou na fazenda, teve família, e sempre ficou carregando esse nome. Só que eu nunca encontrei ninguém dessa família, eu sei mais ou menos onde é essa fazenda mas eu não conheço ninguém, entendeu? Também não tem ninguém que possa me informar sobre essa origem aí. Aí acaba que a minha árvore fica meio... as minhas pesquisas meio que ficaram estagnadas, entendeu? Uma por esse monte de mistérios... Pela parte materna, eu tenho uma tia avó materna, irmã do meu avô, e aí eu entrei... cara, ela já tem uma certa idade né, aí eu entrei em contato com as filhas dela pra saber se poderia conversar com ela sobre esses assuntos, coisa e tal, e as filhas dela não permitiram, não permitiram porque ela já tem uma certa idade, e não seria bom mexer nessas coisas do passado, não sei o quê. Só que na verdade eu não queria saber o que que ela fez e o que que ela deixou de fazer, porque é aquela história, assim, “ah, se os [inaudível] falassem”, mas na verdade não é, porque eu não conheci o meu avô paterno, na verdade nem minha mãe conheceu. Quando ele faleceu, ela tinha 9 anos, entendeu? Então nem ela conheceu o pai dela. Então o que que eu queria conversar com ela? Saber como eram os pais dela, quantos irmãos ela tinha tido, e as filhas dela não permitiram, entendeu? “Ah, porque isso vai remeter lembranças, vai remeter lembranças de pessoas que já faleceram, e aí vai deixar ela muito triste...” entendeu? E aí tu encontra essa barreira com pessoas que poderiam me contar histórias, poderiam me trazer informações de... informações mais relevantes, né, mas eu não consigo ter acesso às pessoas, aí eu estagnei completamente, porque eu não tenho documentação, e não tenho as histórias orais das pessoas antigas [...]. (Márcia)

Haja vista a narrativa autobiográfica realizada pelos interlocutores, percebe-se que a busca pelo preenchimento de lacunas sempre está presente. Assim como dito anteriormente, essa aparente “curiosidade” muitas vezes está atrelada à busca de sentido no mundo e à própria constituição do sujeito. A narrativa é ligada não apenas à experiência pessoal, sendo também “a possibilidade de estar-com-outros de uma maneira registrada” (Ricoeur, 2015, p. 64 *apud* Hoff; Holtz, 2020, p. 206), oportunidade oferecida pelos testes de ancestralidade genética.

Com isso em mente, também levei as conversas ao ponto de quais informações novas os interlocutores tiveram acesso após o resultado dos testes. Victor mostrou já ter

conhecimento sobre muito do que se passou entre seus ascendentes, mas relatou suas surpresas. Ele disse:

Acho que o que mais me surpreendeu mesmo foi essa parte judaica, deu lá uma porcentagem tanto sefardita quanto ashkenazi. Aí quando eu comecei a [inaudível], deu uma parte africana, mas eu não lembro qual região era. Eles [os resultados] dão meio que uma região né, e não um país, porque, enfim, na época muitas não eram nem países ainda, mas era de uma região que eu falei “nossa, vou pesquisar um pouquinho mais”. Aí eu comecei a ler sobre e tinha comentado que lá pelo século XVIII e tal, vieram 10 mil pessoas escravizadas da África de uma região específica que eu não vou me lembrar. Ah, acho que é Serra Leoa, se eu não me engano. Então, acho que era até uma tese da UFBA, dizendo que era uma comunidade pequena porque não era exatamente o foco dos portugueses de trazer pessoas dessa região. Então foi uma coisa fora do comum, que a maioria era da região da Nigéria e tal. E aí tinha dizendo que durante esse século veio realmente uma quantidade pequena de pessoas de Serra Leoa, então eu fiquei “nossa, ó!”, aí as coisas vão se encaixando. Então é possível que eu tenha um pouco de ancestralidade dessa minoria de 10 mil pessoas, comparado aos milhões que vieram, dessas 10 mil pessoas que vieram e que os genes ainda tão por aqui, e tão em mim também, então é muito interessante. Aí o... a parte que realmente mais me surpreendeu foi a parte judaica mesmo, que eu desconhecia, inclusive é uma parte da história do Brasil que é meio que passado. Mas aí depois a gente vai ver, eu comecei a estudar os textos de... qual o nome dela? Anita alguma coisa, é um sobrenome alemão eu acho²⁰. Ela era pesquisadora da USP, e ela é uma das grandes pesquisadoras dos judeus aqui no Brasil, inclusive do período colonial. Era uma quantidade enorme de pessoas, muita gente. Pelos estudos dela, por exemplo, tinha uma época do Brasil Colônia na Bahia, na região de Salvador e tal, parece que 20% da população eram judeus convertidos, eu falei “gente, 20% é muita gente, não é só uma galerinha que veio, sei lá, meia dúzia de pessoas que vieram aqui e se esconderam, é muita gente”. Então, é uma parte da história que é silenciada de alguma forma, né, porque a gente ouve as grandes narrativas, dos colonizadores, dos portugueses, lógico... a gente não ouve a história de outros povos que foram parte da história do Brasil, e os judeus tiveram uma contribuição muito grande, por exemplo, inclusive no Nordeste. Quando a gente fala de judeu, a gente pensa logo na imigração que veio fugindo da guerra e tal, mas teve uma quantidade muito maior que veio em outros anos e que ajudou a formar o que hoje é o Brasil né, inclusive tem muitas famílias que ainda guardam algumas coisas, e aí a gente vai ver e é herança judaica sefardita, por exemplo, como a minha família também, coisas que até hoje eu não entendia e que a gente vai ver que são costumes que todo mundo só repete, acha que “não, são costumes dos antigos”, como meu avô falava né, e é costume judaico”. Então, acho que isso foi uma coisa que mais me surpreendeu mesmo, saber que as narrativas, tem umas que são... é... o passado pode ser recontado né, as pessoas acabam dando foco em uma coisa e menos em outra, então, é, eu acabei me interessando por essa parte que não é contada, a história inclusive da minha família.

Patrícia, quando questionada a respeito do que ela descobriu com os resultados do teste, me contou que conseguiu encontrar algumas pessoas — como ela disse, “descendentes dos meus ancestrais”. Entrou em contato com um rapaz francês, parente pelo lado de sua família vinda de Portugal. Também se deparou com uma prima brasileira que mora nos Estados Unidos, pelo lado da sua família de Sergipe. Como os testes revelam parentes tanto

²⁰ Provavelmente, Victor se referia a Anita Waingort Novinsky, professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

pela parte materna como paterna, não foi possível distinguir de qual das duas os *matches* encontrados pertenciam. Por isso, ela sugeriu à mãe que se testasse também, para conseguir fazer a separação do que era o DNA do pai e do que era o da mãe. Com isso, identificou correspondências pelo lado paterno, contudo não compreendeu qual era o elo de ligação, já que essas pessoas eram de Minas Gerais, um lugar completamente diferente de onde o seu pai veio.

Com esse gancho, ela passou a comentar a respeito da localidade de onde vieram seus ascendentes, demonstrando ser uma informação imprevista.

Foi uma surpresa a questão da divisão da ancestralidade, a questão da divisão da... ai meu Deus, esqueci a palavra. Aquelas porcentagens das etnias, né, o seu DNA veio da onde, veio da Europa, veio da África... foi um pouco de surpresa, porque eu esperava bem mais percentual africano. Meu pai é negro, minha avó materna é negra, então eu esperava um pouco mais de DNA africano, só que no meu veio 30% só, tanto no MeuDNA quanto no Genera, a diferença foi muito pouca de um pro outro, é... DNA europeu veio bem alto né, óbvio. E eu esperava mais DNA indígena, só que veio bem baixo. Provavelmente, assim, foi algum... alguém perdido no meio do caminho, não é alguém próximo, alguém que consiga obter informações a respeito. (Patrícia)

Márcia, no entanto, comentou como a falta de registros ou a inexatidão destes se tornaram um grande empecilho para a reconstrução da sua genealogia.

O meu pai mesmo, ele foi registrado com um ano de atraso. A minha avó mesmo tem dois anos de atraso, porque eles tinham lá 10 filhos, e a cada dois anos eles registravam todos aqueles que nasciam naquele [período]... o escrivão demorava muito tempo pra passar em todas as casas, então eles iam anotando num livrinho, dia tal nasceu fulaninho, só que aí quando o escrivão passava lá nas casas, o escrivão registrava tudo no mesmo dia, então eles chegavam a... a minha avó mesmo tinha a irmã dela, a irmã dela nasceu em março e ela nasceu em novembro do mesmo ano. Só que não, né. Uma tinha nascido em 39 e outra tinha nascido em 41, só que aí o escrivão registrou as duas no mesmo ano de 41, entendeu? E aí fica complicado. (Márcia)

A antropóloga Maria Cristina França, em sua tese que explora os processos de reconstrução das redes de parentesco e trajetórias familiares em festas de família, a partir de um estudo antropológico, comenta sobre os papéis que alguns atores têm de “guardiões da memória familiar”. De forma consonante à sua etnografia, no caso do presente trabalho as genealogias de parentesco também partem de famílias nucleares, relações primárias de parentesco. Assim como os interlocutores de França, Márcia também trabalhou arduamente para compor o que sabe agora, “uma vez que a reconstrução das redes de parentesco remonta tempos em que o registro dos movimentos/existências dos grupos tinha como base apenas rastros e indícios” (França, 2009, p. 283).

Nas narrativas dos três interlocutores, há um elemento em comum importante de ser ressaltado: como a história social brasileira se insere na história da família. A comum descrição das “três raças” (brancos portugueses, negros africanos e indígenas nativos) foi bastante enfatizada. Por exemplo, Patrícia menciona seus ancestrais portugueses, conectados à família de seu pai. Victor, já tendo mencionado uma ínfima porcentagem de DNA indígena, contou descobrir raízes na região que hoje se tem por Serra Leoa, quando navios negreiros portugueses miraram nesta área, mesmo que por pouco tempo se comparado a todo o período escravocrata (Jesus, 2022).

E Márcia, quando se questiona “por que apagaram nossa história?”, não faz alusão apenas ao embranquecimento implementado no Brasil, mas também ao apagamento literal ocorrido na queima de arquivos ordenada por Ruy Barbosa, quando foi ministro da Fazenda (Duarte; Scotti; Carvalho Netto, 2015). Esse comando eliminou os registros de matrícula existentes nos cartórios das comarcas, e registros de posse e movimentação patrimonial dos escravizados trazidos ao Brasil, o que impossibilita seus descendentes buscarem documentações a respeito de seus ancestrais escravizados. Além do mais, Victor contou descobrir raízes judaicas pernambucanas em sua família — movimento que foi documentado e que pode ser identificado em costumes e memórias da população (Silva, 2019). Assim, percebemos como a história social se interliga com a história familiar de todos os indivíduos.

Por esse caminho, entende-se que as narrativas familiares são tecidas pela maneira particular que cada pessoa vivencia sua vida em família; por conhecimentos históricos; e, após os testes, por conhecimentos científicos. Por Patrícia estar surpresa pelas informações que descobriu pelo resultado do teste, perguntei se havia acontecido também um câmbio de visão a respeito da própria história. Ela parte dizendo que sim, pois como já me confidenciou anteriormente, os resultados do teste permitiram que ela percebesse um lado da história que antes era desconhecido. Patrícia sabia apenas que seu pai tinha vindo de um estado e sua avó materna de outro, mas não tinha conhecimento sobre o desdobramento dessa história, “o que tinha por trás disso tudo”. Com isso, quis apontar para os fluxos de migração ocorridos na sua família.

Eu brinco de dizer que eu tenho uma família migratória, porque ninguém veio... ninguém ficou no mesmo lugar muito tempo, todo mundo mudou, assim... de uma geração pra outra, todo mundo mudou de lugar. E eu já achava isso quando eu fazia genealogia, né, porque meu pai veio de um canto, minha avó veio de outro, só que quando eu fiz o teste eu percebi que de fato a minha família é um pouco migratória, porque os antecedentes do pai já vieram de um outro lugar, os antecedentes pelo lado da minha avó materna, apesar dela ter vindo do Sergipe, algumas pessoas que eu

consegui localizar apontam pra Bahia, apontam pra um outro lugar completamente diferente, ou mesmo dentro do Sergipe, ninguém ficou no mesmo lugar muito tempo, uma geração nasceu num município, a outra já nasceu num outro, a outra já nasceu num outro, é... me proporcionou conhecer essa história e fazer um pouco de trabalho de investigação por conta disso. E até pelo lado também português, eu acho que tem esse lado que acabou ficando mais tempo num mesmo lugar, mas me proporcionou conhecer as peculiaridades do lugar, porque meu avô paterno é descendente de portugueses, mas mesmo assim o pai dele veio de um canto de Portugal, a mãe veio de outro canto de Portugal, mas são locais fronteiriços, ou seja, já havia troca com os países vizinhos, que é no caso com a Espanha. Então permitiu conhecer um desdobramento que às vezes a gente ouve falar um pouco na história, quando a gente estuda, a história na escola a gente ouve falar questão de invasões, de guerras, etc, a gente ouve falar disso mas é diferente quando a gente vê um pouco dessa mistura, essa coisa toda assim, esse contexto dentro daquilo que a gente já ouviu falar, muda um pouco quando a gente vê isso dentro da nossa própria história. (Patrícia)

Ao passo que Patrícia percebe sua família como migratória, Márcia dá foco e importância a lugares mais determinados. Como havia mencionado, ela traçou suas raízes até o Quilombo de Moçambique, no Rio Grande do Sul. Por conta da falta de registros que possui sobre sua genealogia, Márcia valoriza as informações e histórias passadas pelas outras pessoas da sua família. Ela demonstrou ter firmado um entendimento de si e da própria história já com base nessas referências. Nesse sentido, questionei-a a respeito de mudanças na sua autopercepção a partir dos resultados dos testes, a fim de entender se elas aconteceram e, se sim, de que maneira.

Não mudaram, mas me deram certeza de me afirmar como... afirmar minhas raízes, de lutar pelos meus ideais, entendesse? [...] Hoje, assim, o racismo tá muito em alta, né, as pessoas tão muito sem noção em relação a isso, e aí às vezes as pessoas pegam em [inaudível] assim, ah... uma sobrinha do meu esposo — meu esposo é branco, né — e aí a sobrinha dele [disse] assim: “[...] eu não sou negra, eu sou 100% branca”, ela disse, né, mas o pai dela é aquele branco que no verão fica mais preto do que eu. E aí eu disse pra ela assim: “por que você afirma isso? Não é o teu tom de pele que diz quem tu é, se tu é branca, se tu é negra, se tu é parda, se tu é índia”. Aí eu peguei e disse pra ela assim: “pra começar, tu nasceu no Brasil, no Brasil ninguém é puro, tu não pode te afirmar nenhuma raça nessa regra no Brasil. E outra que tu te afirmar que é 100% qualquer raça, qualquer coisa, só no momento que tu fizer um teste, no momento que tu apresentar o teste... e mesmo assim, não é 100%”. Eu sei porque eu, quando fiz o teste, eu fiz do Genera, e o Genera não é o top dos tops, o top dos tops é aquele nem entrega aqui no Brasil, né, mas já me dá um parâmetro né. E aí eu disse pra ela assim “e as pessoas são muito desse negócio do tom da pele né” e aí ela ficou meio assim “ah, mas eu sou branca”, não, tudo bem, eu te enxergo como branca, tu me enxerga como negra, eu não tô dizendo isso, mas tu não pode afirmar que teu sangue é 100% branco [...]. Mas o teste só me ajudou a me afirmar realmente as minhas origens, e a lutar por [contra] essa desigualdade, de buscar, de querer saber mais, de ter mais conhecimento. Não vou conseguir saber realmente a fundo, mas são as minhas origens. “Eu saí daquela tribo, sou...” não. Mas no geral, me fez atentar mais meus olhos pra região lá, sabe? Em querer conhecer um pouco mais daquela região — mas não essa África que eles pintam na televisão, ou a África bonita ou a África daquelas crianças desnutridas. Não, a gente sabe que elas existem, não é isso, o que me chamou mais atenção é buscar sobre as tribos, entendesse? Aí eu fui escutar podcasts, eu escuto muito podcast de história preta,

vou começar a ler, eu vi aquele filme da Mulher Rei pra... tudo bem que o filme tá bem distorcido, que a história não é bem assim como contam no filme, não sei se você já viu, não vou te contar se tu não viu [risos]. [...] Hoje quando eu vejo as coisas, eu já vejo com outros olhos, entendesse? Já é diferente do que eu via as coisas antes. E parece que toca mais, entendesse? Quando falamos... Não é... não sei, quando eu escuto, quando eu leio as histórias do que eles passaram, parece que agora sabendo que parece que 70% do meu DNA tá com eles, parece que aquilo me toca mais do que tocava antes. Eu me sinto mais parte deles do que eles daqui hoje. (Márcia)

A interlocutora expressou um sentimento de vasta identificação, interesse e empatia com o povo africano do qual ela descende — segundo o teste do Genera. Analisando um outro caso norte-americano, Gaspar Neto e Santos (2011, p. 233-234) afirmam algo que vai de encontro à visão de Márcia: “[...] essa viagem de volta ao lar primordial através da (bio)revelação dos segredos escondidos no DNA mitocondrial e no cromossomo Y serviria também a um propósito histórico e cultural — ajudar a sanar lacunas, no sentido de uma recuperação histórica e identitária, causadas pelo sistema escravocrata”. Assim como presente na etnografia de França (2009, p. 270), “as relações familiares constroem as suas identidades sociais tendo nos valores “etnia”, “memória”, “família” e “religião”, entre outros, o sistema de valores (“ideologia” para Dumont, 1983) no jogo narrativo de pensar-se como grupo de identidade (Soares, 1981)”.

Mas avançando algumas gerações, com os seus ascendentes e outros parentes já nascidos no Brasil, como é a relação? Perguntei a Márcia a respeito disso, ao que ela me replicou:

No teste, dos dados genéticos, ele me deu uma vasta lista de pessoas, possivelmente parentes, primos, né? São primos distantes, assim, a gente compartilha algum grau de DNA. Eu entrei em contato com várias pessoas, porque ali quando tu bota, aparece os dados de e-mail pra ti entrar em contato com as pessoas. Não respondem, as pessoas não respondem, as pessoas parecem que... quando tu entra em contato, parece que tu tá em busca de herança, as pessoas têm medo de falar contigo, parece que elas têm medo de que tu daqui a pouco... [por exemplo] eu faço o teste aí eu descobro que sou tua prima e aí tu tem mais posses do que eu, e aí eu vou querer tirar coisas tuas, sabe? E aí no momento que eu fiz o teste genético, em nenhum momento eu pensei em descobrir um primo rico, ou um parente rico. [...] Então as pessoas têm esse receio, muitas vezes, de responder, porque... eu cheguei a essa conclusão e já vi outras discussões em grupos em relação disso, das pessoas não responderem com medo de que as pessoas vão se aproximar e descobrir que você tem alguma coisa mais do que ela e querer exigir, porque lá no teu teste genético deu que vocês eram parentes lá pelo tataravô. [...] Eu descobri esse rapaz, que veio a ser meu primo porque ele é parente da família Lousada, que é a mesma família que meu vô Dudu era escravizado, conversei bastante com ele, trocamos algumas informações, tenho contato com ele. Depois, apareceu pra mim um outro rapaz, que é até aqui da minha cidade vizinha, de Pelotas, com ele deu bem alta a porcentagem de compartilhamento de DNA, até me assustei, né? E aí depois, por fim, eu entrei em contato com ele, conversando aí, ele tinha o mesmo sobrenome que eu, só que eu achava estranho porque o Goulart dele era por parte de mãe, e aí parece que não

batia, não fechava as contas. E aí conversando com ele, eu descobri que ele era filho de uma prima do meu pai, que a gente conhece, que eu conheço a prima dele, só não conheci o rapaz. Também tenho contato com ele, ele é primo de primeiro grau do meu pai, né, e aí esse rapaz, no caso, realmente é meu parente. E descobri um outro rapaz também, um outro Goulart, que o pai dele é da mesma região que meu pai morava, o pai dele é o lindeiro do cemitério da família, é o que cedeu as terras pra construção do cemitério, que no caso não é só da minha família que tá sepultada ali, [se] você é da região, você sepulta ali. [...] E esse rapaz é filho desse senhor, e o meu pai conhece esse senhor, se eu não me engano esse senhor tá vivo ainda. Quando meu pai era criança, eles brincavam juntos, e provavelmente... esse senhor é branco... aí que esse rapaz tem essa coisa que eu te falei, a gente é primos distantes, bem distantes, e em algum momento a família se cruzou, porque aí fica bem definido, ele é os Goulart da parte branca e somos Goulart da parte negra, mas ele é da mesma região ali do pai [...]. E aí eu entrei em contato com várias outras pessoas, só que não tive retorno, as pessoas não respondem o contato que tu passa. (Márcia)

Na construção da genealogia, os laços de sangue e a ascendência comum são fortemente valorizados, enquanto o parentesco por afinidade é mais enaltecido para a convivência cotidiana. De forma muito semelhante à Márcia, Victor comentou também sobre a falta de interesse dos parentes encontrados na plataforma, de criar conexões e de se relacionar com ele, e também sobre a falta de interesse dos parentes que ele já conhece e convive, de descobrir sua genealogia. Victor disse ter conversado com a sua família sobre o que descobriu através dos testes, sempre comenta “com a família e com todo mundo”, mas a única pessoa que demonstrou interesse foi justamente o avô mencionado anteriormente, aquele que tem uma memória boa e se lembra das histórias. Sobre a ausência de curiosidade, ele diz:

A maioria só “hm, ah tá, legal”, faz aquela cara assim “ah... interessante...” [risos]. É uma pena, porque esses grupos que eu faço parte [inaudível] “se você morresse hoje, todas as suas descobertas de genealogia iriam pra quem?” aí muita gente comentando “ah, iria pro lixo porque ninguém se interessa”. Tá tudo salvo no meu computador, mas ninguém se interessa em mexer, então ia ficar guardado aqui pra sempre e ninguém ia saber, então é uma pena, é uma pena. Mas pelo menos tá tudo guardado, então quem sabe algum dia, sei lá, quando eu morrer, alguém vá recuperar e não fique perdido, porque eu acho que a gente poderia guardar e aprender com o passado, eu acho que é bom trazer o passado pro presente pra gente aprender com ele, com coisas que aconteceram, né, então eu acho que seria legal se mais pessoas se interessassem, inclusive da minha família. (Victor)

Victor, assim como Márcia, parece deter um papel de “guardião da memória da família”. Por comentar disso, aproveitei para lhe perguntar se ele obteve *matches* com outros parentes. Victor respondeu que sim, e que descobriu algo interessante. Contou que encontrou um homem, com quem está trocando mensagens por WhatsApp, mantendo contato, cujo sobrenome é Marinho da Costa. Marinho é o sobrenome da trisavó do meu interlocutor, a mãe da bisavó que ele relatou ter conhecido. Contudo, Costa é um sobrenome presente na família de seu pai, então não se sabe até o momento se essa conexão vem do lado materno ou paterno.

Victor falou que já adquiriu mais dois kits, para testar seu avô e sua avó, e que pretende comprar mais um para testar seu pai, já que seus avós paternos previamente faleceram e seu pai seria a única pessoa com quem seria possível descobrir os *matches* por esse ramo familiar. Seu desejo de testar mais parentes é instigado pela curiosidade de descobrir qual é o elo com essa pessoa com quem ele já tem uma correspondência, pois soube que, a depender do ramo, a árvore genealógica já construída por esse parente vai até “1600 e alguma coisa”.

Com isso, eu lhe indaguei como é a relação com esses novos parentes localizados. Victor comentou sobre seu contato com um *match* de 4ª geração.

Ela tem uma parte da família, tipo a avó, coisa e tal, em Pernambuco ou no Ceará, mas ela nasceu aqui no Rio de Janeiro. Aí tava conversando com ela um dia desses e ela “ah, sim, primo” (já comecei a chamar de prima) “a gente se encontra qualquer dia desses e tal, e marca, sei lá, um café ou um chopp, alguma coisa”... Aí tem alguns poucos que a gente começa a falar mais e tal, ou que pretende até se encontrar ao vivo. Teve essa, e tem esse outro que eu comentei, que eu não sei se é o Marinho da minha mãe, que ele mora em Paris, é artista plástico, e vai fazer uma exposição no Rio em novembro. Aí eu falei “cara, você vai sair de Paris pra vir pro Rio, a gente vai se encontrar então” [inaudível]. Aí até o momento só teve “ah a gente se vê”, “ah, bora marcar”, mas ainda não encontrei ao vivo nenhum dos meus *matches* ainda, mas eu pretendo. Quem sabe tem, sei lá... conhecer pessoas, eu gosto de conhecer pessoas, e acho que isso tá sendo outra coisa interessante, de descobrir parentes que ninguém conhecia, e através desses parentes a gente vê os rumos que os ancestrais levaram também, né? Uma coisa quase de detetive, de investigação, que é muito legal. Então eu pretendo estudar essas pessoas também.
(Victor)

Os parentes vivos atualmente parecem ser não apenas uma possibilidade de relação familiar, mas também uma fonte de pesquisa sobre a própria genealogia, de forma científica — conectando as árvores genealógicas nas plataformas dos testes — e de forma oral — ouvindo as histórias dessas pessoas e o que elas se lembram de seus antepassados. Isso pode ser lido de forma sutil na interpretação que Victor tem sobre seus parentes, e também no que Patrícia falou ao ser questionada sobre o contato com aqueles parentes que ela mencionou ter descoberto. Guiei essa parte da conversa com ela para sua compreensão sobre a manutenção desse contato, e, assim, abriu-se um espaço para que ela comentasse sobre a maneira de lidar com a proximidade já vivida em sua família conhecida, delineada por “não ter muita relação”. O mesmo comportamento se estendeu aos que conheceu recentemente, “sem ter muito contato”.

Basicamente, todo mundo tá fazendo a mesma coisa pelo mesmo motivo, pra tentar conhecer a história, mas assim, só quer conhecer a história mas não quer... essa coisa brasileira acolhedora, né, de querer conhecer, de querer falar, não é uma coisa que é muito presente na minha família. Então tem esse parente da França, a gente conversou sobre questões de tentar descobrir o ancestral em comum, e só, depois a gente não teve mais contato, apesar de eu ter o contato, ter o acesso a ele e tudo

mais. A que eu achei nos Estados Unidos, ela foi até bem fria, ela me passou o contato da irmã dela, e falou assim “ah, conversa com a minha irmã que a minha irmã que sabe dessa história toda aí”, e a irmã dela foi extremamente solícita, já foi bem diferente, ela ligou, mesmo, me contou tudo que sabia, porque a avó dela era irmã da minha bisavó, né, da mãe da minha avó. Então ela teve mais contato, ela conheceu mais, né, ela conviveu mais com o restante dos parentes, então ela já entrou em contato, já ligou, a gente não manteve contato depois disso mas eu tenho o contato dela e tal. E os outros, assim, eu tenho o acesso mas não tenho o hábito do contato, né. (Patrícia)

Apesar de essa ter sido sua experiência, Patrícia revelou que sua mãe viveu os resultados de uma forma diferente, como um “efeito secundário”. Contou-me que sua mãe tem primos por parte do pai dela, “pelo lado português”, com os quais conseguiu retomar o contato. “Ela conseguiu [...] conversar, lembrar aquelas histórias de criança, aquela coisa toda. Então, assim, pra mim não teve muito efeito, pra ela foi bom porque ela conseguiu entrar em contato com pessoas com quem ela já não tinha contato há algum tempo”. Sua mãe mantém contato atualmente com os parentes achados na plataforma.

Dessa forma, pela experiência que os três interlocutores tiveram, entende-se que laços de consanguinidade não são o suficiente para haver uma identificação e se manter um contato com determinado parente. Com o relato de Patrícia, eu a perguntei sobre uma questão que foi respondida aos poucos, enquanto pensava. Eu lhe disse, “você considera esses parentes novos parte da sua família?”, com o que ela me rebateu, “aí eu te pergunto, o que seria família?”, e nós duas rimos. Retribuí a pergunta, “o que seria pra você?”, e ouvi:

No meu entendimento, família é aquela constituição básica, né, o casal e seus filhinhos. Qualquer coisa pra além disso, tios, avós, primos, é parente, na minha concepção. Eu considero parente, parente distante, bem distante, mas eu considero parente, né [os encontrados na plataforma do site]. Eu só... eu tento olhar como se fosse assim, é família de algum antepassado meu, é descendente, carrega parte da história, entendeu? É um desdobramento, né, que... do qual eu não faço parte mas é parte da história de algum antepassado meu, de alguma história, então, assim, faz parte. Não família, família, mas parente, então é alguém que, é... eu vou me referir como parente. (Patrícia)

Patrícia, então, mostrou que sua concepção de família é delineada pelo conceito de família nuclear. Expliquei a ela que um dos rumos que mais me despertou interesse ao realizar o presente trabalho foi justamente tentar compreender as diversas visões que os sujeitos carregam para si do que é família e de quem entraria nessa definição. Em um trabalho feito anteriormente, escutei outra interlocutora dizer que ao compartilhar uma porcentagem alta de similaridade de DNA com outra pessoa, já a considerava família, como se tivessem crescido juntas; ao passo que outras pessoas caminham para o lado contrário, como a presente

interlocutora. Patrícia entende que esses *matches* são parentes, mas não são parte de sua família. Ela explica:

Eu até tentei entrar em contato, conheci algumas pessoas pelo Facebook, esses grupos de Facebook, mandei mensagem dizendo que eu tava procurando pessoas que fossem descendentes de fulano, ciclano, beltrano e tal. Algumas pessoas apareceram bem solícitas tentando ajudar, “ah não, não é da minha família mas eu conheço gente com esse sobrenome, vou tentar ajudar a encontrar” e tal, mas aparentemente assim, também, são pessoas que não, não tem interesse, não se fizeram ser achadas, né porque ninguém sabia... não conseguiram localizar. (Patrícia)

Fiz a mesma pergunta para Márcia, que pareceu já ter se debruçado sobre essa questão, ao responder sem hesitação.

Olha, assim ó, minha concepção de família... eu considero hoje minha família: seria eu, meu esposo, meu pai, minha mãe, meu irmão, a minha avó, minha tia e meu tio que moram aqui perto de mim. São as pessoas que hoje eu convivo, tá, essa é minha família, meu círculo familiar, são pessoas que eu vejo durante a semana, que eu convivo diariamente, que eu tenho contato. O meu irmão não mora aqui na mesma cidade mas eu tô sempre em contato com ele, sempre que a gente pode a gente tá se visitando. Meus tios, primos, demais, são os meus parentes [inaudível]. Eles são parentes porque são irmãos do meu pai, mas eles não fazem parte do meu círculo familiar, eles não tão aqui todo dia, não são aquelas pessoas que eu vou ligar quando eu tô com um problema, não são minha rede de apoio. Eles são meus familiares, porque hoje pela questão da nossa cultura, é minha família, mas eu considero *família* aquelas pessoas que tão aqui na minha rede de apoio, na minha convivência. Os demais eu considero só parentes, a gente une os laços sanguíneos, [...] somos descendentes da mesma origem, mas eles são os meus parentes, a gente tem uma relação parentesco. [...] Eles [os parentes encontrados na plataforma do teste] eu considero parentes distantes, que eu encontrei porque eu fiz o teste de DNA, se eu não tivesse feito o teste de DNA, nunca saberia que seriam meus parentes. (Márcia)

Já com Victor, ao prolongar da conversa, achei interessante meu interlocutor ter comentado já chamar uma de suas conexões de “prima”. À vista disso, aproveitei a oportunidade para lhe perguntar: “você considera esses parentes como parte da sua família?”, e ele tomou um tempo para refletir, dizendo “hm... pergunta interessante...”. Eu ri e ele também. Me explicou:

Ó, eu... por enquanto considero, assim... eu acabo diferenciando entre parente e família. Então, parentes, ok ainda. Porque, assim, até por exemplo essa família do meu pai, eu acabei não tendo muito contato com eles porque eles são muito diferentes de mim, politicamente, de visões de mundo e tudo mais, então apesar deles serem muito próximos, tipo tios e primos, todo mundo de primeiro grau, pra mim eles são parentes, não são exatamente família [risos]. Já a família da minha mãe realmente é minha família, a gente morava no mesmo bairro então tava sempre um na casa do outro, almoço de domingo todo mundo vai pra casa dos meus avós, então a gente sempre se encontra muito, e são pessoas que realmente a gente pode contar, todo mundo se ajuda muito, então esses eu considero mais que eles são minha família. E também por visões de mundo, de tipo... de não apoiar esse desgoverno

que tá aí²¹ [risos] então isso tudo acaba ajudando né [inaudível]. [A família do meu pai] são parentes, só tem o meu sangue, tipo assim, essa galera que tem essa visão de mundo, não faço muita questão. E aí, essas pessoas novas que vão chegar aí, esses *matches*, bora ver se eles são realmente família, se eu posso contar com eles... vamos ver se é só parente ou é família, então quem sabe algum dia.

Com esses relatos, é possível capturar diversos conceitos tratados anteriormente ao conceitualizar parentesco e família. A visão de Patrícia sobre o que é família, é embebida quase completamente pela noção de família nuclear, pois como ela disse “[...] família é aquela constituição básica, né, o casal e seus filhinhos. Qualquer coisa pra além disso, tios, avós, primos, é parente [...]”. Para Victor, e talvez para seus parentes que decidem por não manter contato e soam desinteressados, a família tem a função descrita por Lia Fukui quando aborda as relações de parentesco no presente: servem para socialização, satisfação emocional, companheirismo e afeto. Quando conversei com Márcia, me chamou a atenção não apenas a questão da proximidade e da convivência como requisitos para se considerar um parente como família, mas também o ponto de se prestar como rede de apoio. Essa possível relação de interdependência para a resolução de problemas também aparece como sustentáculo para a manutenção da família extensa na bibliografia supracitada, ressoando as colocações dos estudos recentes sobre famílias brasileiras.

Dessa forma, percebe-se que a experiência de vida e o contexto social de cada pessoa interfere fortemente no que ela carrega como família para si, fenômeno demonstrado também por outros estudos citados em Fukui (1980). Passei a conversar com Vitor sobre a distinção feita por ele entre parente e família. Ao que indica, a proximidade é o divisor de águas entre essas categorias, e o fator do interesse (ou da falta dele) por criar relações voltou a ser apontado como uma dificuldade.

Por exemplo, quando eu encontrei um *match* de 4ª ou de 5ª geração, ou por exemplo eu vou ver *matches* em comum e tem, sei lá, 20 pessoas em comum, eu falo “não, realmente esse *match* não tá errado, tem algum parentesco com essa pessoa” [...]. Estatisticamente, de dez mensagens que eu mando, uma ou duas pessoas respondem. Ou então uma “ah, que interessante, vamos procurar, sim” e desaparece. Eu falo “gente?”, eu não entendo. Por exemplo, no [inaudível] que você faz o exame em outro laboratório, baixa os dados lá, coloca no outro site pra dar mais *matches*. Aí tem gente que tá lá, ou seja, teve esse trabalhão todo de colocar lá pra ver mais *matches* e depois não responde, eu falo “uai, não entendi o que essas pessoas tão procurando”. E aí teve até uma pessoa que aparentemente também é por parte da minha mãe, que ele tem o sobrenome de... alguns nomes que eu tenho por parte da minha mãe, e aí ele comentou “nossa Victor, você é a primeira pessoa que entra em contato comigo”, eu falei “sério?” [risos]. As pessoas não entram em contato com você, tipo, dá *match* e as pessoas não têm esse interesse de saber quem é, então não sei, pra quê que as pessoas tão pesquisando? Pra mim, é pra isso, você precisa da história de outras pessoas que

²¹ Quando essa entrevista foi realizada, o Brasil se encontrava no último ano da presidência de Jair Bolsonaro.

tão por aí, e que suas vidas se cruzaram no passado e tal, alguma coisa assim, mas tem gente que não responde, ou não se interessa, ou parece que tem medo, então pelo menos na minha impressão, a impressão que eu tive, pelo menos com aparentemente parentes meus né, meus *matches*, eu acho que 10% se interessam de responder e de ter algum contato, realmente não entendo o que se passa na cabeça dessa galera [risos].
(Victor)

Exprimi a ele que estava surpresa com isso, pois pelo conteúdo e pelos comentários observados no grupo do Facebook onde esse trabalho de campo foi feito, as pessoas se mostraram interessadas e engajadas na busca por parentes desconhecidos. Victor considerou que, talvez por eu estar entrevistando pessoas que têm a predisposição de serem entrevistadas, a maioria tenha experiências como ele. Sugeriu, inclusive, que talvez as pessoas que não quiseram responder à entrevista estão “nesse grupo de gente que não quer saber de nada, só quer dar o *match* e ver e tal, não se interessa mesmo e é assim, ou não ajuda”. Victor me disse que, quando a presente pesquisa for concluída, quer saber dos resultados, por ser uma coisa que ele se pergunta. Ele tem curiosidade de entender as motivações que levam as pessoas a estudar a ancestralidade e a genealogia, porque, para ele, parece que “nem todo mundo tem o mesmo objetivo, ou tem medo”.

Quando estávamos já nos despedindo, ele se lembrou de um último comentário que achava importante trazer, por tê-lo surpreendido bastante.

Foi um *match* que eu dei também entre 4ª e 5ª geração, e eu tinha muitos *matches* em comum, muitos mesmo, sei lá, mais de 20. “Tem muitos sobrenomes dos meus tetravós e tal, vamos conversar pra gente ver se acha qual é o elo?”. Ai ela mandou um textão, um e-mail gigante, falei “nossa, gente, o que será?”. Foi um texto, assim, pesado, ela falou que fez o teste por curiosidade, mas acabou entrando em contato... as primeiras pessoas que ela entrou em contato eram distantes, mas depois ela foi descobrir as que são próximas, e ela foi descobrir histórias dos antepassados dela de violência, de estupro, de abusos, e ela falou que isso foi tão pesado pra ela que ela só parou de pesquisar. Então ela falou “ó, boa sorte nas suas pesquisas, se você tiver perguntas pontuais que você quer, eu posso ver com a minha família e tal, mas eu prefiro não mexer nessas coisas porque foram coisas muito pesadas que eu acho que até influenciam a minha vida atual”. Eu falei “nossa, gente!”. Ela não quer mexer, eu respeito isso e tal, e realmente não entrei mais em contato com ela, porque pelo textão dela eu vi que foi um negócio pesado, foi difícil. Dessa parte, de coisas pesadas, eu fui ver que, por exemplo, um provável trisavô meu lá da parte do meu pai, nessa fazenda da minha bisavó, eu fui ver que tinha vários escravos. Eu achei lá “batismo de escravo de Francelino Marinho, etc.” que aparentemente é o pai dela.. Apesar de não ter achado ainda nenhum documento, eu pensei “gente, que pesado”, então, assim, quando isso acaba se aproximando da gente, a gente pensa, não é só história do Brasil, a gente... as nossas mãos... ou melhor, dos nossos antepassados né, [...] meus ancestrais estavam envolvidos nisso, é realmente um pouco do tipo “nossa, realmente, aquela opressão, aquele absurdo que existiu, meus ancestrais fizeram parte disso”. É um pouco pesado, mas ao mesmo tempo eu olho e penso “é, estamos no século XXI, século XIX era outra coisa”, era enfim, era outra realidade que eu não posso julgar, mesmo sendo uma coisa brutal eu não posso julgar, então eu tento manter esse distanciamento, e tipo assim, cada pessoa tem a sua época. Mas eu vejo que realmente tem gente que se choca muito com essas histórias, por

exemplo, de abuso, de estupro, descobre coisas que não quer mais saber e entrar em contato, pode ser que seja uma possibilidade também, descobrir coisas ruins e aí para. (Victor)

A penosa experiência dessa parente de Victor mostra que, assim como exposto por França (2009, p. 267), a relação com os acontecimentos passados não é apenas singular, também é plural, pois “não é só a memória de um indivíduo que está em jogo, mas a memória “de um” é também a memória “de outro””. Um interlocutor da etnografia realizada por França proferiu que sua motivação para a busca pela reconstrução de sua genealogia vinha como uma tentativa de entender as motivações que levaram seus antepassados a agir. Tendo ou não essa razão, a parente de Victor enfrentou fatos que tiveram profundas consequências para o que ela entende de sua vida familiar atual, o que, para muitos, não é algo fácil de se digerir e processar. Como visto em diversos momentos ao longo deste trabalho, o passado ainda está intimamente conectado ao presente e ao futuro, e a reconstrução da genealogia, com todas as informações que traz consigo, traz pesos às vezes difíceis de se carregar.

No entanto, as experiências com a pesquisa em genealogia genética, ao mesmo tempo que são perpassadas pela história social brasileira e compartilhada entre parentes, são vivenciadas de forma pessoal por cada indivíduo. Apesar dos meus três interlocutores apresentarem algumas semelhanças no que tange à separação entre ‘família’ e ‘parente’, também demonstram certas diferenças. Com isso, o conceito de relacionalidade de Carsten (2014) se prova bastante presente, ficando a cargo de cada pessoa, com suas experiências e visões particulares, participar na diluição ou no espessamento de seus parentescos, sendo estes já conhecidos, recém-descobertos ou ainda ocultos.

Considerações finais

A partir dos dados coletados, foi possível delinear algumas reflexões a respeito de como os testes de ancestralidade genética atravessam a subjetividade de seus consumidores e o tecido da vida social. Como visto, os resultados dos testes, mesmo possuindo diversas variáveis e informações que podem não ser exatamente reais e verdadeiras, alteram as visões de mundo e as identidades de seus usuários, a partir de descobertas (bio)reveladas do que as levou a ser quem são hoje, e de como suas histórias pessoais e familiares estão indubitavelmente conectadas à história social, política e cultural do Brasil. Como Victor disse, “muda um pouco quando a gente vê isso dentro da nossa própria história”.

No âmbito desta pesquisa, quais identidades foram afetadas? Farei uma breve sistematização dos dados contidos no formulário — considerando que suas respostas representam uma amostra mínima comparada ao grande volume de membros do grupo “DNA Brasil - Genealogia com Genética” e o muito maior número de consumidores de testes de ancestralidade brasileiros em geral. Dentre os participantes dessa pesquisa, a maioria dos consumidores têm menos de 40 anos, revelando um maior interesse pelos testes por aqueles que cresceram em épocas cujo contato com a internet se deu de forma mais intensa; a maioria é branca, contudo não se pode tirar conclusões assertivas a respeito disso, pois as discussões raciais em torno desse dispositivo são bastante complexas, e seria necessária uma pesquisa reservada apenas a essa questão para que se possa começar a entender o que realmente esse dado revela. A distribuição de gênero dos participantes se deu de forma equilibrada, contando com a maioria deles sendo heterossexual. Muitos se concentram nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, com uma renda mensal de mais de 4 salários-mínimos.

Vê-se que há uma gama de motivos para que as pessoas comprem seus kits pela internet e façam testes em casa, no entanto, os mais presentes são para autoconhecimento e questões identitárias, e para buscar informações a respeito da história de suas famílias. Um dos intuitos desta pesquisa foi compreender se há interesse em encontrar novos parentes por meio das plataformas dos testes e, se sim, como se dá essa relação. Pelos dados coletados pelo formulário, já é notável que esse interesse não é tão acentuado, contando com apenas 8 participantes demonstrando essa vontade. Há, sim, um impacto perceptível no entendimento que as pessoas carregam sobre si mesmas a partir dos resultados dos testes, no entanto, o impacto é consideravelmente menor quando se trata do entendimento da família sobre sua

própria história. Levanto aqui a hipótese de que o motivo para isso possa se dar pelo valor das narrativas orais passadas de geração a geração, acima do valor pelo que a *ciência* pode revelar, ou simplesmente pela falta de interesse pelo assunto, como demonstrado pelos meus interlocutores.

Tanto a falta de interesse pela pesquisa genealógica de alguns familiares de interlocutores, quanto as impressões de que os *matches* não têm vontade de aprofundar o contato, se interligam com um dado também levantado ao final do formulário: para a maioria das pessoas, os parentes encontrados pelos testes de ancestralidade genética não são automaticamente considerados como parte da família. Os três, Victor, Patrícia e Márcia, quando questionados a respeito do significado de família para eles, fizeram uma diferenciação pessoal entre parente e família.

Apesar da grande ênfase dada à consanguinidade pelos estudos clássicos de parentesco, percebe-se atualmente que a proximidade, o convívio, os laços afetivos, são tão ou mais importantes que compartilhar o mesmo sangue. Percebe-se também outros requisitos para considerar um parente como família, variando pelas experiências e percepções que cada pessoa carrega. Victor, por exemplo, citou a afinidade de crenças políticas, e Márcia comentou a respeito da viabilidade de servirem mutuamente como rede de apoio. Assim, os conceitos de parente e família apresentam-se de forma flexível e adaptável a cada contexto em que se coloca — aqui, vistos a partir da perspectiva emocional e íntima de cada indivíduo, mas também observados em outras pesquisas alicerçadas em aspectos *macro* da sociedade brasileira.

Os dados presentes nesta pesquisa unem-se ao panorama da pluralidade de composições e conceitualizações de família manifestas hoje no Brasil: simples e complexamente, não há conceitos fechados. Os testes de ancestralidade genética acentuam essas questões ao tensionar as relações familiares quando um novo parente é apresentado, este que não é parte da família por não ser próximo, mas que recebe mais afeição se demonstrar vontade e disposição para ser. Possivelmente, famílias são casas já construídas e compreendidas internamente, mas sujeitas à reforma.

Apesar de fazer alguns apontamentos e caminhos, esta pesquisa não responde completamente às perguntas suscitadas pelo fenômeno dos testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica. É não só interessante como necessário que outros trabalhos sejam feitos nos demais desdobramentos em que o tema se divida, como o movimento da

busca pela dupla cidadania; os entendimentos raciais e étnicos propagados pelos testes; as consequências dos vazamentos e das vendas de dados genéticos; a salvaguarda do direito à proteção de dados ultrassensíveis; a relevância da igreja que realiza a catalogação dos registros históricos de milhões de famílias ao redor do mundo; os efeitos de descobertas carregadas de um sofrimento maior do que se é capaz de suportar, ou de uma alegria extraordinária que transforma a realidade e a dinâmica de uma família, entre outros. Muitas são as repercussões, então que muitos sejam os trabalhos antropológicos sobre eles.

Referências

A Importância da LGPD e seu Impacto nos Testes Genéticos — **DBLAB**. 27 out. 2020. Disponível em: <<https://dglab.com.br/blog/lgpd-e-testes-geneticos/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

African Ancestry. Disponível em: <<https://africanancestry.com/>>. Acesso em: 28 out. 2023.

ALBERTI, Verena; PEREIRA; Amílcar Araújo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Painel “Movimento negro e democracia racial no Brasil” - III Conferência Bial da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora - ASWAD), Rio de Janeiro, Brasil, 5, 6 e 7 de Outubro de 2005. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/addb6a5e-c472-4c47-a75b-aa7f2a310409/content>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

AUGÉ, Marc. Introdução ao vocabulário do parentesco. In: **Os Domínios do Parentesco**. Lisboa: Edições 70, 1975.

BAKER, Matt. UsefulCharts. I Took 5 DNA Tests and Compared Them | Which One Is the Best?. YouTube, 28 mai. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDk9w_JEgiY&list=PL5Ag9n-o0IZBK3yllnIuOlladl6TpPrNO&index=6&ab_channel=UsefulCharts>. Acesso em: 06 mai. 2023.

BOLNICK, Deborah A.; FULLWILEY, Duana; DUSTER, Troy; COOPER, Richard S.; FUJIMURA, Joan H.; KAHN, Jonathan; KAUFMAN, Jay S.; MARKS, Jonathan; MORNING, Ann; NELSON, Alondra; OSSORIO, Pilar; REARDON, Jenny; REVERBY, Susan M.; TALLBEAR, Kimberly. The Science and Business of Genetic Ancestry Testing. *Science*, v. 318, 19 out. 2007. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.1150098>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 1996.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *R@u - Revista de Antropologia da UFSCar*, vol. 6, n. 2, jul./dez. 2014, pp. 103-118. Disponível em: <<https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/125>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CARUSO, Juliana P. Lima. Sangue e suas partículas: sobre a não homogeneidade fluídica do sangue no parentesco. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 7, n. 14, maio a agosto de 2020, pp. 37-54. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/9795>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet. Rendimentos do trabalho | Carta de Conjuntura. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/rendimentos-do-trabalho/#:~:text=A%20renda%20m%C3%A9dia%20habitual%20real,%2C%20imediatamente%20anterior%20%C3%A0%20pandemia.>>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

CRUZ, Bruna Souza. Dados de mais de 3 milhões de brasileiros vazaram de site de DNA. Tilt Uol, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/08/29/dados-de-mais-de-3-milhoes-de-brasileiros-vazaram-de-site-de-dna.htm>>. Acesso em: 29 out. 2023.

CRUZ, Eliane Almeida de Souza; ROBERTO, Joanne de Ângelis Lima. Brasil: A invenção dos sujeitos da nação. Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura, v. 4, 2018.1, pp-88-102. Disponível em: <<https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/554>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Do início do Projeto Genoma Humano até hoje: como a genética brasileira evoluiu — Medicina S/A. Disponível em: <<https://medicinasa.com.br/genetica-brasil/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; CARVALHO NETTO; Menelick. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. Universitas Jus, v. 26, n. 5, 2015, pp. 23-39.

Especial Raízes Afro-Brasileiras — BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/cluster/2007/05/070427_raizesafrobrasileiras>. Acesso em: 07 mai. 2023.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. O sistema de linhagens. In: Os Nuer. Editora Perspectiva, 1993, pp. 201-256.

FamilySearch 2020 Genealogy Highlights — FamilySearch Newsroom. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/en/newsroom/familysearch-2020-genealogy-highlights>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

FONSECA, Claudia. Família e Parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea. In: Martins, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010, pp. 123-154.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Memórias Familiares em Festa: Estudo Antropológico dos Processos de reconstrução das redes de parentesco e trajetórias familiares. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2019.

FUKUI, Lia F. G. Resenha Bibliográfica. Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 10, 1980, pp. 13-23. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/22>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

GARATTONI, Bruno. 23andMe vai entregar DNA dos seus usuários para gigante farmacêutica. Superinteressante, 2 ago. 2018. Disponível em:

<<https://super.abril.com.br/comportamento/23andme-vai-entregar-dna-dos-usuarios-para-gigante-farmaceutica>>. Acesso em: 29 out. 2023.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 227-255, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/tSWw9FqWC7wPHjvw4qSzpRt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GÓES, Andréa Carla de Souza; OLIVEIRA, Bruno Vinicius Ximenes de. Projeto Genoma Humano: um retrato da construção do conhecimento científico sob a ótica da revista *Ciência Hoje*. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 20, n. 3, 2014, pp. 561-577. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/6NMQtBZN8C98xyFcZSgsWFn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: (Org.) HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAZEL, James W.; HAMMACK-AVIRAN, Catherine; BRELSFORD, Kathleen M.; MALIN, Bradley A.; BESKOW, Laura M.; CLAYTON, Ellen Wright. Direct-to-consumer genetic testing: Prospective users' attitudes toward information about ancestry and biological relationships. *PLoS ONE*, v. 16, n. 11, 2021. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0260340>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

HOFF, Tânia; HOLTZ, Ana Catarina. Narrativas autobiográficas e biopolítica molecular: comunicação e saúde nas culturas do consumo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 19, n. 35, 2020, pp. 200-209. Disponível em: <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/671>>. Acesso em: 7 dez. 2023.

HORTON, Rachel; CRAWFORD, Gillian; FREEMAN, Lindsey; FENWICK, Angela; WRIGHT, Caroline F.; LUCASSEN, Anneke. Direct-to-consumer genetic testing. *The BMJ*, n. 367, 2019. Disponível em: <<https://www.bmj.com/content/367/bmj.l5688>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

How it works - 23andMe. Disponível em: <<https://www.23andme.com/en-int/howitworks/>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Medicina de precisão/medicina personalizada: análise crítica dos movimentos de transformação da biomedicina no início do século XXI. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 3, 2019, pp. 1-14. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/MDnkgxSFz89BSRM45zhNM3D/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

JABLONKA, Eva. Some Problems with Genetic Horoscopes. In: (Org.) KRIMSKY, Sheldon; GRUBER, Jeremy. *Genetic Explanations: Sense and Nonsense*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2013.

JESUS, Paulo Cesar Oliveira. Por conta do desassossego que tem causado na Praça da Bahia: tráfico, ultimatoss e apreensões no Atlântico (1810-1815). *Afro-Ásia*, n. 65, 2022, pp. 42-90. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/44950/26888/195912>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KOZINETS, Robert V.. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRIMSKY, Sheldon. *Evolving Narratives of Genetic Explanation across Disciplines*. In: (Org.) KRIMSKY, Sheldon; GRUBER, Jeremy. *Genetic Explanations: Sense and Nonsense*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2013.

KROEBER, Albert Louis. *Sistemas classificatórios de parentesco*. In: (Org.) Roque Laraia. *Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969 [1909], pp. 15-25.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LINDEE, Susan. *Map Your Own Genes! The DNA Experience*. In: (Org.) KRIMSKY, Sheldon; GRUBER, Jeremy. *Genetic Explanations: Sense and Nonsense*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2013.

LOWIE, Robert. *Relationship Terms*. In: (Org.) Paul Bohannan; John Middleton. *Kinship and Social Structure*. New York: The American Museum of Natural History, 1968, pp. 39-59.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha. *Sociologia Hoje: ensino médio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2016. v. 1. 504p.

MARTIN, Emily. *Anthropology and the Cultural Study of Science*. *Science Technology and Human Values*, v. 23, n. 1, 1998, pp. 24-44. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/689947>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MEIRELLES, Ana Thereza; CUNHA, Leandro Reinaldo; VERDIVAL, Rafael; LAGE, Caio. *Testes genéticos de ancestralidade: a proteção biojurídica da informação genética e o consentimento do titular*. *Direito Unifacs – Debate Virtual*, n. 274, 2023, pp. 1-18. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8165/4804>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2020. Portaria n. 1.949 de 4 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2020/prt1949_05_08_2020.html>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MORAES, Thiago Maya Sayão; POIRIER, Ludimila; ABREU, Rosane Alves de; RODRIGUES, Douglas de Souza; GUEDES, Tayza Codina de Souza Medeiros; CECATTO, Raul Tavares. *Genealogia Genética e o potencial reatar de laços temporais*. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://www.academia.edu/108566190/Genealogia_Gen%C3%A9tica_e_o_potencial_reatar_de_la%C3%A7os_transtemporais>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MyHeritage Statement About a Cybersecurity Incident — MY HERITAGE BLOG. 2018. Disponível em: <<https://blog.myheritage.com/2018/06/myheritage-statement-about-a-cybersecurity-incident>>. Acesso em: 29 out. 2023.

NEVES, Igor Oliveira. Quem precisa de ancestralidade? A narrativa dos testes de DNA no jornalismo brasileiro. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação — Virtual. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 1º a 10/12/2020.

ORTNER, Sherry. *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

ORTNER, Sherry. Theory in Anthropology Since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History*, v. 26, n. 1, 109, 1984, pp. 126-166.

ORTNER, Sherry. *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press, 1996.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nov. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

PATRINOS, George P.; PASPARAKIS, Emmanouil; KOILIARI, Erasmia; PEREIRA, Alexandre C.; HÜNEMEIER, Tábita; PEREIRA, Lygia V.; MITROPOULOU, Christina. Roadmap for Establishing Large-Scale Genomic Medicine Initiatives in Low- and Middle-Income Countries. *American Journal of Human Genetics*, v. 107, n. 4, pp. 589-595. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7536572/>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

PENA, Sérgio Danilo Junho. Medicina genômica personalizada aqui e agora. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 20, n. 3, 2010, pp. 329-334. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-564338>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

PENA, Sérgio Danilo; BORTOLINI, Maria Cátira. Pode a Genética Definir Quem Deve se Beneficiar das Cotas Universitárias e Demais Ações Afirmativas?. *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 50, 2004, pp. 31-50. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6Ym7R859tBjyNgV96LcZmKr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

PETRUCELLI, Mariana Esteves. As múltiplas responsabilidades de uma equipe de cientistas do Zika: um estudo antropológico sobre a pesquisa em saúde em Recife/PE. Monografia (Graduação em Antropologia) — Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 61 p., 2023. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/35879/1/2023_MarianaEstevesPetruceli_tcc.pdf>.

Acesso em: 5 dez. 2023.

RABINOW, Paul. Antropologia da Razão: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Sistemas Africanos de Parentesco e Casamento – Introdução. In: (Org.) Julio Cezar Melatti. Radcliffe-Brown. São Paulo: Ática, 1978, p. 59-161.

Research – Human Population Genomics Lab. Disponível em: <<https://sites.usp.br/hunemeierlab/research/>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

RIVERS, William Halse Rivers. A antropologia de Rivers. In: (Org.) Roberto Cardoso de Oliveira. A Antropologia de Rivers. Edunicamp, 1991, pp. 71-121.

RUBIN, Gayle. Sexual Politics, the New Right, and the Sexual Fringe. In: The Age Taboo, Alyson, 1981, pp. 108–115.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: (Org.) Carole Vance. Pleasure and Danger. Routledge & Kegan, Paul, 1984.

RUBIN, Gayle. Deviations: A Gayle Rubin Reader. A John Hope Franklin Center Book, 2011 [1992].

SAHLINS, Marshall. What kinship is-and is not. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Cátira; MAIO, Marcos Chor. No fio da navalha: raça, genética e identidades. Revista USP, São Paulo, n. 68, 2005, pp. 22-35. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13480>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. Psicol. USP, v.3, n.1-2 São Paulo, 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100007>. Acesso em: 9 dez. 2023.

SCHNEIDER, David M. Parentesco americano: uma exposição cultural. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016 - Coleção Antropologia.

SCHULTHESS, D. T. Gene Tree. 2004, Figura 1. 753x379 pixels. Disponível em: <<https://people.montefiore.uliege.be/kvansteen/GBIO0009-1/ac20092010/Class6/Shriver2004.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SHRIVER, Mark D.; KITTLES, Rick A. Genetic ancestry and the search for personalized genetic histories. Nature Reviews, Genetics, v. 5, August 2004, pp. 611-618. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nrg1405>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SILVA, Ana Lúcia Lira da. A herança histórica cultural judaica no agreste pernambucano. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 111 p., 2019.

SWEET, Frank W.. Legal History of the Color Line: The Rise And Triumph of the One-drop Rule. Boxes & Arrows, 2005.

Teste de Ancestralidade - Genera. Disponível em: <<https://www.genera.com.br/teste-de-ancestralidade/>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

VAZ-FERREIRA, Luciano; ROCHA, Mariele Cunha. Os efeitos jurídicos da manutenção de bancos de dados genéticos por empresas privadas: os testes de ancestralidade no contexto do direito norte-americano. Caderno de Relações Internacionais, vol. 12, n. 22, jan.-jun. 2021.

Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1833>>. Acesso em: 4 dez. 2023.